



Revista Municipal



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA:

*Ponte Salazar — 1.º Prémio do II Salão Municipal de Arte Fotográfica
— Fotografia, a cor, de Artur Pastor*



LISBOA VISTA DA PRAIA DE SANTOS EM 1758
— AQUARELA COPIADA DO ORIGINAL DE ROQUE
GAMEIRO, INTERPRETANDO UM DESENHO DE
ALBERTO DUFOURCE, POR A. C. SANTOS, EM 1931

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRAFICO
ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE
BRAVO
G. PROSPERI
JULIO GIL
LUIS OSÓRIO



ANO XXVII—NÚMEROS 110/111—3.º E 4.º TRIMESTRES DE 1966

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL

REVISTA MUNICIPAL
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
ANEXO Nº 100 - Nº 100 - Nº 100
ANEXO Nº 100 - Nº 100 - Nº 100
ANEXO Nº 100 - Nº 100 - Nº 100



ANEXO Nº 100 - Nº 100 - Nº 100

SUMÁRIO

INAUGURAÇÃO DA PONTE SALAZAR

UMA OBRA QUE FICA A ATESTAR UM PERÍODO NOTÁVEL
DA GOVERNAÇÃO NACIONAL

NOITE DE GALA COMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO
DA PONTE SOBRE O TEJO

ICONOGRAFIA DO TEATRO SEISCENTISTA OLISIPONENSE
FERNANDO CASTELO-BRANCO

O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES VISITA
OFICIALMENTE PARIS

EXTRATEXTO

SÃO VICENTE O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA
P.^o JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS — V
IRISALVA MOITA

LISBOA, ETERNA MADRUGADA
ALBERTO DE MONSARAZ

III CONGRESSO HISPANO-LUSO-AMERICANO-FILIPINO
DE MUNICIPIOS

O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LISBOA
MANUEL DOS SANTOS FERREIRA

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS DA CIDADE DE ÉVORA
ACONTECIMENTOS CIDADINOS

ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL» N.^{os} 108 a 111
— ANO 1966



INAUGURAÇÃO DA PONTE SALAZAR

UMA OBRA
QUE FICA A ATESTAR
UM PERÍODO NOTÁVEL
DA GOVERNAÇÃO
NACIONAL

Lisboa sonhou, durante cerca de noventa anos, com a ponte — a sua ponte — que ligasse as duas margens do Tejo e que prolongasse até à capital as comunicações do sul e do sueste do país.

Foi o engenheiro Miguel Pais o pioneiro da iniciativa que encontrou, na cidade dos nossos avós, quem a apoiasse, abertamente, e quem a combatesse, como obra irrealizável.

Nesse lapso de tempo, não raro se voltou à ideia, mas o ambiente jamais pareceu propício a tão grandioso empreendimento, tanto mais que, praticamente, nenhum homem de Estado o encarou a sério.

Só em 1933 se registou a primeira iniciativa governamental, por intermédio do então ministro das Obras Públicas e Comunicações, eng.º Duarte Pacheco, traduzida no divulgado projecto da ponte entre o Beato e o Montijo, que uma série de condicionalismos criados pela iminência da segunda guerra mundial impediu que se concretizasse.

A partir dessa época, a possibilidade de construção da ponte, entre as duas margens do Tejo, passou a constituir preocupação dominante dos governantes, até que, em 1953, foi possível ao Ministério das Obras Públicas e ao das Comunicações, dirigidos, respectivamente, pelos eng.^{os} José Frederico Ulrich e Manuel Gomes de Araujo, a publicação da portaria criando a comissão de estudo, presidida pelo engenheiro Barbosa Carmona, em cujo relatório, apresentado três anos depois, se apoiou a decisão do Governo de dar execução ao empreendimento.

A última etapa para a construção da ponte foi vencida, em 28 de Maio de 1960, quando o Conselho de Ministros, após 15 horas quase consecutivas de trabalho, tornou público o despacho de adjudicação da empreitada.

Os trabalhos iniciam-se, em definitivo, em 10 de Janeiro de 1963 e a obra grandiosa foi surgindo até tomar a forma que hoje oferece e se tornou um dos panoramas mais interessantes e grandiosos da Lisboa dos nossos dias.

★

A cerimónia inaugural da Ponte Salazar transformou 6 de Agosto de 1966 num dia de júbilo nacional.

Mas se todo o país exultou de alegria, por ver concretizado esse sonho de tantos anos, foram os concelhos de Almada e de Lisboa quem melhor e mais exaustivamente viveu o acontecimento.

Faltavam alguns minutos para as 10.30 horas quando a multidão, concentrada na Praça da Portagem e em todos os espaços livres que a circundam, teve oportunidade de saudar um dos grandes obreiros da ponte: o Presidente do Conselho.

O Prof. Salazar desceu em frente da tribuna, onde o saudaram os presidentes da Assembleia Nacional, da Câmara Corporativa, do Supremo Tribunal de Justiça, e os membros do Governo.

Alguns minutos depois ouvia-se o ruído das motos dos batedores, precedendo o carro presidencial. As deputações da Academia Militar e da Escola Naval, da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina, e da Casa Pia de Lisboa perfilaram-se, desde a tribuna até à entrada da ponte.

Ficaram ao alto os estandartes dos municípios da Metrópole e do Ultramar, dos Sindicatos Nacionais e de muitos clubes desportivos.

A guarda de honra, constituída por uma força mista da Marinha, do Exército e de Para-que-distas, apresentou armas, ao som da marcha de continência, executada pela fanfara.

A multidão crescia, de momento a momento.

Todos queriam ver a cerimónia inaugural.

Na margem de Lisboa, milhares de pessoas tentavam adivinhar o que ocorria para os lados de Almada, na outra margem do rio.

Momentos depois, chegou o Sr. Presidente da República que recebeu as honras militares inerentes ao seu alto cargo. Ia começar o acto inaugural por que todos há tanto tempo esperavam.

O Sr. Almirante Américo Thomaz dirigiu-se, então, para a tribuna e cumprimentou, com um sorriso aberto, o Prof. Salazar.

O coro «Stela Vitae» entou a «Aleluia», de Haendel, em simbolismo perfeito com a alegria da multidão pela materialização daquele sonho de tantos anos.

A série de discursos pronunciados na cerimónia foi iniciada pelo eng.^o Canto Moniz, director do Gabinete da Ponte. Classificou o empreendimento como tradução perfeita da «confiança dos portugueses em si próprios» e «mensagem de fé nos destinos da Pátria».

Seguiu-se no uso da palavra Roger Blough, da United States Steel, que salientou as excepcionais qualidades de trabalho do operário português e acentuou: «A estátua da Liberdade e o Empire State Building tornaram-se os símbolos de Nova Iorque, e a Torre Eiffel o símbolo de Paris. Creio que, do mesmo modo, este estreito arco de aço que atravessa o Tejo — juntamente com a figura inspiradora do Cristo-Rei que o domina — se tornará, no futuro, o símbolo de Lisboa — não só para os viajantes do mundo, mas para as gerações de crianças que aqui e noutros países se debruçam sobre os seus livros de Geografia».

Outro orador foi o presidente da Câmara Municipal de Almada, dr. Glória Pacheco. Afirmou que a obra inaugurada simbolizava a ténpera da nação portuguesa.





O Sr. general França Borges, presidente da edilidade da capital, proferiu então o seguinte discurso:

«O Tejo, a velha estrada de Lisboa, está em festa.

O Tejo, a cujo estuário acorrem desde há séculos as estradas que vêm das cinco partes do Mundo, vibra e grita.

O Tejo, donde partiu a alma portuguesa como semente de cristandade, veste-se de galas nesta hora e neste dia.

Pelas gravuras coloridas mostrando múltiplas bandeiras estrangeiras em naves ancoradas no Rio, pelos quadros expostos nos museus ou guardados por colecionadores, pelos livros de viagens e de estudo que correram Mundo, a fama da graciosidade de Lisboa apresentou-se sempre inseparável do seu Rio.

Hoje, reflecte-se nas suas águas alguma coisa de novo que as tágides camoneanas considerarão bastante estranho: uma silhueta ligeira e elegante que passou a ligar as duas margens, quebrando o seu desafio tradicional.

É um novo elemento da mais real importância, porque vem enriquecer a Nação, na sua economia e no fortalecimento da sua unidade.

É a realização duma aspiração com que ao longo dum século se pretende completar, nas alturas de Lisboa, a rede de pontes que desde a fronteira vêm cruzando o Tejo.

De todas quantas se debruçam sobre os rios portugueses, esta é a mais extensa; é ainda particularmente festejada porque mercê do seu custo foi a mais difícil de construir.

Os maiores louvores são devidos ao Governo que se decidiu pela realização duma obra de tão alto valor e a Sua Excelência o Senhor Ministro das Obras Públicas que colocou as suas qualidades de trabalho, o valor da sua experiência e vastos conhecimentos técnicos, ao serviço duma obra de extraordinária projecção no futuro da Nação e que ele acompanhou incansavelmente, no dia a dia da sua construção.

Os nossos louvores são ainda extensivos à valorosa equipa de técnicos que tem por chefe responsável o Senhor Engenheiro Canto Moniz, alto valor na engenharia portuguesa, inteligente, competente, culto, compreensivo e correcto.

★

Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, que semana a semana vem inaugurando melhoramentos com que se enriquece o património das terras e das gentes, tem a felicidade de incluir a inauguração desta grande obra entre as maiores com que se tem ilustrado o período do mandato de Vossa Excelência como ilustre e querido Chefe da Nação.

Que Vossa Excelência, aquém e além-mar, continue somando dia a dia, com saúde, as vitórias e os sucessos de que é merecedor, para bem de Portugal.

★

Foi a execução desta obra atribuída a uma empresa que demonstrou possuir perfeita organização, experiência e amplo poder de planeamento; o prestígio da engenharia norte-americana ficará pois perpetuado no velho Continente, através desta notável realização.

A técnica foi assim, e uma vez mais, posta ao serviço da política. A pura técnica só existe efectivamente no campo do estudo ou do ensino. O mínimo progresso obtido pela técnica imediatamente será, sob qualquer aspecto, explorado pela política do Estado a quem tudo pertence em monopólio incontestado, desde o sangue dos jovens à inteligência dos sábios.

★

Esta obra é do Governo e tem característica nacional: pretende conseguir uma mais rápida, fácil e cómoda ligação entre as províncias de

aquém e de além-Tejo e contribuir para uma melhoria de transportes face às médias e grandes distâncias. Secundariamente presta uma contribuição quanto ao acesso à Cidade de Lisboa.

Veio inserir-se num flanco da Cidade, sobre terrenos municipais e, apesar de não a envolver nas suas ligações para norte, é de esperar que as condições de trânsito actuais não sejam muito agravadas.

Por sua própria iniciativa, a Câmara Municipal de Lisboa tudo fez para resolver e facilitar a resolução dos graves e importantes problemas que resultaram da sua construção.

Cedência de terrenos próprios, compra de terrenos alheios, indemnizações, realojamentos de numerosas famílias em novos bairros, demolições, questões judiciais, construção de novos e importantes arruamentos, entre os quais se destacam de um lado a ligação de Alcântara à Avenida Marginal e do outro a futura Avenida Calouste Gulbenkian, ligando a Praça de Espanha a Campolide, todos estes trabalhos se devem traduzir em encargos que se orçam por 200 000 contos ou seja, aproximadamente, uma décima parte do custo da própria ponte.

Felizmente que, em sete anos de consecutivos trabalhos, a cobertura do caneiro de Alcântara se encontra na sua fase final.

Felizmente que a Vereação e os Serviços podem inscrever, à data de hoje, no activo das suas realizações de carácter social, o total desaparecimento do tristemente célebre Casal Ventoso, objecto de críticas gerais durante décadas.

Cumpr-me registar aqui o profundo agradecimento pela ajuda decisiva que ao Município concederam na resolução dos problemas de aspecto social Suas Excelências os Senhores Presidente do Conselho e Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho.

Quanto mais modesto, mais grandioso se torna; quanto mais se esconde mais iluminado se apresenta aos olhos da Pátria e do Mundo.

Ele é a voz da Pátria, vinda da profundidade dos tempos; ele é a permanente sentinela da sua

integridade; ele trás consigo a alma experimentada da Pátria com o registo das cicatrizes e dos sucessos que ao longo dos tempos ou ensanguentaram a bandeira das Quinas ou a fizeram desfraldar orgulhosamente batida pelo vento e pelo sol da glória.

Ele é o homem modesto e simples que está agindo como que no cumprimento de um voto através do qual fez a oferta integral da sua própria vida, como o fizeram os santos, os mártires e os heróis que mais iluminaram a história da gente portuguesa.

E nessa doação total de si próprio ele faz ressurgir Nun'Álvares. São a imagem um do outro. Nun'Álvares é o irmão de Salazar.

★

Salazar criou uma doutrina que ele próprio justificou e divulgou, conceito a conceito. Cheia de fé e de confiança, uma geração a aceitou e a seguiu.

Ao longo de quatro décadas com ele esteve uma multidão de valorosos colaboradores, nas funções do governo central ou nas províncias, distritos e municípios, nos gabinetes de trabalho, nas oficinas e nas ruas, nos estabelecimentos oficiais e particulares, nos meios onde se funde o saber, a inteligência, a sensibilidade e o coração do homem; nos meios de cultura, na Imprensa, em todos os lares, na alma das mulheres, nos pobres e nos ricos; por todos os recantos, onde uma educação condiciona uma atitude, uma multidão nele acreditou e o seguiu. Acreditou e acredita.

Na fidelidade das forças armadas, no aplauso das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, em todos aqueles que foram fiéis ao chamamento, de alma pura e de mãos limpas, uns mortos, outros inutilizados ou retirados das lides políticas, todos lhe deram, ao longo dos anos, o melhor que possuíam dentro de si, porque tinham a certeza de que tudo revertia a favor da Nação, por seu intermédio.

O número infinito de obras, implantado em todos os recantos do País, são para ficar, destinam-se a ser usufruídas por todos indistintamente, por amigos e pelos que se consideram seus adversários, hoje e amanhã.

A amigos e adversários ele oferece a paz, facilita a prosperidade, assegura a confiança quanto ao futuro.

Este ressurgimento completo foi obra dele, e foi esse ressurgimento que permitiu a realização do sonho de Miguel Pais.

★

Nem Miguel Pais, em 1877, nem os que projectaram mais tarde, conseguiram ver construída uma ponte em Lisboa. Porquê? E, no entanto, ao longo de meio século, existiram governos honestos, estadistas de grande projecção intelectual, heróis, fulgurantes jornalistas, pensadores inteligentes, políticos e técnicos distintos; homens competentes e experimentados nas variadas modalidades da administração, do fomento, do trabalho. Apesar de tudo, nem foi possível construir essa ponte notável nem levar por diante uma obra em profundidade.

A indisciplina, a instabilidade governativa, a desordem, os atropelos e a falta de cooperação, um emaranhado de razões cada uma delas constituindo um tratado, arruinaram o País material e moralmente.

Mas porque foi possível verificar então a realização desta e de tantas outras obras notáveis, no nosso tempo?

A resposta é simples e clara: anteriormente à Revolução Nacional não foi possível realizar obra construtiva, porque Salazar não existia. No nosso tempo tudo foi possível, porque Salazar existe.

Ao longo de quase quarenta anos ele reformou o País; ao fim de quase quarenta anos ele tinha salvo a Nação.

Como surgiu acontecimento tão maravilhoso?

Por milagre: de Deus que o inspirou; de toda a Nação que nele acreditou e o seguiu.

Salazar é de toda a Nação:

É do Continente, da Madeira e dos Açores; é da Guiné, de Cabo Verde e de S. Tomé e Príncipe; é de Angola e de Moçambique, de Macau e de Timor; hoje como sempre é ainda de Goa, de Damão e de Dio. Salazar nasceu em todas elas e vive em todas elas.

Ele tem estado presente em todos os recantos da terra onde se pensa, se discute e se serve; nos locais onde se trabalha e se luta ou onde se constrói, a fim de se fortalecerem as raízes pelas quais Portugal se fixa na sua velha casa, prevendo os dias tempestuosos que vão crescendo sobre o presente.

A sua palavra, o seu exemplo, o seu génio, a magnitude do seu sonho espalham-se pelos recantos da terra lusitana, como guia e farol.

Ele é portador da serenidade e da certeza. É o guardião dos direitos e o juiz dos deveres.

Nestes quarenta anos difíceis em que sustentou a defesa e talvez tivesse salvo o prestígio duma civilização, ele só aparentemente envelheceu; está mais dobrado e mais branco, mas o espírito de hoje é o de sempre: fulgurante e criador. Mesmo que não apareça, a Nação nunca o esquecerá, porque é dever de todos nós manter vivo e iluminado o monumento de eterna gratidão erguido em nossas almas, como homenagem à coragem que não enfraquece, à inteligência que não cansa, à firmeza dum rumo que não se desvia da sua estrela polar.

Desde os alicerces da sua História, Portugal inteiro vibra pela culminância atingida por uma obra material e moral com que se salvou a Nação.

Foi ele só, por seu valor, ímpar, por sua administração, pela confiança e respeito que inspira a todo o Mundo, quem conseguiu que esta grandiosa obra se realizasse, como epílogo duma vasta e profunda obra de restauração nacional.

Toda a terra portuguesa, desde o Minho a Timor, glorifica o seu nome; todo o Mundo civilizado, por sua vez, o admira e o respeita.

O louvor eleva-se de todos os recantos da Terra Portuguesa.

Desde as cinco partes do Mundo Português, avoluma-se o vozear crescente da multidão, que se repercute nas montanhas, encostas e planuras, para ecoar nos vales dos rios e encher de clamor este Rio Tejo.

O Mundo Português realiza um perfeito acto de justiça ao afirmar:

— Obrigado Professor Oliveira Salazar, por ter doado a Portugal a plenitude da sua vida!

— Obrigado, por nos ter salvo da bancarrota e do comunismo.

— Obrigado, por nos ter concedido, ao longo de quatro décadas de sã administração, riqueza material, justiça social, paz, ordem, disciplina e prestígio.

★

O Tejo, a velha estrada de Lisboa, está em festa.

Na verdade, o Tejo, a velha estrada de Lisboa, tem razão para gritar connosco:

Muito obrigado Professor Salazar

Por nos ter dado também a Ponte Salazar»

Seguidamente, classificando o empreendimento como «a maior obra pública até hoje realizada em Portugal», o ministro das Obras Públicas, eng.º Arantes e Oliveira disse: «Graças a ela não mais este Tejo será obstáculo ao progresso e ao engrandecimento de uma parte importante do país».

Terminados os discursos e a entrega das condecorações a engenheiros e operários que se distinguiram na obra, o Cardeal Patriarca de Lisboa procedeu à bênção da ponte.

O Sr. Almirante Américo Thomaz encaminhou-se, em seguida, para um plinto situado à

esquerda da tribuna, na companhia do ministro das Obras Públicas e do eng.º Canto Moniz, e proferiu as seguintes palavras:

«Atingido o momento culminante desta soleníssima inauguração, dou graças a Deus e declaro aberto ao tráfego e posta ao serviço da Nação a Ponte Salazar.»

Nesse momento, por comando à distância, O Sr. Presidente da República fez cair as bandeiras nacionais que cobriam, em cada um dos quatro padrões situados nos limites da ponte, as placas com o nome de Salazar e o ano da inauguração. Simultaneamente, o padrão, junto à ancoragem norte, na Avenida da Índia, era também descerado.

O coro entoou o Hino Nacional. E a multidão irrompeu em manifestações de indiscreto júbilo, enquanto mais de mil pombos-correios, dos columbófilos dos distritos de Setúbal e de Lisboa, eram largados. Foguetes rebentavam. Uma bateria de artilharia salvava, em terra; no

rio, os barcos ensurdiciam tudo com o eco das sereias, e uma esquadilha de aviões sobrevoava a ponte.

Organizou-se, depois, um cortejo automóvel que, em marcha lenta, atravessou a ponte, ladeado por helicópteros e no qual, além do Chefe do Estado, se incorporaram todas as entidades.

Estava inaugurada a Ponte Salazar: «Esforço da geração presente, homenagem às gerações que a precederam e mensagem de confiança às gerações vindouras».

★

Da ponte, ficou e está a Nação Portuguesa orgulhosa. É uma obra de futuro. É uma obra de prestígio. É, essencialmente, uma obra da geração actual e do Governo de Salazar, com vista ao presente e ao futuro imediato, que impõe a unidade de comunicações como meio imprescindível do todo económico do país metropolitano.



NOITE DE GALA
COMEMORATIVA DA INAUGURAÇÃO
DA PONTE SOBRE O TEJO





Por motivo da inauguração da Ponte Salazar, e para celebrar com cerimónia condigna o grandioso acontecimento, na realidade concretização de desejo veemente da Nação, a Câmara Municipal de Lisboa, por decisão do seu presidente, general França Borges, deu uma recepção de honra nos Paços do Concelho—festa memorável, que deixou toda a gente encantada.

Recepção luzida, maravilhosa, com a presença do Prof. Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho, que percorreu os salões, por entre alas respeitosas de convidados, ao lado do venerando Chefe do Estado.

Recepção esplendorosa, a que assistiram o Corpo Diplomático, o Governo, as mais altas figuras da vida portuguesa.

O exterior do edifício era um deslumbramento de luz, que fazia sobressair a harmonia do conjunto arquitectónico, realçado por ricas tapeçarias pendentes das varandas. Bandeiras nacionais e da cidade baloiçavam, impelidas pela brisa suave daquele começo de noite.

Uma força da Guarda Nacional Republicana, com fanfarras, aguardava a chegada do Chefe do Estado, a fim de lhe prestar as honras devidas.

A pouco e pouco, iam chegando convidados que, depois de recebidos à entrada dos Paços do Concelho, eram acompanhados até à escadaria nobre.

Ali, novo espectáculo de surpreendente beleza lhes surgia. Tufos de verdura e flores, encimados por ricos panejamentos verdes, serviam de fundo a soldados da Guarda Nacional Republicana, em uniformes de gala e espadas desembainhadas.

Cerca das 21.30 horas, apeou-se, junto da porta principal, o primeiro convidado de honra do Município, o Sr. Presidente do Conselho. Apresentaram-lhe cumprimentos o presidente da Câmara, o vice-presidente Aníbal David e alguns vereadores.

O Prof. Dr. Oliveira Salazar dirigiu-se, depois, para a escadaria de acesso ao andar nobre, que subiu, lentamente, agradecendo as manifestações de simpatia que lhe eram tributadas.

Outros convidados iam, no entanto, chegando. Membros do Governo, entre os quais os ministros de Estado, da Defesa, dos Negócios Estrangeiros, do Interior, da Justiça, do Exército, da Marinha, das Corporações e Previdência Social e da Educação Nacional; os secretários de Estado da Agricultura e da Indústria, e os subsecretários de Estado da Presidência do Conselho e do Tesouro.

Deu, em seguida, entrada no edifício o Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, acompanhado da sua comitiva.

Os convidados não paravam de chegar. A elegância dos vestidos das senhoras contrastava com o preto das casacas. Cintilavam as mais variadas condecorações.

Membros do Corpo Diplomático, representações oficiais estrangeiras, especialmente convidadas para a cerimónia da inauguração da ponte sobre o Tejo, figuras de relevo na vida financeira do

país, da aristocracia, das Letras, das Artes e das Ciências, não cessavam de dar entrada nos Paços do Concelho.

A orquestra de câmara da Emissora Nacional executava, entretanto, trechos de música clássica, enquanto os salões se iam animando com a presença de centenas de convidados.

Um toque de clarim anunciou, por fim, a presença do Chefe do Estado, que ingressou no edifício, depois de ter recebido as homenagens da força da Guarda Nacional Republicana e muitas palmas da multidão postada no Largo do Município.

Receberam o Sr. Presidente da República e D. Gertrudes Thomaz o general França Borges, a esposa e alguns vereadores.

Organizou-se, então, um cortejo em que o Almirante Américo Thomaz dava o braço à senhora de França Borges e o presidente do Município à esposa do Chefe do Estado. Seguiam-se membros da família do Presidente da República, das suas Casas Militar e Civil, e vereadores.

Quando o cortejo atingiu o último lanço da escadaria, a orquestra executou os primeiros acordes do Hino Nacional.



O Almirante Américo Thomaz dirigiu-se, directamente, para o gabinete do presidente da edilidade, onde se encontravam já o Cardeal Patriarca de Lisboa, o Presidente do Conselho, presidentes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, membros do Governo, presidente do Supremo Tribunal de Justiça e outras altas individualidades.

Após os cumprimentos, o Sr. general França Borges fez entrega ao Prof. Doutor Oliveira Salazar do diploma e da Medalha de Ouro de Gratidão da Cidade de Lisboa, exemplar único mandado cunhar especialmente, de composição figurativa, e na qual se insere em uma das faces a legenda «Lisboa Agradecida», trabalho da autoria do Escultor Mestre Lagoa Henriques.

Seguidamente, o Sr. Presidente da República percorreu, demoradamente, os salões, recebendo os cumprimentos do Corpo Diplomático e dos convidados.

No decorrer da recepção, houve várias exibições artísticas, a cargo da bailarina Maria Manuela Varela Cid, da actriz Ana Paula, que recitou o poema «Lisboa», da autoria de monsenhor Moreira das Neves, da harpista Henriette Ancet de Sousa e da cantora Dulce Cabrita.

Cerca da meia-noite, foi servida uma ceia aos convidados.

Terminada a recepção, foram oferecidas lembranças às senhoras e aos convidados exemplares da medalha comemorativa da visita do Chefe do Governo aos Paços do Concelho.

★

De assinalar, na recepção, o bom gosto, a hospitalidade tradicional do Município, as gentilezas devidas a convidados de tão alta craveira. Por todos os recantos, nas salas, no magnífico salão nobre, ou ainda no amplo exterior marmoreado do andar principal, havia notas delicadas — aqui uma floreira, acolá uma pequena decoração, além um dispositivo denotando arranjo cuidadoso.

Foi assim, requintada nos pormenores, magnífica, a noite festiva oferecida pela Câmara Municipal às categorizadas figuras da vida portuguesa e a quantos, vindos do estrangeiro propositadamente para assistir à inauguração da Ponte Salazar, emprestaram o brilho da sua presença às comemorações motivadas pela abertura do grandioso empreendimento.





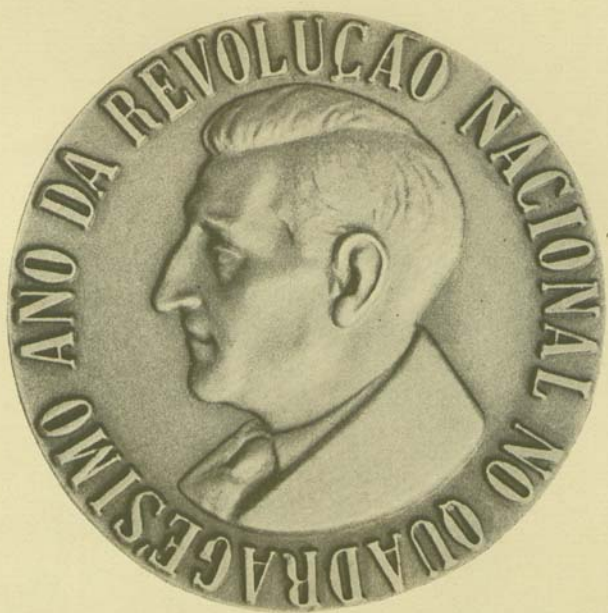
CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
Medalha de Ouro de Gratidão

Câmara Municipal de Lisboa, na reunião extraordinária realizada a 3 de Agosto de 1966, em reconhecimento dos relevantes, excepcionais e meritorios serviços abnegada e corajosamente prestados à Pátria, deliberou por unanimidade, outorgar a Sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor António de Oliveira Salazar, a Medalha de Ouro de Gratidão, especialmente emitida para consagrar o agradecimento da Cidade de Lisboa. Paços do Concelho de Lisboa, aos 6 de Agosto de 1966.

O Presidente da Câmara

António de Oliveira Salazar

*MEDALHA DA AUTORIA DO MESTRE
LAGOA HENRIQUES*



ICONOGRAFIA DO TEATRO SEISCENTISTA OLISIPONENSE

POR
FERNANDO CASTELO-BRANCO



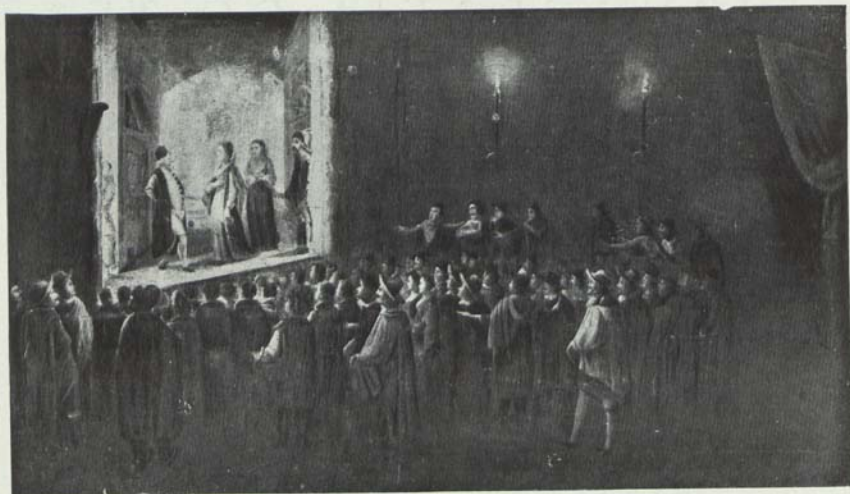


Fig. 1 — Representação teatral seiscentista

Em 1942 a Academia Nacional de Belas-Artes organizou no Palácio da Independência em Lisboa uma *Exposição de Personagens Portuguesas do Século XVII*. Aí esteve exposta, entre alguns quadros dessa época, «Uma representação num pátio de comédias seiscentista (o Pátio das Arcas?). Pintura a óleo sobre tábuas de carvalho», segundo informa o respectivo Catálogo (1). Passados alguns anos, quando em 1947 se realizou a *Exposição de Documentos e Obras de Arte relativos à História de Lisboa* no Museu Nacional de Arte Antiga, exposição essa que se integrou nas comemorações do sétimo centenário da tomada de Lisboa aos mouros, figurou aí o mesmo quadro, acerca do qual o Catálogo da Exposição dizia o seguinte: «Pátio das Comédias. Anónimo — Século XVII» (2).

Aceitando-se esta identificação proposta em ambas as exposições, teríamos de aceitar implicitamente que esse pátio das comédias representado no quadro seria, com grande número de probabilidades, o Pátio da Rua das Arcas, pois foi este, praticamente, o único pátio das comédias da Lisboa seiscentista. É certo que durante o século XVII funcionou também em Lisboa o Pátio das Fangas

de Farinha, mas como só esteve aberto durante menos de três anos, são evidentemente muito escasas as possibilidades de ser este o pátio aí representado.

Mas parece-nos que infelizmente — e dizemos infelizmente porque haveria muito interesse em possuímos um documento iconográfico dos pátios seiscentistas — esse quadro não representa qualquer dos pátios das comédias que funcionaram na Lisboa do século XVII. Examinando-o (fig. 1) nota-se, em primeiro lugar, a ausência dos camarotes. Como podemos admitir tratar-se de um pátio de comédias se não aparecem no quadro os camarotes, então denominados de frissuras, que estariam forçosamente abrangidos na parte compreendida na pintura? Além disso o quadro representa um espectáculo nocturno, como o atestam indubitavelmente as velas acesas. Ora as representações nos pátios de Lisboa de

seiscentos realizavam-se apenas durante o dia⁽¹⁾ e «às Avé-Marias estavam acabadas e o pátio encerrado»⁽²⁾, como de resto acontecia, por exemplo, em Paris, onde os espectáculos teatrais

(¹) *Academia Nacional de Belas-Artes—Personagens Portuguezas do Século XVII—Exposição de Arte e Iconografia*, Lisboa, 1942, p. 33.

(²) *Catálogo de Exposição de Documentos e Obras de Arte Relativos à História de Lisboa*, Lisboa, 1947, p. 53 e est. 102.

(³) Nem podia ser de outro modo, uma vez que transitar de noite nas ruas da Lisboa de então era muito arriscado. A este respeito pode ver-se a nossa *Lisboa Seiscentista*, 2.^a ed., 2.^a parte: «O Ambiente Social», cap. V, «A Segurança pública» e ainda as pp. 50-52 desse livro. A este propósito recordemos os seguintes versos de D. Francisco Manuel de Melo:

«Oh! que grande escuridão!
Que esquinas tão carregadas!
Tudo são encruzilhadas
Próprias de demo ou ladrão!»

(*Auto do Fidalgo Aprendiz*, Coimbra, 1915, p. 37).

(⁴) Matos Sequeira: *Teatro de Outros Tempos*, Lisboa, 1933, p. 88.

Fig. 2 — Quinta de Gerard de Visme, incluindo a Quinta do Marquês de Fronteira, segundo Noel



duravam somente das 14 às 16 horas e 30 minutos⁽⁵⁾. Sendo assim e pelos dois motivos apresentados, parece-nos impossível considerar que o quadro represente um pátio lisboeta seiscentista.

Há alguns anos, visitando o Palácio dos Marqueses de Fronteira em Benfica (fig. 2), no terraço da capela (fig. 3), que fica sobre o jardim de Venus, examinámos com cuidado os interessantíssimos painéis de azulejos portugueses seiscentistas que dentro de diversos nichos representam «simbolizando: Apalpar — Poesia — Gostar — Vontade — Entendimento — Memória — Astronomia — Geometria (fig. 4) — Retórica — Dialéctica — Música e Aritmética»⁽⁶⁾. E observámos então na parte lateral de um desses painéis, um pormenor representando uma cena teatral (fig. 5). Neste elemento iconográfico do teatro seiscentista que até agora não vimos reproduzido ou sequer mencionado, pelo que o supomos inédito, teremos figurado um pátio de comédias de Lisboa e, pelos motivos já expostos, muito provavelmente o Pátio das Arcas? Parece-nos que não. Reparando na cena desenhada nos azulejos verificamos que lateralmente ao palco se encontra uma longa e alta parede com diversas janelas, parecendo ser uma fachada de um palácio,

Fig. 3 — Terraço da Capela — Pormenor



precisamente no local onde deviam figurar os camarotes, se se tratasse de um pátio. Por todos estes motivos parece-nos que também não temos neste painel de azulejos representado um pátio de comédias da Lisboa do século XVII.

No dia 21 de Agosto de 1644, data em que D. Afonso VI completou 22 anos, Luís Mendes de Elvas ofereceu no seu palácio, na Rua das Portas de Santo Antão, um espectáculo teatral comemorativo dessa efeméride. Luís Mendes de Elvas era descendente de uma família de abastados comerciantes, de origem judaica, nobilitada por Filipe II em 1600. Segundo reza a sua inscrição sepulcral, foi do Conselho de D. Afonso VI, do Conselho de D. Pedro II, do Conselho da Fazenda, do Conselho Ultramarino, Deputado da Junta dos Três Estados, Comendador da Igreja de S. João de Trancoso da Ordem de Cristo, Capitão e Alcaide-mor da Ilha Graciosa (?). O *Mercúrio Português* descreveu a festa oferecida por este proeminente vulto da sociedade lisboeta de seiscentos com uma minúcia e um pormenor verdadeiramente excepcionais, o que bem indica a importância que foi atribuída a essa festa e como ela deve ter constituído um dos maiores sucessos da vida social da Lisboa de seiscentos. Eis o que se lê nesse relato:

«Aos vinte e um fez El Rei nosso Senhor anos, que Deus ha-de querer conservar-lhe e continuar com muitos, com as mesmas e maiores felicidades que até agora, para seu serviço. Foi aquele dia de gala para a Corte, como é estilo e na noite dele, Luis Mendes de Elvas do Conselho da Fazenda de Sua Majestade fez representar em sua casa uma comédia, com circunstâncias muito dignas de serem referidas. Para haver maior capacidade e frescura, se representou no seu jardim, que estava todo em redondo bem ornado de sedas e com assentos bem ordenados, além de algumas janelas com rotas e comodidades para as damas. O teatro se alumia com vinte tochas brancas em grandes toucheiros de prata e havia também lampeões, prevenção contra o vento, que ainda antes da comédia ameaçou a

apagar as luzes, tanto que ela começou se moderou reverente a uma branda viração, que espi-rava regalo na calma, que podera ser molesta. Achou-se ali a maior parte da nobreza da Corte, e o mais lizado do povo; a todos depois de assentados e quietos foram pagens oferecendo e repartindo agua e palanganas e bandejas de diversas castas de doces em grande abundância. Nascia do teatro uma arvore bem imitada, com despesa consideravel, de tal grandesa que em seus ramos aparecerão subitamente (saindo por portas, que com bizarro artificio se abriram e fecharam) catorze figuras ricamente vestidas, cada uma com sua tocha acesa na mão, que certo foi uma aparência virtuosissima. Sete delas representavão sete artes liberais, as outras sete, affectos todos de alegria; e com outras duas figuras semelhantemente adornadas, que fingião ser Apolo e a Fama (e em outra galharda aparência se descobrirão aos dois lados da árvore), formarão com lindo estilo um agradável colóquio que serviu de loa bem composta e galante. A comédia tinha alguns passos bem próprios ao dia dos anos de Sua Majestade; os representantes sendo que só por curiosidade se dispuzerão a este acto, o fizerão de modo, que igualarão os mais excelentes e exercitados naquele officio. Os vestidos erão custosos, houve boa música e tres bailes, dos que juntamente são entremezes, discretissimos e graciosissimos; antes e depois da comédia vários géneros de trombeta, charamelas e atabales juntos, em consonância confusa, fizerão um estrondo bem agradável. Finalmente a festa em tudo pareceu de Corte; e em outro dia depois se representou outra comédia diferente, pelo mesmo modo e com a mesma grandesa, dando-se justos aplasos ao autor desta soledade» (*).

(*) Louis Battifol: *La Vie de Paris sous Louis XII — L'Existence Pittoresque des Parisiens au XVII^e Siecle*, Paris, 1932, p. 252.

(*) José Cassiano Neves: *Jardins e Palácio dos Marquizes de Fronteira*, Lisboa, 1954, p. 50.

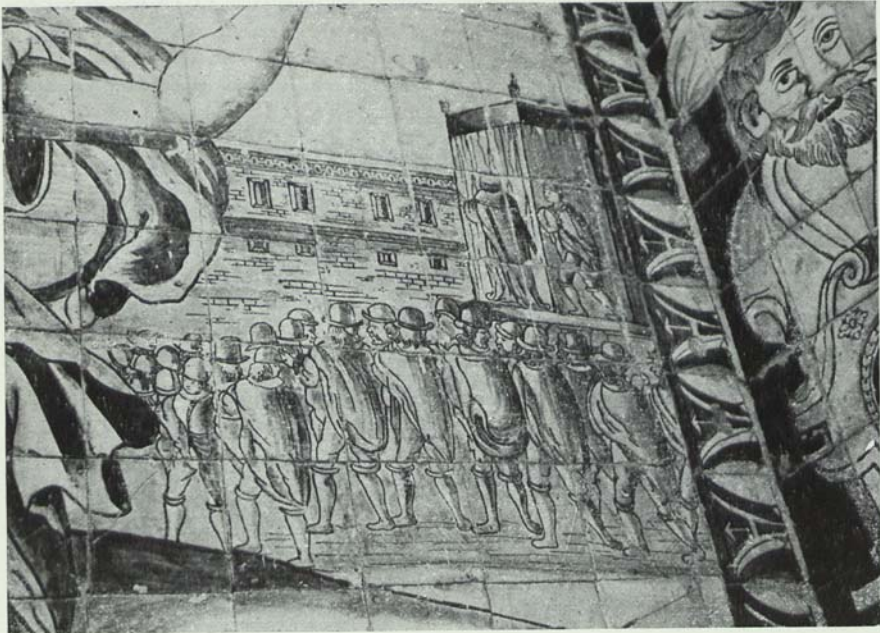
(*) Júlio de Castilho: *Lisboa Antiga — O Bairro Alto*, 3.^a ed.; Lisboa, 1966, Vol. V, p. 127; J. M. Cordeiro de Sousa: *Colecçãoa Olsiponense*, Lisboa, 1958, Vol. II, p. 138.

(*) *Mercúrio Português* de Agosto de 1664.



Fig. 4 — Terraço da Capela — Painel de azulejos simbolizando a geometria

Fig. 5 — Terraço da Capela — Pormenor do painel de azulejos mostrando uma representação teatral



Também o autor ainda não determinado com segurança (*) de uma biografia de D. Afonso VI existente na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa (10), e que foi publicada pelo Dr. Eduardo Brazão, e que foi publicada pelo Dr. Eduardo Brazão, se refere e por forma relevante a esta festa, se considerarmos o objectivo da obra: «5.ª feira 21, dia em que El Rei fez 22 anos, se fez em casa de Luís Mendes de Elvas uma comédia a que El Rei e o Infante forão assistir disfarçados e encobertos, mas tão ocultos que só o souberam 500 pessoas que aquela noite se achavão na mesma comédia. Foi celebrada com grande fausto na loa, luzes, ornato e doces que se representarão a Sua Magestade e aos fidalgos» (11).

Esta festa foi de noite, disse-o o *Mercurio Portuguez* e o autor da biografia há pouco referida. Acrescenta ainda o *Mercurio Portuguez* que «o teatro se alumia com vinte tochas brancas». Ora no quadro que figurou nas exposições de 1942 e 1947 temos uma representação nocturna e iluminada com tochas. Será que esta pintura representa esse espectáculo teatral oferecido por Luís Mendes de Elvas e pretendeu perpetuá-lo para a posteridade, o que é bastante natural dado o êxito que tal festa alcançou? Parece-nos muito possível, pois as referências que a essa festa fizeram o *Mercurio Portuguez* e o biógrafo de D. Afonso VI indicam-nos que ela teve grande repercussão e que foi um dos mais relevantes sucessos da vida social da Lisboa seiscentista.

Também não é impossível que o pormenor que figura no painel de azulejos do Palácio dos Marquês de Fronteira seja igualmente uma representação da mesma festividade. Ao fundo e ladeando o palco, como já acentuámos, parece figurar uma das fachadas de um palácio, com várias janelas. Mas a comédia oferecida por Luís Mendes de Elvas «se representou no seu jardim», segundo o *Mercurio Portuguez* e este ficava evidentemente junto do seu palácio. Acrescentou o periódico que as damas assistiram de «algumas janelas» e como se vê na reprodução do pormenor do painel de azulejos do Palácio dos Marquês de Fronteira, este parece ter ao fundo a fachada de um palácio com diversas janelas dispostas em filas, correspondendo a outros tantos andares.

Portanto e pelos motivos já apontados, pode muito bem ser que aí figure igualmente a representação oferecida por Luís Mendes de Elvas.

Esta interpretação que damos ao quadro e ao pormenor do painel de azulejos é uma mera hipótese, que nos parece aceitável como tal. Mas para além desta hipótese parece-nos dever acentuar-se que o quadro que figurou nas exposições de 1942 e 1947 não é, como se supôs, e como se afirmou nos catálogos respectivos, a representação de um pátio das comédias lisboeta. Aí temos seguramente pintado um espectáculo teatral particular, os quais se realizavam então com certa frequência, a ponto de terem sido tabelados no princípio do século XVII (12). E o pormenor que se encontra no painel de azulejos do Palácio dos Marquês de Fronteira, que julgamos inédito, representa certamente uma cena idêntica, uma vez que esses azulejos são portugueses e seiscentistas (13), muito provavelmente provenientes de uma olaria lisboeta (14).

(*) O apógrafo da Biblioteca da Ajuda atribui a biografia a António de Sousa Macedo e como sendo da sua autoria a publicou o Dr. Eduardo Brasão, não sem notar e analisar algumas dificuldades que essa atribuição suscitava. Certamente por este motivo o ilustre investigador e historiador do período seiscentista Gastão de Melo de Mattos afirmou que essa atribuição «o próprio texto parece contrariar» (*Um processo político do século XVII in Congresso do Mundo Português*, Vol. VII, tomo II, p. 634). Além disso Cardoso Marta revelou possuir outro apógrafo da mesma obra, no qual ela é atribuída a Pedro Severim de Noronha (*Voz de 19-4-940*). Esta atribuição foi aceite pelo Dr. Álvaro Dória, historiador que bem conhece este período, em nota aposta à sua edição da *História de Portugal Restaurado do Conde da Ericeira* (Porto, 1946, Vol. IV, p. 547).

(10) Códice 51-V-39, fols. 1 e 78-v.

(11) António de Sousa Macedo: *D. Afonso VI*, Porto, 1940, p. 254.

(12) Uma postura publicada por Freire de Oliveira determinou que os comediantes «daqui é diante, não façam farsas e casas particulares por mais preço de dous mil r\$». Como esta postura se encontra no *Livro das posturas reformadas, emendadas e recopiladas no ano de 1610* conclui-se ser desse ano ou anterior. *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1904 Vol. XIII, p. 256, nota.

(13) José Cassiano Neves: *Jardins e Palácio dos Marquês de Fronteira*, p. 15 e estampas 28 e 29.

(14) Assim nos parece, uma vez que em Lisboa, segundo Frei Nicolau de Oliveira, havia 13 olários de azulejo, o qual também era fabricado nos 28 fornos de louça de Veneza que funcionavam na cidade. Veja-se o *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1620, Tratado IV, cap. VIII, fols. 95-v. e 97-v.

O SR. GENERAL FRANÇA BORGES VISITA OFICIALMENTE PARIS

O Presidente do Conselho Municipal de Paris, M. Paul Faber, por intermédio do Sr. Embaixador de Portugal, Dr. Marcello Mathias, convidou a Câmara Municipal de Lisboa a visitar oficialmente aquela cidade, manifestando o desejo de se imprimir a essa visita significado especial, nomeadamente com a assinatura de um pacto em que formalmente se reafirmassem e fortalecessem as relações amistosas que há séculos unem as duas cidades, pela permuta de estudos de ordem administrativa e de manifestações de índole cultural.

A visita realizou-se de 14 a 16 de Novembro, e da representação municipal, chefiada pelo Sr. Presidente da Câmara fizeram parte o Sr. Ve-

reador Eng.º D. Segismundo do Carmo da Câmara de Saldanha, o director dos Serviços Centrais e Culturais, Dr. Henrique Martins Gomes, e Vicente da Costa Ribeiro Rodrigues, Secretário da Presidência.

O amistososo acolhimento feito ao Sr. general França Borges e aos demais membros da delegação de Lisboa, transcendendo os correntes termos de elevada cortesia, e a extraordinária solenidade que revestiu o acto da assinatura do «pacto de amizade», com a presença de algumas centenas de individualidades, e bem assim a magnífica recepção que se seguiu, oferecida pelo Município de Paris, constituíram para a cidade de Lisboa destacada honra.

A assinatura do Pacto de Amizade efectuou-se na Câmara Municipal de Paris, em 15 de Novembro.

O Presidente do Conselho Municipal, M. Paul Faber, que iniciou a sua saudação à cidade de Lisboa evocando o facto de ter nascido em Portugal, na Trafaria, onde passou parte da sua infância, exprimiu a maior admiração pelo povo português, e depois de recordar os seus navegadores e descobridores de novas terras e novas gentes, a Ribeira das Naus e outros factos históricos especialmente ligados a Lisboa, referiu-se ao impulso dado nos últimos anos aos melhoramentos públicos portugueses, entre outros, e particularmente, os respeitantes à expansão da cidade, à construção dos seus grandes blocos habitacionais, à abertura de grandes artérias, com destaque para a realização da notável obra da Ponte Salazar. Formulou cordiais votos pelas prosperidades do povo português, reafirmando a sua profunda estima e admiração pela cidade de Lisboa, cujo desenvolvimento tem acompanhado com o mais vivo interesse, e terminou dirigindo ao Sr. general França Borges, em seu nome, no dos vice-presidentes e conselheiros municipais e em representação da cidade de Paris, os desejos das maiores felicidades, extensivos aos demais membros da delegação, e de grandes êxitos na administração da cidade de Lisboa.

À saudação de M. Paul Faber, o Presidente da Câmara Municipal respondeu nos termos seguintes:

«Permettez, M. Paul Faber, que mes premiers mots soient pour Monsieur l'Ambassadeur du Portugal, M. Marcello Mathias, personnalité de premier rang dans la diplomatie, comme dans la politique et la culture.

Ancien et toujours rappelé Ministre des Affaires Etrangères, il est, par son éducation et son savoir, exemple de dignité, admiré et aimé par moi-même et par tous mes concitoyens.

Sa modestie ne peut éviter qu'il soit une des premières personnalités dans le monde de la latinité.

A lui va tout notre respect, admiration et gratitude.

— Monsieur Paul Faber, le très illustre Président du Conseil Municipal, de Paris

— Mesdames les Vice-Présidentes Madame Odette Launay et Madame Janine Alexandre-Debray

— Messieurs les Vice-Présidents

— Messieurs les Conseillers

— Mesdames et Messieurs

Je vous remercie de tout coeur, M. le Président, pour votre accueil et les références aux événements historiques qui sont communs à la grande France et au Portugal, le plus vieux pays dans toute l'Europe.

Senhor Embaixador
Monsieur Paul Faber

Le très illustre Président du Conseil Municipal de Paris

C'est un grand honneur pour moi et pour les délégués portugais qui m'accompagnent MM. le Conseiller Ingénieur Saldanha, le Directeur de Services Dr. Martins Gomes et Vicente Ro-

No decorrer da recepção, M. Paul Faber e o Sr. general França Borges brindando pelas felicidades de Lisboa e Paris



drigues l'invitation que nous avons reçue de votre part pour une visite à la toujours belle, la très admirée, l'historique Ville de Paris.

Les villes, quand elles se rencontrent, et indépendamment de la valeur numérique de leur population, ont toujours quelque chose à offrir et à recevoir, car l'inspiration et l'originalité d'initiative n'ont point de limitations ni de conditionnements.

A part les valeurs concernant l'aire et la démographie, et sous toutes les latitudes, les problèmes fondamentaux de l'administration des Municipalités sont pareils: le trafic et l'urbanisme, les habitations et les transports, conditionnés par deux binares qui sont, d'une part, la sûreté et commodité des populations et, d'autre part, les disponibilités budgétaires et les possibilités en termes de temps.

Alors, les responsables de l'administration municipale se considèrent entre eux comme collègues et alliés, parfois même comme victimes de l'incompréhension et d'une injuste analyse de leurs actions par leurs insatisfaits concitoyens.

Les Villes peuvent aider, de cette façon, leurs Présidents à une meilleure connaissance, compréhension et à l'établissement de liens d'amitié entre leurs populations qui ont les mêmes aspirations dans le domaine social, politique, économique ou culturel.

Bien que je dois partir pour le Brésil dans quatre jours, je voulais correspondre, avec tout mon enthousiasme et ma gratitude, à cette invitation cordiale, par moyen de laquelle vous avez pris l'initiative de faire devenir encore plus étroits les liens qui rattachent Paris et Lisbonne — un pacte d'amitié qui est une nouvelle épreuve de votre esprit brillant et constructif et de l'intelligence française.

Monsieur le Président, vous êtes né au Portugal sous le signe de la mer, de la lumière et du soleil. Vous avez déjà eu l'opportunité de connaître la loyauté constante et l'hospitalité inconditionnelle des portugais.

Vous faites épreuve d'une intelligence et d'une âme supérieures quand vous cherchez servir votre Patrie et, en même temps, votre lieu de naissance, avec vos yeux jetés sur deux pays chrétiens qui sont fiers d'avoir la Morale et la Loi comme fondement de leurs institutions. Je

sens la grandeur de votre âme quand vous avez décidé de recevoir aujourd'hui dans l'Hôtel de Ville de Paris, le Président du Conseil Municipal de la Ville de Lisbonne, le représentant des Conseillers municipaux et les distingués représentants des principales branches de l'administration.

Et vous voulez couronner cette réception avec une initiative qui viendra faciliter l'échange, de mutuelles manifestations culturelles. En réponse à cette initiative je vais lire un message écrit spécialement pour cette occasion:

«Au nom du Conseil Municipal et de la population de la Ville de Lisbonne, j'ai le grand honneur de saluer — pris d'une émotion vive et sincère — la vieille, la très noble, la célèbre Ville de Paris à laquelle nous unissons, à travers les siècles, les plus étroits liens d'amitié et à laquelle nous consacrons une juste admiration née de l'incomparable beauté de Paris, de son continu progrès et de son haut niveau de civilisation, d'art et de culture. Je formule mes vœux sincères pour que les liens d'amitié, dont j'ai parlé puissent devenir encore plus étroits pour le bénéfique spirituel et moral de nos deux vieilles capitales, qui sont justement fières d'appartenir à la même famille — La Latinité — qui a écrit une des pages les plus lumineuses de l'histoire du Monde.»

Je vous invite, Monsieur le Président et à vos collaborateurs, que vous voudriez choisir, pour une visite à Lisbonne.

Tout le long des sept ans de mon office comme Président du Conseil Municipal de Lisbonne il a toujours été pour moi un plaisir spécial recevoir les représentants de la Municipalité de Paris. Je garde chez moi, depuis longtemps une médaille à laquelle je suis très attaché, que m'a été offerte par votre Municipalité.

Je vous présente, Monsieur le Président et à vos collaborateurs l'expression de mon haute considération et de ma gratitude la plus profonde.

Je présente à votre Ville, le toujours jeune Paris, le Paris de la lumière et de la beauté, de l'intelligence et de la gracilité, le Paris qui n'ennuie pas, qui ne s'arrête pas, qui ne peut jamais ennuyer ou s'arrêter — le salut fraternel, que la Ville de Lisbonne vous offre de tout son cœur de tout notre cœur.»



OS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE PARIS

Considerando que, através dos séculos, o povo português e o povo francês vêm mantendo relações culturais activas e fecundas cujos efeitos se têm manifestado tanto no domínio musical e literário como no das artes plásticas. Considerando os laços especiais que, da mesma forma, existem entre Lisboa e Paris como principais Capitais latinas. Considerando a amizade tradicional nascida desses laços e o empenho mútuo que as Municipalidades de Lisboa e de Paris têm no seu estabelecimento. Considerando que convém consagrar de maneira solene esses mesmos laços por meio de um « Pacto de Amizade » perpetua. Considerando que a opinião pública das duas capitais só pode acolher com simpatia qualquer iniciativa que, nesse sentido, vier a ser tomada. Decidem estabelecer, a contar deste dia, entre Lisboa e Paris um « Pacto de Amizade ». As Municipalidades de Lisboa e de Paris comprometem-se a tomar a sua união cada vez mais estreita e, neste espírito, a multiplicar entre si, por um lado, o intercâmbio concreto de informações e de projectos relativos à vida administrativa municipal, por outro, a estabelecer, periódica e reciprocamente, um programa de manifestações, especialmente culturais, destinado a permitir aos habitantes de Lisboa e de Paris de melhor se conhecerem e estreitarem, mais ainda, os laços de simpatia que os unem.

É Convém em que esse « Pacto de Amizade » tenha uma duração perpetua como a amizade entre o povo português e o povo francês.

LE BUREAU DU CONSEIL MUNICIPAL DE LISBONNE LE BUREAU DU CONSEIL MUNICIPAL DE PARIS

Considérant que, au cours des siècles, le peuple portugais et le peuple français ont entretenu des relations culturelles actives et fécondes dont les effets se sont manifestés aussi bien dans le domaine musical et littéraire que dans le domaine des arts plastiques. Considérant les liens spéciaux existant de même entre Lisbonne et Paris en tant que principales Capitales latines. Considérant l'amitié traditionnelle qui est née de ces liens et l'intérêt mutuel que les Municipalités de Lisbonne et de Paris attachent à son renforcement. Considérant qu'il convient de consacrer solennellement ces mêmes liens par un « PACTE D'AMITIE » perpétuel. Considérant la faveur avec laquelle l'opinion publique des deux Capitales ne peut qu'accueillir toute initiative prise dans ce sens. Décident. Un « Pacte d'Amizade », est établi à dater de ce jour entre Lisbonne et Paris. Les Municipalités de Lisbonne et de Paris s'engagent à rendre toujours plus étroite leur union et, dans cet esprit, à multiplier entre elles, d'une part les échanges concrets d'informations et de projets concernant la vie administrative municipale et, d'autre part, à établir périodiquement et par réciprocity un programme de manifestations, culturelles en particulier, destinées à permettre aux habitants de Lisbonne et à ceux de Paris de se connaître et de sympathiser toujours mieux. Et conviennent que ce « Pacte d'Amizade » aura une durée perpétuelle comme l'amitié entre le peuple portugais et le peuple français.

Paris, 15 de Novembro de 1966.

Ex.^{ma} Senhor o Presidente da Câmara Municipal
de Lisboa:

O Presidente do Conselho Municipal de Paris:

Luís de Almeida
e

Francis



nome da **Câmara Municipal**
e da população da **Cidade**
de **Lisboa**, tenho a gran-
de honra de saudar, com a
mais grata e viva emoção,
a antiga, muito nobre e preclara **Cidade**
de **Paris**, à qual nos prendem, desde
há longos séculos, as mais afectuosas
relações de amizade e à qual consagramos
a admiração justíssima que suscitam a
sua incomparável beleza, o seu contínuo
progresso e o seu alto nível de civiliza-
ção, d arte e d cultura, fazendo os mais
sinceros votos que tais laços, como é
de esperar, se estreitem cada vez mais
em benefício espirituale moral das duas
velhas capitais, que se orgulham d per-
tencer à mesma estirpe da **Latidade**
que escreveu uma das mais luminosas pá-
ginas da **História do Mundo**.

Ano d
1966
Novembro

O Presidente da Câmara

António de Almeida
1966

SÃO VICENTE

O PADROEIRO DA CIDADE DE LISBOA

POR

PADRE JÚLIO D'OLIVEIRA BOTURÃO

CONTINUAÇÃO DOS N.ºs 108/109

7 — *A Capela de São Vicente & as Relíquias:*

1 — *Sobre a Capela:*

Só em 1936 iniciei os meus trabalhos escritos sobre São Vicente, o padroeiro da cidade de Lisboa. Que tarefa tão árdua eu escolhi para as minhas horas vagas nos trabalhos do apostolado católico... Que caminho tão longo a percorrer... Nessa jornada contactei com nacionais e estrangeiros a quem o assunto também interessava: seja-me lícito porém distinguir de tais contactos, sempre agradáveis, aquele que houve com duas pessoas dignas do maior respeito, porque, prudência e saber nelas se uniram. Uma delas era o cónego Manuel Luís, ora falecido, sempre pronto em fazer prosperar o meu trabalho de investigação na Sé Patriarcal, a outra, o Dr. Adriano de Gusmão, que usou para comigo duma gentileza verdadeiramente extraordinária, facilitando-me o estudo das antigas capelas de São Vicente, para o que me cedeu as fotos de duas reconstituições (conjecturais) dos altares e retábulos do mesmo santo, «o primitivo» e o «barroco», favor e atenção que não poderei esquecer e que não obstante a sua publicação em jornais da Capital (Janeiro de 1956) aqui ficam devidamente arquivadas, dado o seu valor, para futuros e mais profícuos estudos e para melhor compreensão das descrições feitas pelo arcebispo D. Rodrigo da Cunha (1642) e Baptista de Castro.

Não podemos ignorar que as relíquias do mártir valenciano, Padroeiro da cidade de Lisboa, andaram mais ou menos ligadas ao seu altar,





Altar de S. Vicente (Sé)

como não podemos ou devemos ignorar que o seu altar, foi não em qualquer recanto mas sim na capela-mor da Sé. Assim foi até 1755, pois era ali que, já no dizer de Acenheiro (1530) «onde amte seu altar se sellebrão cõtinuos officios devinos»⁽⁶²⁾.

Qual a sua posição em relação ao altar-mor?
Num altar do lado da Epístola!

Nesse lugar estava um altar, chamado «o primitivo»; nele estavam as relíquias do Santo à altura de quatro varas acima da mesa do altar com «hua graciosa fronataleira de marcenaria ao uso aãtigo, lavrada & dourada com grnde primores», apoiada em «quatro Anjos, dous da cabeceira & dous dos pés do tumulo, tam encurvados com o peso, que nam lhe bastando os

hombros a sustentalo nem huma mão cõ que acodem a ter mão nele, se estribam a si proprios na outra, trocando & cruzando os braços com grande expressam: da força que padece». Até aqui a descrição de D. Rodrigo da Cunha⁽⁶³⁾.

Mas, o altar de São Vicente existente na capela-mor da Sé em 1755 não era o mesmo que há um século aproximadamente existira, de facto, naquele local. Estavamos então em presença dum outro altar, «o altar barroco» que substituiu o «primitivo».

A ajuizarmos por um documento encontrado na Biblioteca de Évora e datado de 1690 chegamos à conclusão de que foi aberto o velho caixão com as relíquias de São Vicente e retirado um velho retábulo que se encontrava junto dele.

Refere Baptista de Castro que em 1695 foram as mesmas relíquias colocadas, por ordem do Arcebispo D. Luís de Sousa «em hum precioso cofre de prata» o qual arcebispo também promoveu, colaborando o Cabido, a construção de «hũa sumptuosa capella de fenissimos jaspes, em estilo florentino junto do Altar-mór da mesma Sé à parte da Epístola»⁽⁶⁴⁾.

Foi este altar e retábulo, em estilo barroco, que foi destruído em parte pelo Terremoto de 1755.

Tarde e más horas foi a Sé restaurada. De 1755 a 1767 (nesta última data é que foi anunciada a reedificação) foram 12 anos (se o cálculo não erra...), 12 anos em que não se tocou nas ruínas, caso verdadeiramente inacreditável... 12 anos em que os próprios restos mortais de D. Afonso IV e da Rainha Dona Beatriz jazeram sob o entulho. A política interferira no assunto...

Na restauração da Sé, o altar de São Vicente foi empurrado para o transepto, ficando praticamente na 1.^a Capela do deambulatório, visto que a comunicação com o mesmo transepto foi cortada por uma parede. E assim está em nossos dias.

2 — Sobre as relíquias:

Sabemos como elas tendo vindo do Algarve foram depostas na extinta igreja de Santa Justa da cidade de Lisboa⁽⁶⁵⁾.

Sabemos igualmente como, em seguida se levantou o 1.^o altar em honra do Santo na nossa Lisboa, na capela-mor da igreja da Sé, na traseira

do qual se pôs, como foi lembrado, uma pequena urna de pedra com as relíquias a qual para maior cautela, ficou presa à parede, primeiro com umas correntes de ferro e depois com correntes de ouro e prata cravejadas de pedras preciosas, não sendo fácil, em nossos dias, precisar o local que ocupavam na referida capela.

Sobreveio o terremoto de 1321, dando-se a reconstrução gótica da capela-mor no tempo de D. Afonso IV (1334) não sendo possível discurrir sobre o paradeiro das relíquias, pois escasseiam os elementos de informação, como nada se sabe, por agora, do que lhes teria sucedido no cismo de 1344. Recordemo-nos de que em 1321 a capela-mor foi arruinada por um espantoso terremoto, sendo reconstruída por D. Afonso IV.

Em 1356 novo terremoto voltou a arruinar parte da Sé e em 1404 um raio caiu sobre a

capela-mor em muito a danificando. Desta vez foi reedificada por D. João I devendo o chamado «altar primitivo», descrito por D. Rodrigo da

(57) Chronc. d'el-rei D. Afonso I e *Lisboa Antiga*, Vol. VI pág. 144.

(58) O Dr. Adriano de Gusmão nos seus excelentes artigos de 1956 liga a descrição de D. Rodrigo com uma parte do poema latino de André de Resende, intitulado «Vincentius Levita & Martir» (1545):

Subtus Jaspidae, monumentum utriq. columnae.
Sustentant geminae, tali clausere sepulcro.
Magni reliquias herois, coetera tempus.

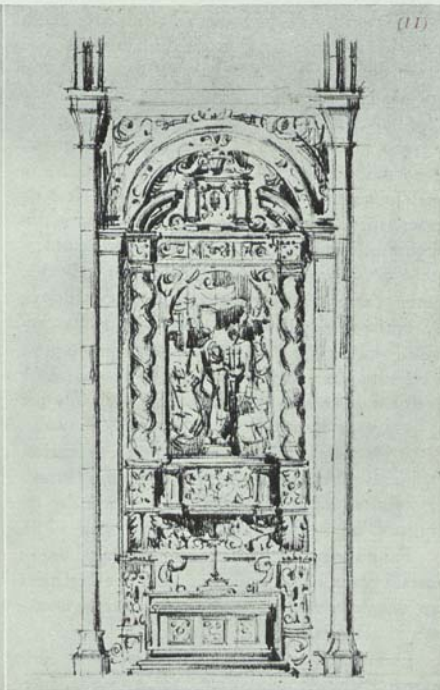
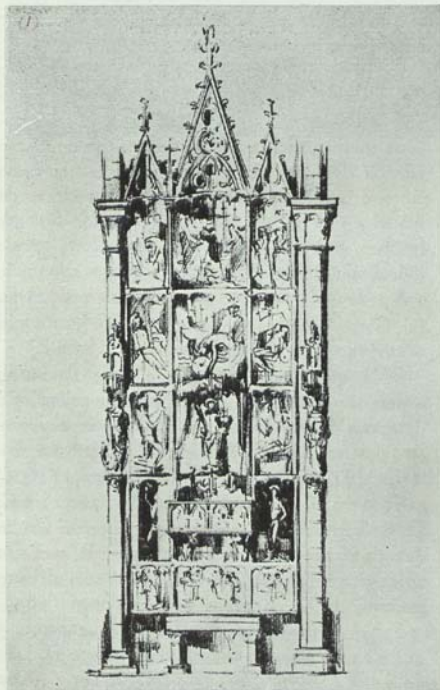
Et rerum series pulcherris distincta figuris.

Alusão por certo às figuras do retábulo com cenas da vida, martírio e milagres do Santo, nos 13 painéis e nas figuras que ornavam o altar.

(59) Confira também o Pe. Carvalho da Costa «Corographia Portuguesa», T. III, pág. 343.

(60) Não parecer de alguns na Igreja de Santa Maria Madalena o que será difícil de demonstrar dada a posição do ancoradouro fóra da escarpa.

Reconstituições conjecturais dos Altares «primitivo» (I) e «barroco» (II) dedicados a S. Vicente na Sé de Lisboa



Cunha (1642, ou seja, cerca de duzentos anos sobre a reconstrução) ter sido construído por essa ocasião.

Se assim não foi é de admitir a possibilidade de ter sido construído mais tarde, no tempo de D. Afonso V, pois data de 1451 uma quitação, passada por um mestre-escola da Sé em que aparece, como mestre de obras da «Capela de São Vicente» um empreiteiro cujo nome era João Afonso⁽⁵⁶⁾.

Noutro documento datado de 1420 (D. João I) se faz referência a esse mesmo João Afonso, de Obidos e morador em Lisboa, como mestre de obras da «Capella moor de Sam Vicente que he em a Sé».

Não pensemos que referindo-nos às obras efectuadas na Capela de São Vicente, olvidámos ou nos afastámos do assunto das relíquias. Um assunto depende do outro, como se verá.

Nesse «altar primitivo» as relíquias estavam encerradas entre madeira (de que o altar era feito) e prata devidamente lavrada.

No tempo de D. Manuel I, possivelmente no tempo em que o governo da diocese de Lisboa estava confiado a D. Jorge da Costa (1464 a 1500) o qual mandára colocar no altar de São Vicente as suas armas (assinalando assim a sua devoção ao Santo) as relíquias foram encerradas, como em tempos idos, numa caixa de pedra, a qual foi metida num vão da parede do altar do Santo, mas, a entrada ficou de tal maneira disfarçada que se perdeu a memória do sítio.

A D. Manuel I sucedeu-se D. João III. No tempo deste rei: e sendo arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Meneses Coutinho e Vasconcelos (1540-1564) foi mandado arranjar de novo o referido altar não se fazendo (que eu saiba) qualquer referência à posição das relíquias que continuavam entaipadas.

A D. João III sucedeu no trono D. Sebastião, D. Henrique e o poder dos Filipes; tanto bastava para que se perdesse de memória o local das relíquias⁽⁵⁷⁾.

Foi no tempo dos Filipes que mais uma vez se fizeram obras na Sé aparecendo então e por mera casualidade a referida caixa de pedra que encerrava as relíquias.

Esta descoberta ocasional dos pedreiros deu origem a grande gáudio em toda a cidade, refe-

rindo Júlio de Castilho⁽⁵⁸⁾ que se celebraram grandes festas de 25 de Agosto a 16 de Setembro de 1614. Era então arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro (1585-1625).

É altura de perguntar: — Onde teriam ficado as relíquias? Não o sabemos, sendo apenas do nosso conhecimento, primeiro, que a essa data as obras empreendidas pelo Arcebispo D. Fernando estavam inacabadas, segundo, que pela carta régia de 21 de Novembro de 1615, com referência a outra anterior, se recomendava à Câmara de Lisboa que fizesse na Sé o altar de São Vicente e quanto «as Santas relíquias» desejava-se saber o parecer se haviam de ficar «no mesmo logar em q̄ forao achadas ou passaremse ao altarmor⁽⁵⁹⁾ e q̄ p^a hũa e outra cousa se ordene diferentes modelos». Outra carta régia dirigida à Câmara de Lisboa (2 de Maio de 1617) instava pelo desenho do novo painel, esta, seguida duma outra (13 de Fevereiro de 1618) em que é ordenado à Câmara de Lisboa para que venha a estabelecer o «real de água» para com esse tributo se proceder às obras do retábulo da Capela de São Vicente.

Por sua vez o Cabido da Sé representava a D. Filipe III, em 1631 não só sobre a necessidade de substituir o painel existente como também sobre a circunstância de o altar do Santo não ter degraus, ao passo que o altar-mor tinha cinco e a cátedra do arcebispo outros cinco, de maneira que os pés do prelado e dos cônegos ficavam mais altos que o dito altar «com grande indecência e escandalo do povo»⁽⁶⁰⁾ sendo então ordenado à Câmara que executasse a obra pedida.

Como decorreu o assunto para o futuro não o sabemos.

Há quem suponha que o altar florentino e por isso a modificação na Capela e relíquias é da época filipina, seria então no governo sucessivo dos Arcebispos, D. Miguel de Castro (1585-1625), D. Afonso Furtado de Mendonça (1626-1630) e D. João Manuel (1630-1632) pois D. Rodrigo da Cunha que sucedeu a este último (1635-1643) não faz referência a ele mas sim ao «altar primitivo». Teria sido durante o efêmero governo de D. António de Mendonça (1670-1675)? Não parece provável. O que parece é que o tivesse sido no tempo do Arcebispo D. Luís de Sousa (1676-1702) pois foi em 1693 — no



Relicário com ossos da mão (aberto)

tempo da Regência — que se recolheram as preciosas relíquias em rico cofre de prata o que é confirmado por Baptista de Castro como foi exposto quando se tratou da construção do altar florentino ⁽⁶¹⁾.

Sobreveio o Terremoto de 1755, que destruiu o túmulo e altar barroco de São Vicente, em mármore embutidos. Nessa hora tremenda em que uma parte da Sé desabava o que teria acontecido às relíquias?

Em boa hora editou a Câmara Municipal de Lisboa a «História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa» obra calculada entre os anos de 1704 e 1708, devidamente anotada por Durval Pires de Lima, o qual a pág. 467 expõe a sua opinião a este respeito: — «Era, como se vê no ms. um fragmento da caveira do Mártir (Doação ao Mosteiro de São Vicente)... Havia outras relíquias, entre elas as da Sé, guar-

dadas em uma das casas da catedral, perdidas, achadas em 1614, parece que perdidas de novo e reencontradas em 1692. Depositadas numa das Capelas da Charola à custa do Senado de Lisboa sumiram-se definitivamente, com o precioso cofre de prata que as continha por ocasião do Terremoto».

A estas afirmações podemos opor o que se encontra num manuscrito ⁽⁶²⁾ sobre o terremoto de 1755 elaborado por «Hum anonimo para memoria nos séculos futuros em o ano de 1757».

«...Os cofres de prata e cristal cujas chaves tinha lançado nomeyo do Tejo o Arcebispo de

⁽⁵⁶⁾ Confira *Lisboa Antiga*, Vol. V, pág. 20.

⁽⁵⁷⁾ E por isso dezasseis anos sobre o terremoto de 1598.

⁽⁵⁸⁾ *Lisboa Antiga*, Vol. VI e pág. 151.

⁽⁵⁹⁾ Não confundir com capela-mor.

⁽⁶⁰⁾ Confira *Lisboa Antiga*, Tomo VI, pág. 150.

⁽⁶¹⁾ Sumptuosa Capela de finísimos jaspes.

⁽⁶²⁾ Confira também na *Lisboa Antiga*, Vol. V, pág. 28.



Relicário com ossos da mão (fechado)

Lisboa q̄ o mandou fazer, depois que nelles meteo as insignes reliquias do corpo de S. Vicente martyr, se derreterão, e as mesmas reliquias se destruirão e desencaminharão muitas, ficando hũa pouca porção dellas, que se conservão em decente cofre. . . ».

Estava terminada a peregrinação?

Não; derreteu-se a urna mas no meio dessas cinzas e do entulho das paredes abatidas ainda se percebeu o logar onde estavam algumas reliquias desse corpo martirizado nos tempos do cruel Daciano, reliquias que ainda hoje existem nessa Cathedral, tendo ficado queimadas algumas delas, que se encontram em dois cofres, sendo:

- 1) — Um, uma arca em madrepérola e prata, arca que se guarda na sacristia e cuja chave está em poder do Eminentíssimo Prelado da Diocese. Tem a arca

aproximadamente as seguintes dimensões: Comprimento: 0^m,70 — Largura: 0^m,35 — Altura: 0^m,35.

- 2) — O outro, uma notável peça artística de ourivesaria em ouro e prata trabalhada, (Séc. xvi?) na qual se encontram alguns ossos que pertenceram à mão do Santo. Este cofre, é o que se apresenta à veneração dos fiéis que desejam oscular a reliquia em 22 de Janeiro, com as dimensões aproximadas de: Comprimento: 0^m,24 — Largura: 0^m,13 e Altura 0^m,14. Possivelmente as reliquias foram ali depositas no tempo de D. Maria I.

As reliquias de São Vicente não obstante as vicissitudes porque passaram encontram-se pois na Sé de Lisboa.

Em 1885 estavam no alto do trono do altar da sua capela.

Em 1936 o cofre de prata e madrepérola estavam na capela de Bartolomeu Joanes, na mesma Sé.

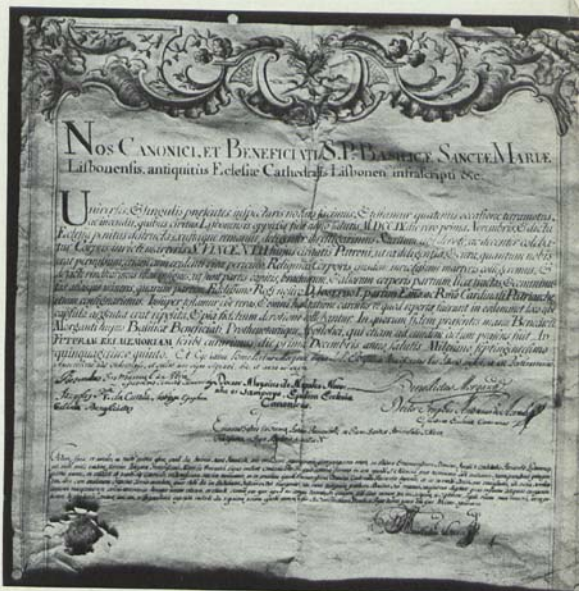
Posteriormente a arca de madrepérola passou para a sacristia seiscentista e o cofre para o tesouro da Sé.

Resta apenas responder a uma pergunta:

Por quem foram recolhidas essas relíquias e em que tempo?

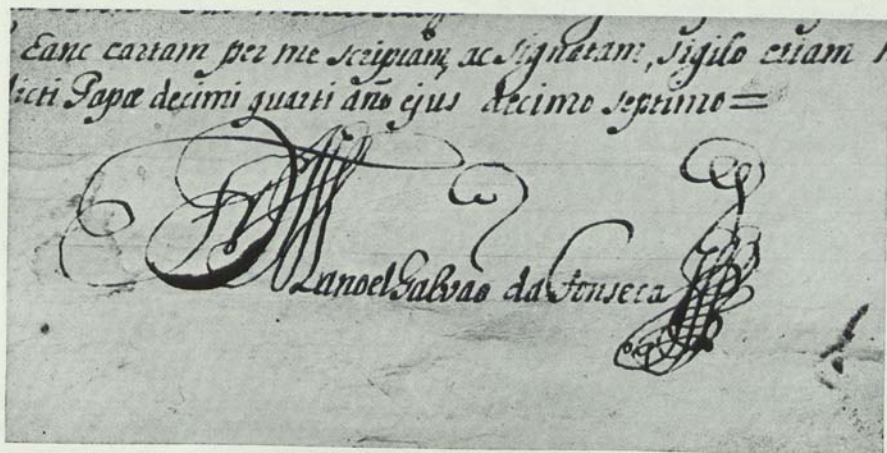
Um pergaminho do Séc. XVIII, tirado do pó dos arquivos patriarcais pelo cônego D. João de Castro (Nova Goa) e lido em primeira mão pelo Cônego Dr. Isaías da Rosa Pereira, do qual foi autorizada, pelo Cardeal Patriarca D. Manuel Gonçalves Cerejeira, glória da diocese olisiponense, fotografia e publicação na «Revista Municipal» escrito que nos dá uma resposta formal e que dentro das dimensões de 52 x 50 diz tudo sobre a autenticidade duma parte das relíquias.

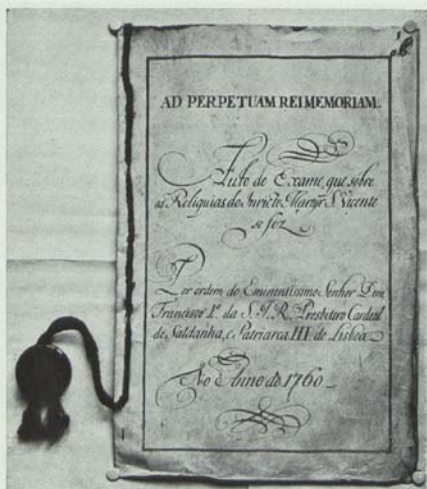
Cônegos e Beneficiados, com risco da própria vida, retiraram daquele caos de pedras e calça, que se havia de conservar ainda por mais de doze anos, algumas essadas como consta do documento assinado em último lugar por Manuel Galvão da Fonseca, Presidente do Cabido e autenticado pelo seu selo de capa, cujo texto se insere no final deste trabalho.



Pergaminho do Séc. XVIII desenhado à pena que autentica a parte das relíquias que foram encontradas pelos Cônegos e Beneficiados da Sé de Lisboa, pouco depois do terremoto de 1755

Assinatura de Manuel Galvão da Fonseca, Presidente do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa





Processo de identificação de algumas reliquias de São Vicente —
Sec. XVIII

Outras foram piedosamente surripadas por um estrangeiro que arrependido as restituiu como consta dum *Auto de Exame* com as dimensões de 35 x 23, escrito sobre pergaminho e constando de uma capa e 5 folhas tudo ligado por cordão de seda vermelha, unidas as pontas por caixa de latão onde se encontra encerrado o selo em cera da mesma cor.

O qual documento, será publicado na íntegra em devido tempo e em apêndice.

Verifica-se por estes documentos que a autenticidade das referidas reliquias foi declarada no tempo do 2.º e 3.º Patriarca de Lisboa D. Manuel José da Câmara e Cardeal Saldanha, pelo que não é menos oportuna breve referência a Suas Eminências reverendíssimas.

D. Manuel José da Câmara (1754-1758). O seu governo foi além de curto muito penoso e atravessado das mais ingratas recordações. A capela-mor da Sé estava em ruínas, caminhava-se a passos largos para a grande festa litúrgica do Natal, era preciso preparar tudo para essa

solenidade, mas onde? Problemas sobre problemas foi o que caracterizou esse governo, e, como se os problemas fossem poucos acabava de nascer uma campanha de vida ou de morte contra a Companhia de Jesus; quem a alimentava? Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, *fac-totum* do Rei D. José I. Não é preciso acrescentar mais nada, para se compreender a luta interior de D. Manuel José da Câmara que, *malgré lui*, se viu automaticamente envolvido nessa segunda tragédia. A 9 de Julho de 1758 exalou o seu último suspiro na vila da Atalaia. *Pascitur in vivis livor, post dona fata quiescit...*

Sucedeu-lhe o tristemente célebre Cardeal Saldanha (1758-1776) o qual abusando da missão que o Pontífice lhe confiara ao nomeá-lo visitador da Companhia de Jesus teve apenas em vista receber uns escassos trinta dinheiros, ser nomeado Patriarca de Lisboa.

Conseguiu o intento, mas não a amizade do Marquês; isso era conhecido de todos e por isso quando depois dum jantar oferecido em casa do Marquês ele adoeceu gravemente logo afirmaram, com o já velho adágio: — «Quem os seus inimigos poupa nas mãos lhe vem a morrer».

Mas, passemos adiante do que pode ter sido apenas para um e outro uma triste coincidência.

O Cardeal Saldanha procurou com afan a restauração da sua Sé que continuava em ruínas e tanto maiores foram as diligências quanto é certo que lhe tinham incendiado o barracão do Erário Novo, onde se celebravam as cerimónias religiosas. Delongas não faltaram, e, se bem que em 1767 tivessem surgido esperanças radiosas mas efémeras, elas só se tornaram em realidade positiva e indubitável em 1777, no reinado de D. Maria I mas a esse tempo já o inditoso Cardeal Saldanha estava na eternidade...

Sucedeu-lhe o Cardeal Sousa e Silva (1779-1786). Foi no seu tempo (30-12-1781) que a rainha D. Maria I colocou nos actuais mausolés, obra de Joaquim Machado de Castro, os restos mortais de D. Afonso IV e de Dona Beatriz. Ficou então desimpedida a Capela-mor da Sé.

Se repararmos no estado de alarme da diocese, e nas invulgares circunstâncias ocasionadas não só pelo Terremoto como pela enorme confusão



Selo em cera vermelha apenas ao auto de exame sobre as reliquias de São Vicente

gerada por motivos de vária ordem na igreja diocesana durante 170 anos, bem poderemos considerar verdadeiro «prodígio do Céu», a conservação de documentos que se referiram à autenticidade das reliquias.

Uma pequena nota bastará para compreendermos o caos:

A real Capela de S. Tomé foi consumida pelo fogo que acompanhou o terremoto.

Nesta emergência a Igreja Patriarcal, que ali tinha a sua sede, passou para a Ermida de S. Joaquim de Alcântara até 1756.

Nessa data (1756) passou para uma «magnífica» barraca construída no terreno denominado «Erário Novo», a qual foi criminosamente in-

endiada no dia 9 de Maio de 1765. Em três horas foram destruídos os maiores valores que encerrava.

Por esse motivo a Patriarcal foi transferida para S. Roque (isto durou apenas 15 dias...), sendo de novo transferida para o Mosteiro de S. Bento da Saúde onde outro incêndio (Outubro de 1771), tudo consumiu.

Nesta emergência foi mudada para a igreja de S. Vicente de Fóra até Março de 1792 (D. Maria I) sendo então transferida para nova Capela junto do Palácio da Ajuda onde permaneceu até 1834 ⁽⁶³⁾.

(63) Ao lado de tudo isto, e na sucessão dos tempos numa época em que ninguém se julgava seguro, em que todos desconheciam o dia de amanhã, ponhamos as invasões francesas com todos os seus crimes e actos de guerra, ponhamos as lutas liberais, as campanhas anti-religiosas, o advento da República, o abandono do Paço Patriarcal de S. Vicente de Fóra, a resignação e desterro de dois Patriarcas, as lutas fratricidas e bem poderemos considerar a conservação destes pergaminhos como verdadeiro «milagre» (seja-nos perdoada a expressão) de São Vicente.

Chave do cofre envolta em pergaminho





O NOTARIO APOSTOLICO DE S. SANTIDADE

Jose Joaquim Ribeiro
Authentico das Reliquias de S. Vicente e chave do Cobre das mesmas, que está na sua Capella na Igreja da Sé Cathedral.

Cartão do Notário — Apostólico de S. Santidade

NOS CANONICI, ET BENEFICIATI S. P. BASILICAE SANCTAE MARIAE LISBONENSIS, ANTIQUITUS ECCLESIAE CATHEDRALIS LISBONEN INFRASCRIPTI &c.

Universis, et singulis praesentes inspecturis notum facimus et testamur quatenus occasione terremotus / ac incendii, quibus civitas Lisbonensis oppressa fuit anno salutis M. DCC.LV. die vero prima Novembris et dicta / Ecclesiae penitus destructa exustaque remansit, deligenter investigavimus Sacellum ubi devote ac decenter colebatur / Corpus invicti martiris S. Vincentii hujus civitatis Patronii, ut ea deligentia et cura quantum nobis / erat permissum, etiam cum evidenti vitae periculo, Reliquias Corporis ejusdem invictissimi martyris colligeremus. et / de facto vindicavimus illas insignes, ut sunt partes capitis, brachiorum, et aliarum corporis partium, licet fractas, et comminutas / aliasque minores, quarum partim Fidelissimo Regi nostro D. Josepho I. partim E.^{mo} ac R^{no} Cardinali Patriarchae / etiam consignavimus. Insuper testamur esse veras, et omni haesitatione carentes eo quod repertae fuerum in eodem loco ubi — capsula argentea erat reposita, et pia fidelium devotione collebantur. In quorum fidem praesentes manu Benedicti / Morganti hujus Basilicae Beneficiati, Prothonotarii Apostolici, qui etiam ad eundem actum praesens fuit ad / FUTURAM REI MEMORIAM scribi curavimus die prima Decembris anno salutis Millesimo septingentesimo / quinquagesimo quinto. (mudança de tinta e de caligrafia). Et ego idem.

Benedictus Morganti huius S. P. Basilica Beneficiatus has litteras confeci, et (emendado)

ubi Prothonotarius / Apostolicus eas subscripsi, die et solito meo signo signavi, die, et anno ut supra,

Rosendus Emmanuel a (?) silva
ejusdem Ecclesiae Canonicy

Josephus — Pr.^a da Cunha Nobrega Ejusdem
Ecclesia Beneficiatus

Doctor Aloysius de Napoles Noronha
et Sampayo, Ejusdem Ecclesia
Canonicy

Benedictus — Morganti
Doctor Josephus Antonius de Azevedo
Ejusdem ecclesiae Canonicy

Emmanuel Galvão da Fonseca, Prelatus Patriarchalis ac Praeses Basilicae Patriarchalis S. Mariae / Fidelissimae et Regiae Magestatis a Conciliis &c^o

(Na caligrafia de D. Manuel Galvão da Fonseca).

Fidem facio, et attestor, ac tacto pectore assero, quod die decima sexta januarii, anni millesimo septuagesimo quinquagesimo octavi, in Palatio Eminentissimi Domini Josephi Cardinalis Patriarchae lisbonensis / per (ut?) eum mihi traditae fuerunt reliquiae Invictissimi Martiris Vincentii, cujus inclitae civitatis Patroni, quae inventae fuerunt in ara ejusdem S. Martiris post terremotum anni millesimo septingentesimo quinquagesimo quinti et collectae ab praedictis Canonicy et Beneficiatis superius nominatis et in potestate ejusdem Eminentissimi Domini Cardinalis Patriarchae depositae; ut eas in eandem Basilicam transferrem, ubi antea servaban / tur, una cum attestatione superius litteris mandata, quas eadem die in Ecclesiam Infantis dei transportavi, ubi tunc temporis praedicta Basilica suo muneri satisfactura debebat; quas inquam reliquias in capsula / argentea margaritarum conchis extrinsecus decenter ornata collocavi et claudi clavemque ejus apud me semper retinui; in quorum fide hanc cartam per me scriptam, ac signatam, sigilo etiam meo munita; ut in posterum de praedictis constet, exaravi et in praedicta capsula includi die vigesima prima ejusdem mensis et anni SS.

Domini Nostri Benedicti Papae decimi quarti anno ejus decimo septimo

Emmanuel Galvão da Fonseca

Selo da Chapa do Presidente do Cabido.

Esta a história das venerandas relíquias de São Vicente e homenageados pelos Reis, pelo Município e pelo Povo.

(Continua).




IRISALVA MOITA









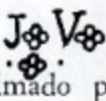

HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS-V

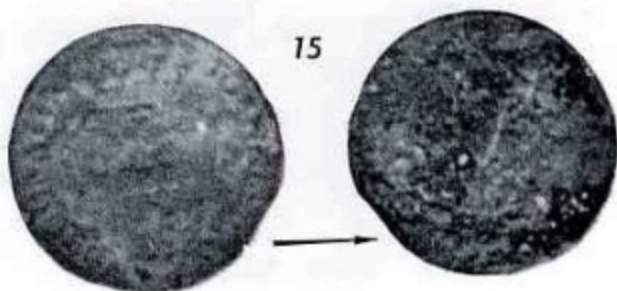
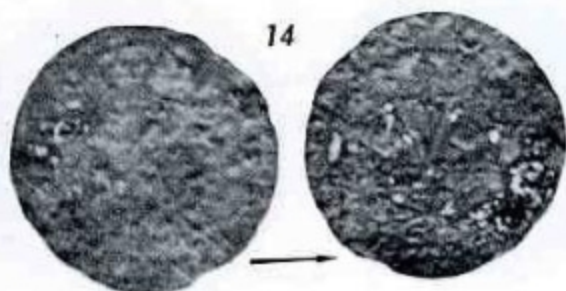
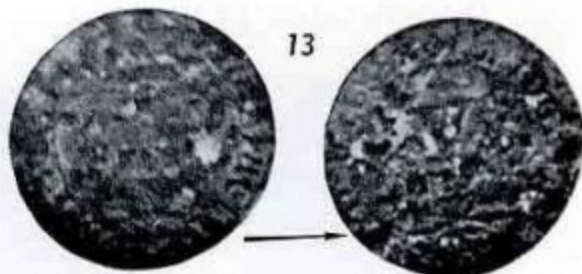
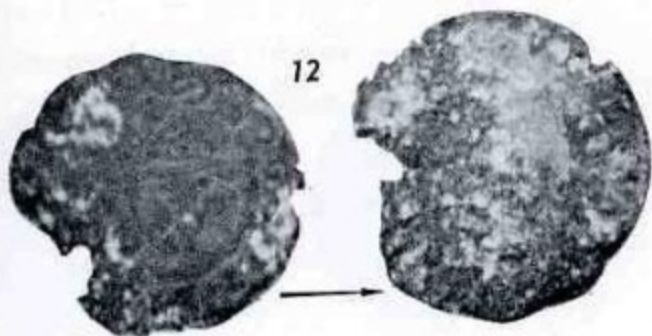
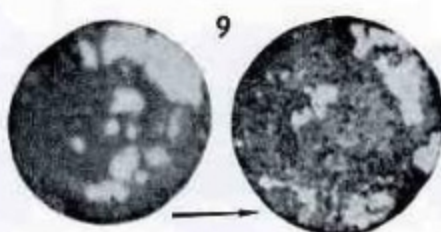
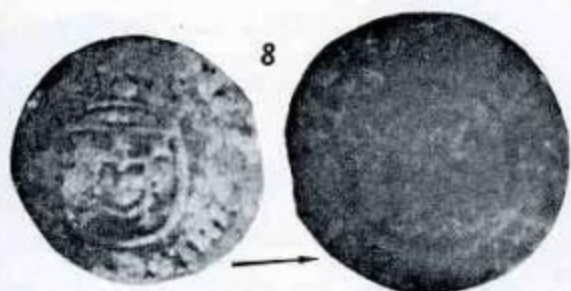
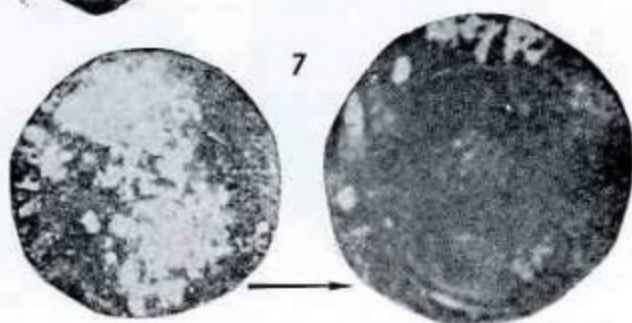
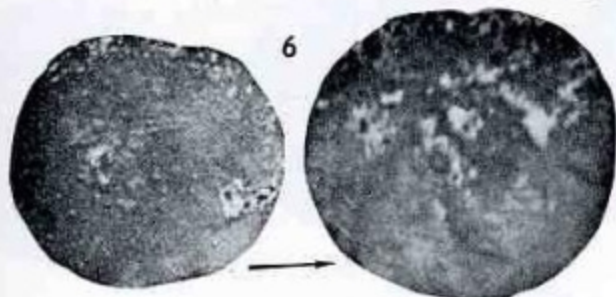
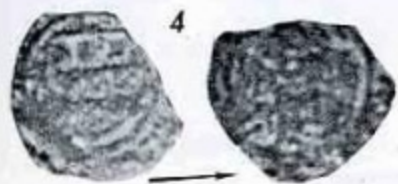
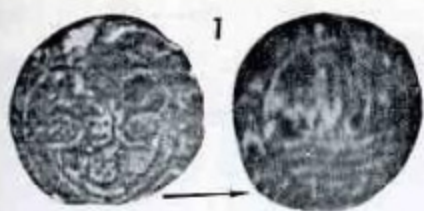
RELATÓRIO DAS ESCAVAÇÕES A QUE MANDOU PROCEDER
A C. M. L. DE 22 DE AGOSTO A 24 DE SETEMBRO DE 1960

IV — MOEDAS

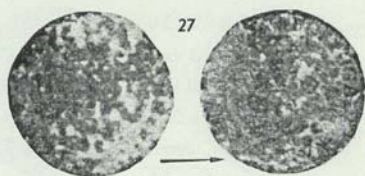
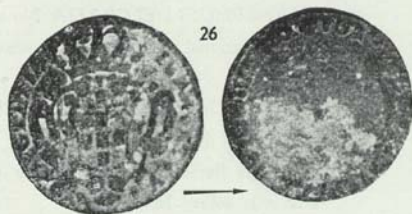
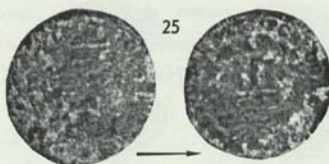
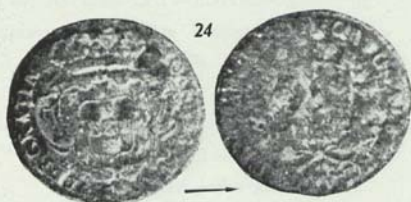
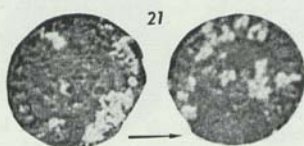
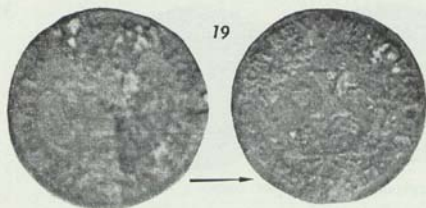
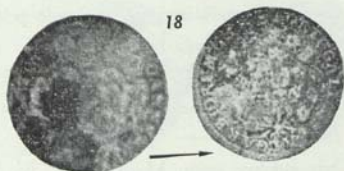
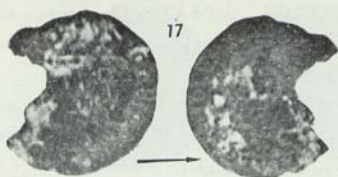
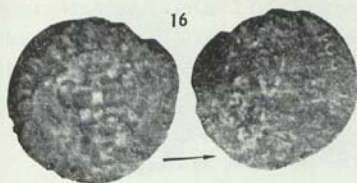
Estampas XC, XCI, XCII, XCIII e XCIV:

- 1 — A/....LP....No campo as quinas cantonadas por castelos, sobre a cruz de Avis.
R/.....No campo o castelo com três torres sobre as ondas.
Ceitil; cobre; M=0,02.
- 2 — A/.....No campo as quinas cantonadas por castelos, sobre a cruz de Avis.
R/.....No campo, um castelo com três torres sobre as ondas.
Ceitil; cobre; M=0,019.
- 3 — A/.....No campo as quinas cantonadas por castelos.
R/.....O castelo com três torres sobre as ondas.
Ceitil; cobre; M=0,019.
- 4 — A/.....No campo as quinas cantonadas por castelos.
R/.....No campo o castelo com três torres sobre as ondas.
Ceitil; cobre; M=0,016.
- 5 — A/ **IOANE** .. No campo o escudo nacional.
R/. **IOANE**No campo o castelo com três torres sobre as ondas.
Ceitil; cobre; M=0,017.
- 6 — Moeda de cobre muito gasta, notando-se no A/ o escudo de D. João III.
M=0,029.
- 7 — A/ **NVS:I:**... No campo mal se nota o escudo nacional.
R/.....No campo V muito gasto.
Cinco reais; cobre; M=0,028.
- 8 — A/.....No campo o escudo nacional, encimado pela coroa real.
R/ No campo, dentro dum círculo, $1\frac{1}{2}$ entre florões (gasto).
Meio real; cobre; M=0,026.
- 9 — A/. No campo P  II dentro dum círculo formado por tracinhos, encimado pela coroa real; na orla.....

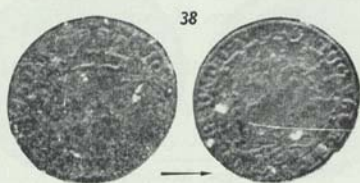
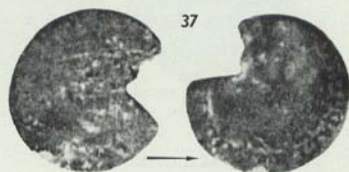
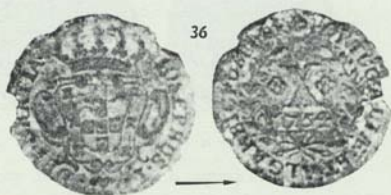
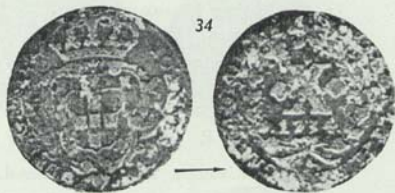
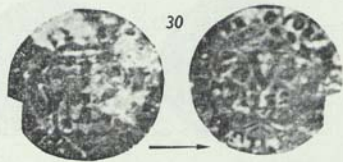
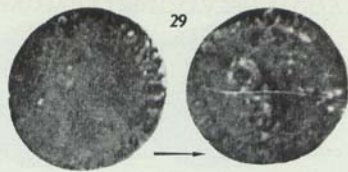
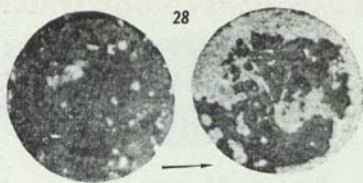
- R/..... 1699; No campo, dentro duma coroa de louros, I.....
Um real e meio; cobre; M=0,022.
- 10 — A/.PETRVS.II.D.G.PORTVG.ET.ALG.REX — No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real, tendo, à esquerda, 400, entre dois florões e, à direita, 1689, entre dois florões.
R/.IN  HOC  SIGNO  VINCES .—No campo, a cruz de Cristo cantonada por 4 florões.
Cruzado; prata; M=0,036.
- 11 — A/.PETRVS.II.D.G.PORTVG.ET.ALG.REX — No campo o escudo nacional, encimado pela coroa real, tendo à esquerda, 200, e, à direita, 1688, entre dois florões.
R/.IN  HOC  SIGNO  VINCES .—No campo, a cruz de Cristo cantonada por 4 florões.
Meio cruzado; prata; M=0,029.
- 12 — A/.No campo  dentro dum círculo de tracinhos, encimado pela coroa real; na orla D.G.PORT.ET.....
R/.VTILI.....O campo adulterado.
Cinco réis; cobre; M=0,031.
- 13 — A/.IOANNES.V.DEI.....No campo o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.POR Æ.ET.ALGARBIORVM. REX  No campo, dentro de dois ramos de louro entrelaçados, V, entre dois florões; por baixo a data 17..
Cinco réis; cobre; M=0,03.
- 14 — A/.IO.....DEI.GRATIA — No campo o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/...ORT.....ET.ALG.....No campo, dentro de dois ramos de louro entrelaçados, V, entre dois florões; por baixo a data, 1734.
Cinco réis; cobre; M=0,03.
- 15 — A/.Muito adulterado, não sendo possível a sua descrição.
R/....OR....ET.AL....No campo V entre dois florões, tendo por baixo a data, 1734, dentro de dois ramos de louro entrelaçados.
Cinco réis; cobre; M=0,029.



- 16 — A./IOANNES.V.—DEI.GRATIA—No campo o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R./POR....AL....No campo V entre dois florões, tendo por baixo a data, 1744, dentro de dois ramos de louro entrelaçados.
Cinco réis; cobre; M=0,03.
- 17 — A/....ANN....ATIA—No campo o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/....UGALI....No campo V tendo por baixo a data (ilegível) entre dois florões, dentro de dois ramos de louro entrelaçados.
Cinco réis; cobre; M=0,031.
- 18 — A./IOANNES.V EI.GRATIA No campo o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R./PORTUGALIÆ ALGARBIORUM.
REX ☼ No campo III tendo por baixo a data, 17. .4, dentro de dois ramos de louro entrelaçados.
Três réis; cobre; M=0,028.
- 19 — A./IOA....V—DEI.GRATIA No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/. PORTUGALIÆ . ET . ALGARBIORUM . REX ☼
No campo, dentro de dois ramos de louro entrelaçados X entre dois florões e tendo por baixo a data 1748.
Dez réis; cobre; M=0,035.
- 20 — A/. No campo ☼☼V☼ dentro dum círculo formado de tracinhos, encimado pela coroa real; na orla PORT ALG.REX.
R/.VTILITATI ☼ PUBLICÆ ☼ No campo X entre dois florões, dentro duma coroa de louro.
Dez réis; cobre; M=0,038.
- 21 — A/. No campo ☼J☼V☼ encimado pela coroa real; na orla D LG.REX.
R/....LIT....TI PVBLICÆ.... No campo, dentro duma coroa de louros, III, indicativo do valor.
Três réis; cobre; M=0,027.
- 22 — A/....NES ☼V☼—☼DEI☼ GRATIA
No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIO..... No campo, dentro de dois ramos de louro entrelaçados, V, entre dois florões; por baixo 1732.
Cinco réis; cobre; M=0,031.
- 23 — A/.No campo ☼J☼V☼ dentro de um círculo formado por tracinhos e encimado pela coroa real; na orla D.G.PORT.ET.ALG.REX.
R/.VTILITATI ☼ PUBLI.... ☼ 1724 ☼
No campo, dentro duma coroa de louro, X, entre dois florões.
Dez réis; cobre; M=0,0365.
- 24 — A./IOANNES.V.—DEI.GRATIA No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro duma coroa de louros, X, entre dois florões; por baixo, a data 17. .4
Dez réis; cobre; M=0,036.
- 25 — A./IOAN....D..... No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGA.....Æ.ET.ALGAR..... No campo, dentro duma coroa de louros, III, indicativo do valor; por baixo a data 1733.
Três réis; cobre; M=0,028.
- 26 — A./IOANNES+V+—+DEI+GRATIA No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTU....LLÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro duma coroa de louros, X, entre dois florões; data ilegível.
Dez réis; cobre; M=0,035.
- 27 — A./IOANNES.V.DEI GRATIA No campo o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGAL ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro duma coroa de louros, V, entre dois florões, indicativo do valor; por baixo a data 17. .
Cinco réis; cobre; M=0,03.



- 28— A/.IOANNES.....GRATIA No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET..... No campo, entre dois ramos de louro, V, entre dois florões; por baixo a data (safada).
Cinco réis; cobre; M=0,031.
- 29— A/.IOANNES.V.DEI.GR..... No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real (safado).
R/.PORT.....LIÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro de dois ramos de louro, X, entre dois florões; por baixo a data 1738.
Dez réis; cobre; M=0,033.
- 30— A/.....ES V. DE:..... No campo o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTU.....E.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro de dois ramos de louro, V, entre dois florões; por baixo a data 1732.
Cinco réis; cobre; M=0,032.
- 31— A/.IOANNES.V.DEI.GRATIA No campo as armas nacionais ornamentadas, encimadas pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro de dois ramos de louro, X, entre dois florões; por baixo a data 1737.
Dez réis; cobre; M=0,034.
- 32— A/.—No campo, dentro dum círculo formado por tracinhos e encimado pela coroa real
✠ J. ✠ V ✠ .Na orla D.G.PORT.ET.ALG. REX.
R/.VTILITAT ✠ PVP CÆ ✠
17 .. ✠ No campo X entre dois florões, dentro dum coroa de louro.
- 33— A/.IOANNES.V.DEI.GRATIA No campo o escudo nacional encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
✠ No campo X entre dois florões; por baixo a data 1747, dentro de dois ramos de louro.
Dez réis; cobre; M=0,0345.
- 34— A/.IOANNES.V.DEI.GRATIA No campo, o escudo nacional encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo X entre dois florões, tendo por baixo a data 1734, dentro de dois ramos de louro.
Dez réis; cobre; M=0,036.
- 35— A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX. No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real, tendo de cada lado, três florões.
R/.IN ✠ HOC ✠ SIGNO ✠ VINCES ✠
No campo, a cruz de Cristo cantonada por 4 florões.
Seis vinténs; prata; M=0,025.
- 36— A/.IOSEPHUS.I.—DEI. GRATIA No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIORUM.....
No campo, dentro duma coroa de louros, X, entre dois florões; por baixo a data 1754.
Dez réis; cobre; M=0,0345.
- 37— A/.IUS.I.....I.GR..... No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALI.....ET.ALGAR.....M... O
campo safado, notando-se apenas um florão.
Dez réis; cobre; M=0,033.
- 38— A/.JOSEPHUS —DEI GRATIA No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro duma coroa de louros, X, entre dois florões.
Dez réis; cobre; M=0,033.
- 39— A/.JOSEPHUS.I.DEI.GRATIA No campo, o escudo nacional ornamentado, encimado pela coroa real.
R/.PORTUGALIÆ.ET.ALGARBIORUM.REX
No campo, dentro de dois ramos de louro, X, entre dois florões; por baixo a data 1764.
Dez réis; cobre; M=0,034.



- 40 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX. No campo, a effigie do rei coroado, à direita; por baixo a data 1732.
R/.No campo o escudo nacional encimado pela coroa real.
Ouro; meia peça; M=0,025.
- 41 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX. No campo, a effigie do rei coroado, à direita, tendo por baixo um R. (Rio de Janeiro) e a data 1744.
R/.No campo, o escudo nacional coroado.
Peça; ouro; M=0,032.
- 42 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX. No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo um R. (Rio de Janeiro) e a data 1745.
R/.No campo o escudo nacional coroado.
Peça; ouro; M=0,032.
- 43 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo a data de 1745.
R/.No campo, o escudo nacional coroado.
Peça; ouro; M=0,032.
- 44 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo B (Baía) e a data 1745.
R/.No campo, o escudo nacional encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 45 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo R. (Rio de Janeiro) e a data 1745.
R/.No campo, o escudo nacional encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 46 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei coroado, à direita, tendo por baixo R. (Rio de Janeiro) e a data 1745.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 47 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo R. (Rio de Janeiro) e a data 1746.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 48 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo R. (Rio de Janeiro) e a data 1747.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,035.
- 49 — A/.IOANNES.V.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo R. (Rio de Janeiro) e a data 1750.
R/. No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 50 — A/.JOSEPHUS.I.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo a data 1751.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 51 — A/.JOSEPHUS.I.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo R. (Rio de Janeiro) e a data 1751.
Peça; ouro; M=0,033.



- 52— A/.JOSEPHUS.I.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo a data 1753.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 53— A/.JOSEPHUS.I.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo B. (Baía) e a data 1753.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,033.
- 54— A/.JOSEPHUS.I.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo a data 1753.
R/.No campo, o escudo nacional encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.
- 55— A/.JOSEPHUS.I.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo a data 1754.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,033.
- 56— A/.JOSEPHUS.I.D.G.PORT.ET.ALG.REX No campo, a effigie do rei, coroado, à direita, tendo por baixo a data 1754.
R/.No campo, o escudo nacional, encimado pela coroa real.
Peça; ouro; M=0,032.

52



53



54

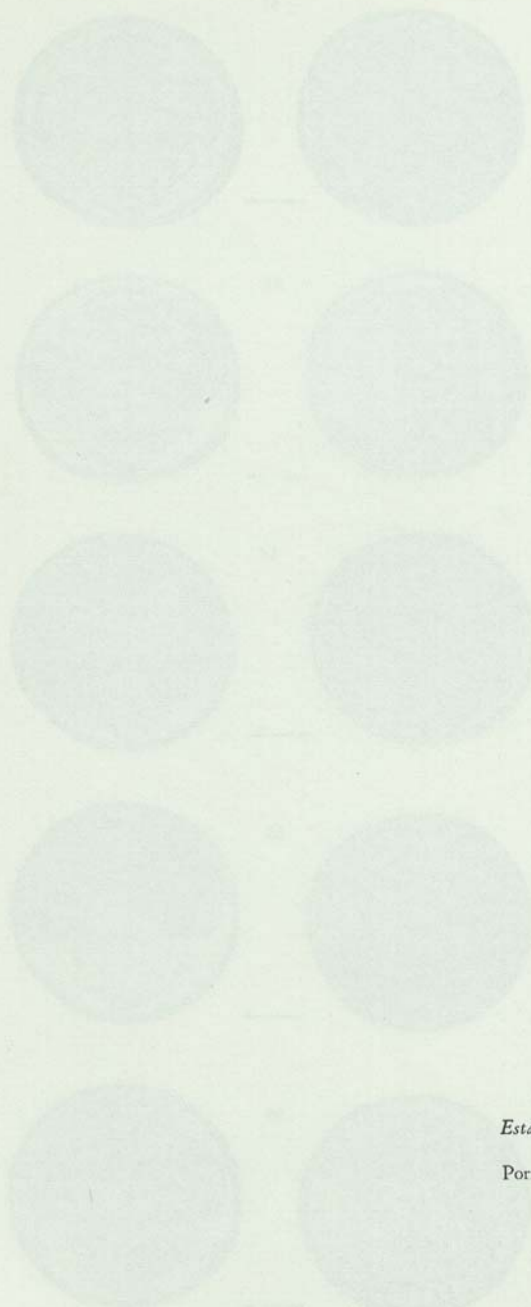


55



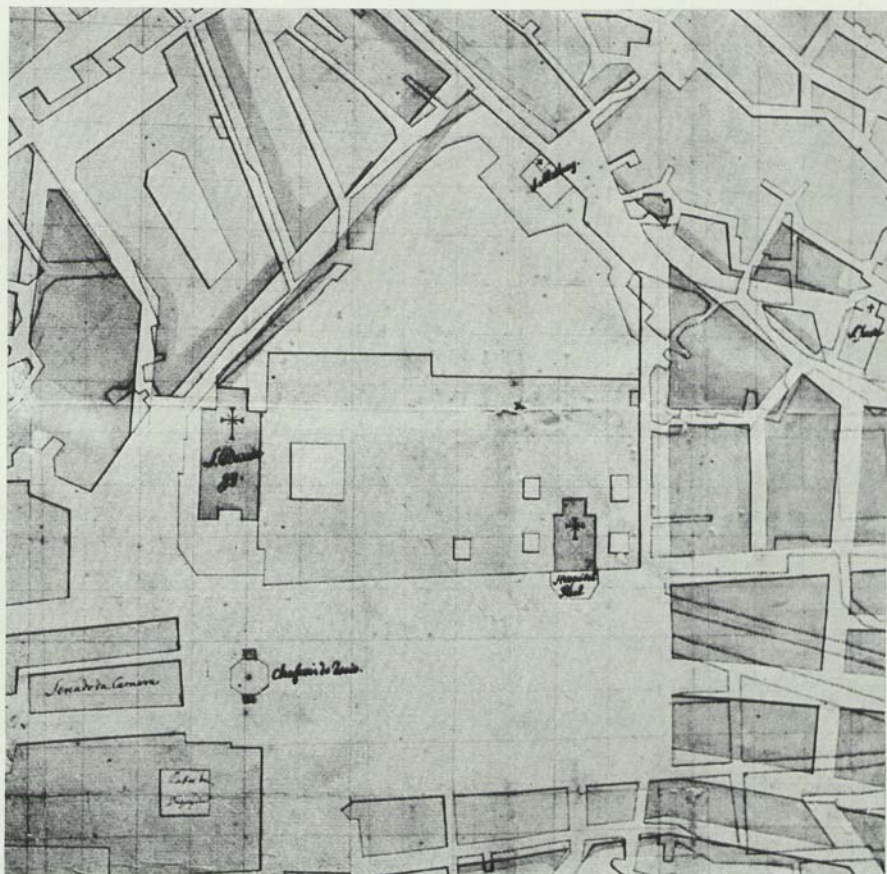
56





Estampa XCV:

Pormenor da *planta n.º 3 (?)* dos prospectos e reconstrução da cidade, devido ao capitão *Eugénio dos Santos e Carvalho* e ao ajudante *António Carlos Andreis*. Desenho aguarelado. Museu Municipal, n.º inv.º 520.



Estampa XCVI:

Planta topographica eixacta do Sitio que comprehende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos os Santos desta Cidade, etc. ... levantada pelo ajudante Guilherme Joaquim de Menezes e o discípulo Tomás Roiz da Costa em 9 de Dezembro de 1750. Desenho aguarelado. Biblioteca Nacional de Lisboa, Cartografia, pasta M, n.º 7.

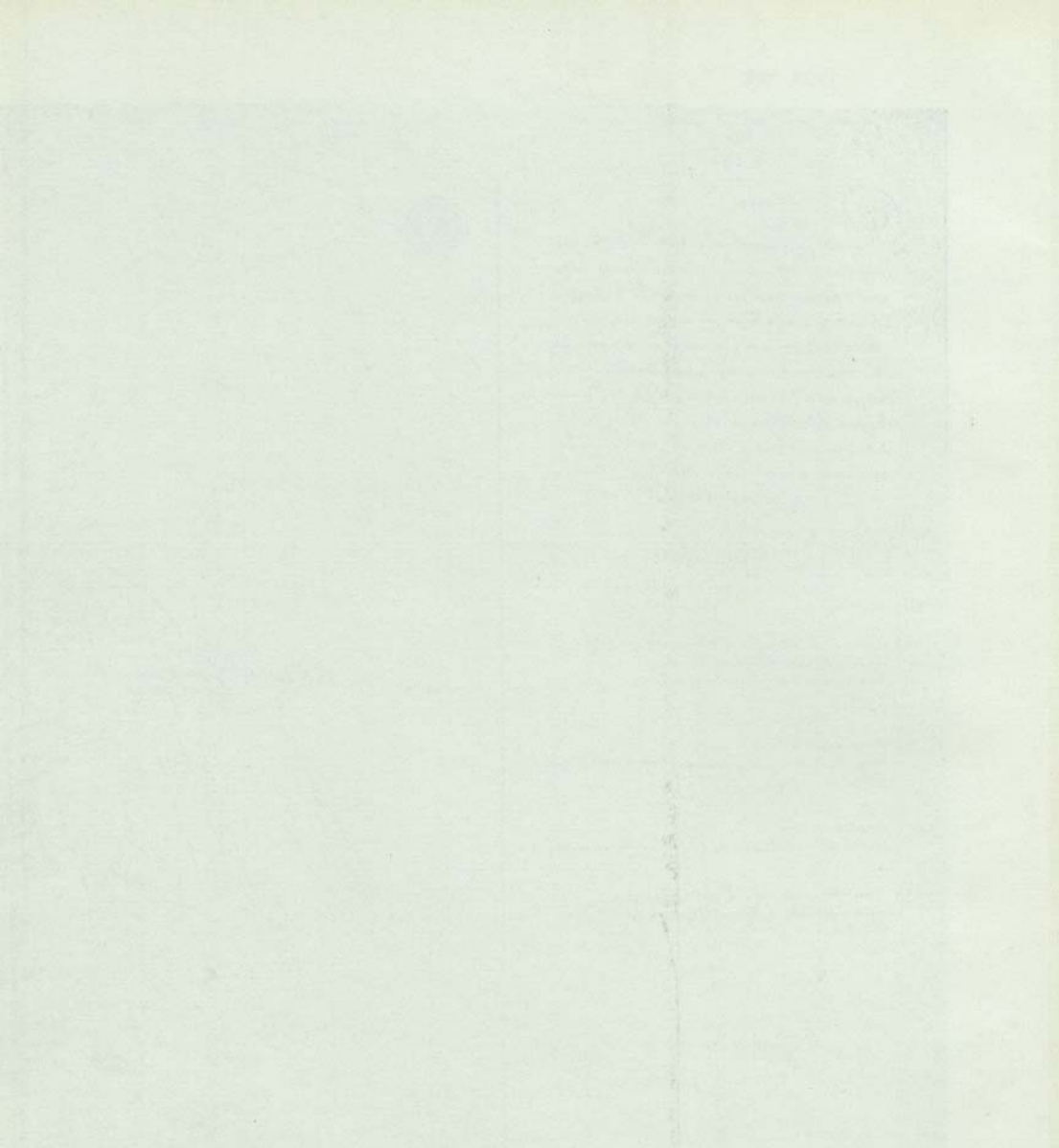
Dimensões: 0,925 × 0,58; Esc.: 700 palmos.

Planta Geographica, exacta eod. die que
 comprehendit aedificia omnia edificata eorū
 pital & Real de todos os Santos e da Cidade e
 Convento de São Domingos, e Casas com de S. M.
 e Ex. M. e Marquês de Caseres, como a dos partida-
 ras, a qual se deu a supressão de Sargento Mór
 D. Diogo de Oliveira pelo Capitão D. Guilherme
 de Aguiar Pires de Moraes, e D. Capitão D. Manoel
 da Costa, a que assistiram também outros Capitães
 todos de S. M. e Sargento Mór, e finalizou a 9 de
 Dezembro de 1750

Explicação

- 113 denota egue pertence ao
 Igreja de
 Academia de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Academia de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Engenharia nova de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
- 222 denota egue pertence ao
 Igreja de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Igreja de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Convento de São Domingos
 contigua, ao
- 333 denota egue pertence ao
 Academia de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Academia de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Academia de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
- 444 denota egue pertence ao
 Casas de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Casas de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os
 Casas de S. M. de Arago, e de S. M. Hospital Real de todos os



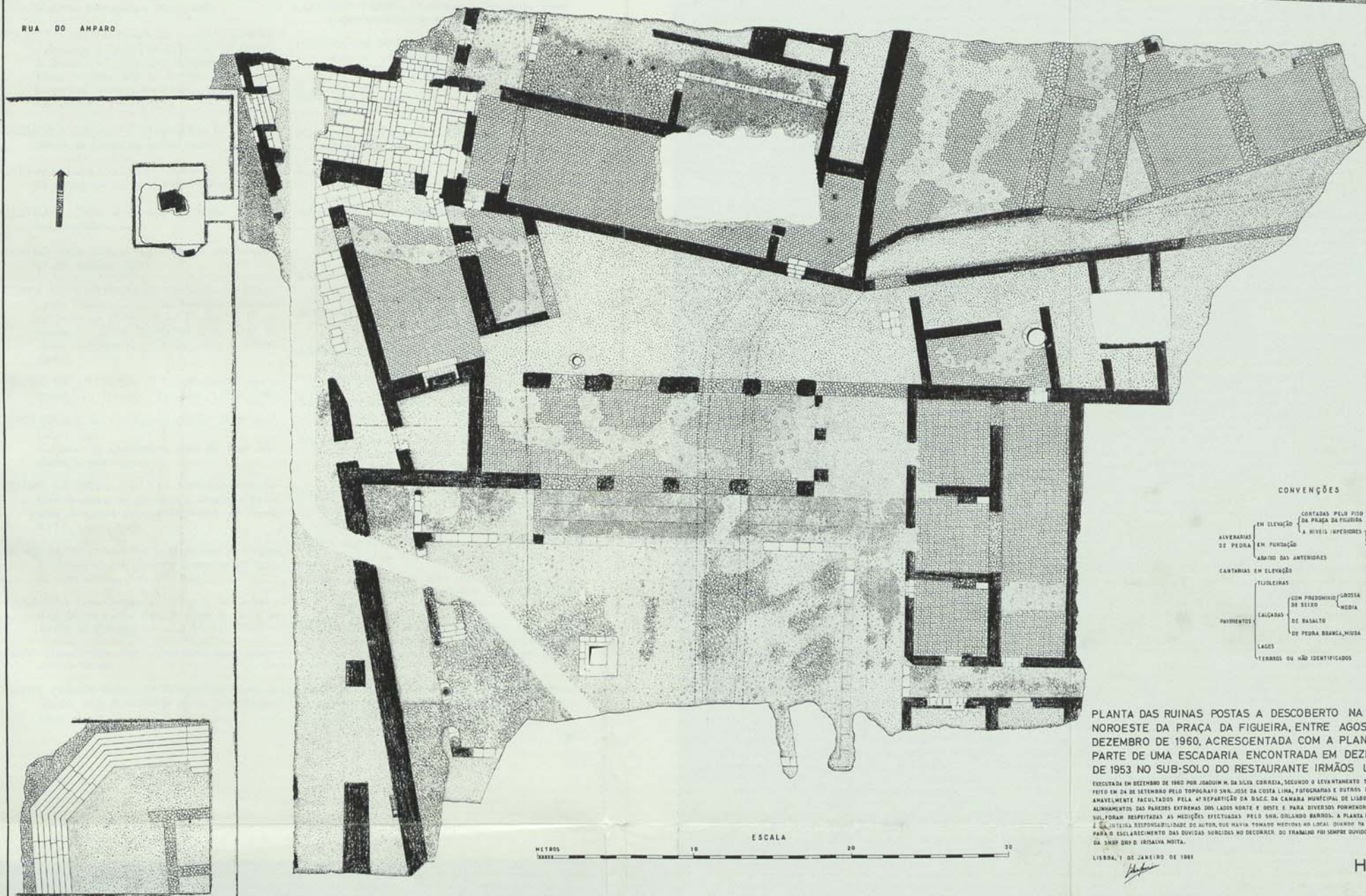


Estampa XCVII:

Planta geral das ruínas postas a descoberto pelas escavações.

Esc.: 1:200.

RUA DO AMPARO



CONVENÇÕES

	CORTADAS PELO PISO DA PRAÇA DA FIGUEIRA	
	A NÍVEIS INFERIORES	
ALVENARIAS DE PEDRA	EM ELEVACÃO	
	EM FUNDAÇÃO	
	ABANDO DAS ANTERIORES	
CANTARIAS EM ELEVACÃO		
	TIJOLEIRAS	
	COM PIRREDEIRO GROSSO DE SEIXO	
	DE MEDIA	
CAÇADAS DE BASALTO		
PAVIMENTOS DE PEDRA BRANCA, MUDA		
LACES		
TERÇOS OU NÃO IDENTIFICADOS		

PLANTA DAS RUINAS POSTAS A DESCOBERTO NA ZONA NOROESTE DA PRAÇA DA FIGUEIRA, ENTRE AGOSTO E DEZEMBRO DE 1960, ACRESCENTADA COM A PLANTA DE PARTE DE UMA ESCADARIA ENCONTRADA EM DEZEMBRO DE 1953 NO SUB-SOLO DO RESTAURANTE IRMÃOS UNIDOS

EXECUTADA EM DEZEMBRO DE 1960 POR JARDIM M. DA SILVA CORREIA, SECUNDO O LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO FEITO EM 24 DE SETEMBRO PELO TOPOGRAFO SR. JOSE DA COSTA LIMA, FOTOGRAFAS E OUTROS DOCUMENTOS AMABILMENTE FACULTADOS PELA 1ª REPARTIÇÃO DA DISEC. DA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA. PARA OS ALINHAMENTOS DAS PAREDES EXTREMAS DOS LADOS NORTE E SUL E PARA DIVERSOS PORMENORES DA ZONA SUL FORAM RESPEITADAS AS MEDIÇÕES EFECTUADAS PELO SR. GILMARD BARROS. A PLANTA DA ESCADARIA E DO NÍVEL DA RESPONSABILIDADE DO ALTOZ, QUE HAVIA TOMADO MEDIDAS NO LOCAL, QUANDO DA DIVISÃO PARA O ESCLARECIMENTO DAS DUVIDAS SURTIDAS NO DECORRER DO TRABALHO FOI SEMPRE OUVIDO O PARER DA SRAP DR. D. IRISALVA MOITA.

LISBOA, 1 DE JANEIRO DE 1961

HTS-1

BIBLIOGRAFIA

- ABREU (Eduardo) — *Noticia de dois documentos raros relativos ao Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa*, in «Arquivos da História da Medicina Portuguesa», Porto, 1887.
- BRANDÃO (João) — *Tratado da majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa, na 2.ª metade do Século XVI* (Estatística de Lisboa de 1552). Texto impresso sob a direcção de Anselmo Braancamp Freire. Comentários e notas de Gomes de Brito, Lisboa, 1923.
- CARMONA (Mário) — *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, Lisboa, 1954.
- CARVALHO DA COSTA (P.º António) — *Corografia portuguesa*....., Vol. III, Lisboa, 1712.
- CASTILHO (Júlio de) — *Lisboa Antiga*, 2.ª ed., Vol. X, Lisboa, 1935.
- CASTRO (João Baptista de) — *Mappa de Portugal*, 3.ª ed., Lisboa, 1870.
- COSTA GOODOLPHIM (J. Cipriano) — *O Hospital de Todos-os-Santos. Sua fundação. Hospitais existentes em Lisboa. El-Rei D. João II. O seu testamento. El-Rei D. Manuel I*, in «Trab. da Acad. das Ciênc.», 1.ª Série, Tomo I, Lisboa, 1908.
- FREIRE DE OLIVEIRA (E.) — *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Lisboa, 1882.
- GOES (Damião de) — *Chronica d'El-Rei D. Manuel*, Lisboa, 1911.
— *Lisboa de Quinhentos*, trad. de Raul Machado, Lisboa, 1937.
- GOMES DE BRITO (José J.) — *Comentários ao tratado de majestade, grandeza e abastança da cidade de Lisboa na segunda metade do Século XVI*....., 1923.
- HERCULANO (Alexandre) — *Impressões da viagem a Portugal de João Baptista Venturino em 1571*, in «Opúsculos», Vol. VI, 1843.
- LAVANHA (João Baptista) — *Viagem da Catholica Real Majestade del Rey D. Filipe II N. S. ao Reyno de Portugal*....., Madrid, 1622.
- LIMA (Durval Pires de) — *Uma vista pouco conhecida do Rossio*.
- LOPES (Alfredo Luís) — *O Hospital de Todos-os-Santos hoje denominado de S. José*, Lisboa, 1890.
- NOGUEIRA (José Maria António) — *Esparsos*, Coimbra, 1934.
- OLIVEIRA (Frei Nicolau de) — *Livro das Grandezas de Lisboa*, Lisboa, 1804.
- OLIVEIRA FREIRE (António) — *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*, Lisboa, 1739.
- PEREIRA DE SOUSA (Francisco Luís) — *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*, Lisboa, 1923.
- PINA (Rui de) — *Cronique Del Rey Dom Jobam II, Atlantida*, Coimbra, 1950.
- PINHO LEAL (Augusto) — *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. IV, Lisboa, 1874.
- Regimento do Hospital de Todos-os-Santos*, de 19 de Janeiro de 1504, Ed. do Lab. Sanitas, Lisboa, 1946.
- Relação verdadeira e individual do Formidável incêndio, que se ateou no Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa, em 10 de Agosto, deste anno de 1750*, Lisboa, 1750.
- RESENDE (Garcia de) — *Chronica de El-Rei D. João II*, Lisboa, 1902.
- RODRIGUES DE OLIVEIRA (Cristóvão) — *Sumário*....., ed. Biblion. Lisboa, 1938.
- SANDE (P.º Duarte de) — *Primeira embaixada do Japão à Europa* (versão do latim), in «Arquivo Pitoresco», Vol. VI, págs. 78 e segs.
- SANTA MARIA (Frei Agostinho de) — *Santuário Mariano*, Vol. VII, Lisboa, 1721.
- SANTOS (Sebastião Costa) — *Tratamento das Boubas no Hospital Real de Todos-os-Santos em princípios do Século XVI*, Lisboa, 1916.
- SILVA CORREIA (Fernando da) — *Dois notáveis Hospitais Portuguezes*, in «A Medicina Contemporânea», n.º 16, 17 e 18, Ano LX, 1942.
- SILVA CARVALHO (Augusto da) — *Crónica do Hospital de Todos-os-Santos*, Lisboa, 1949.
- Synopse dos Principaes actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa em 1848*, Lisboa, 1849.
- SOUSA (Frei Luís de) — *Primeira parte da «História de S. Domingos particular do Reino e Conquistas de Portugal»*, por Frei Luís Cácegas, 3.ª ed., Lisboa, 1866.
- VASCONCELOS (Basílio de) — *Itinerário do Dr. Jerónimo Münzer*, in «O Instituto», Vol. 83.º, Coimbra, 1932.



LISBOA, ETERNA MADRUGADA

*Lisboa, há quantos séculos menina,
Moça eterna, que o Tempo nunca ameaça;
Não sei de graça igual à sua graça,
De ar como esse ar com que Ela nos fascina.*

*Atlântida talvez, grega, latina,
Visigótica, moura... tanta raça
De pagãos e de heréticos que passa
Por Ela, e seu prestígio não declina!*

*Baptiza-se no Tejo... então, mais bela
Ainda, entre as mais belas se revela:
— Portuguesa, marítima e cristã.*

*Madrugada de Fé no mar, na terra...
Sobre o teu Sol a noite não se cerra,
Lisboa, há quantos séculos manbã!*

ALBERTO DE MONSARAZ



III CONGRESSO HISPANO-LUSO-AMERICANO-FILIPINO DE MUNICÍPIOS

DE 22 a 25 de Novembro realizou-se na Cidade de Brasília, o III Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios, de acordo com o resolvido no II Congresso, em Lisboa. Os assuntos a tratar especialmente constituíam quatro temas:

- I — Os Municípios e o desenvolvimento comunitário;
- II — Aspectos que afectam a administração municipal;
- III — Cooperação financeira dos organismos nacionais e internacionais;
- IV — O Município dentro do plano integral e suas repercussões no desenvolvimento nacional.

A Delegação Portuguesa que, chefiada pelo Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, General França Borges, teve lugar de reconhecido relevo no decurso dos trabalhos do Congresso, era constituída pelo Prof. Adriano Moreira, Drs. João Costa Freitas, Henrique Martins Gomes, Manuel dos Santos Ferreira, Nuno Maria Villas-Boas Pontes, Joaquim Macedo de Barros, Maria Palmira Moraes Ponte Duarte, João Duarte, e Vicente da Costa Ribeiro Rodrigues.

Com referência ao I Tema, o Centro de Estudos de Serviço Social e Desenvolvimento Comunitário do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, da Universidade Técnica de Lisboa, representou-se com o trabalho «A Promoção Económica e Social das Populações Rurais Através do Desenvolvimento Comunitário — Contribuição para o seu estudo».

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa proferiu na abertura dos trabalhos do Congresso a saudação que a seguir se publica.

Senhor Prefeito de Brasília, Engenheiro Plínio Cantanhede, Senhora Dona Zilda Cantanhede, Minha Senhora, Minhas Senhoras Senhores Congressistas Meus Senhores.

Vão passados sete anos depois que se realizou o II Congresso de Municípios, em Lisboa, e onde tive o prazer e honra de receber tão destacadas personalidades da vida brasileira, ligadas à administração e à vida municipal.

Hoje, tenho o prazer de poder assistir a este III Congresso, fazendo parte duma representação da cidade de Lisboa, cidade do mármore e do granito, «das muitas e desvairadas gentes» no dizer dum escritor antigo que assim quis definir a universalidade do mundo cosmopolita, que até ali acorria, quando Portugal descobriu as novas terras e delas trouxe novidade e a riqueza, novos costumes e novos elementos que valorizassem a vida dos povos.

É em nome dessa romântica cidade da beira do Tejo e no dos meus companheiros de trabalho que me cumpre saudar:

Primeiro Sua Excelência o Senhor Presidente da República do Brasil, o Governo e todos os homens grandes no saber, na inteligência, no trabalho, na consciência e no coração que mantêm o prestígio do Brasil e são a garantia do seu futuro.

Saúdo a mais moderna cidade do mundo, que tem o privilégio de ser administrada pela mocidade e pelo prestígio do Engenheiro Plínio Cantanhede: Tenho pena de que não tenha podido aceitar o convite que lhe dirigi para estar em Lisboa como hóspede de honra da cidade, quando da inauguração da ponte sobre o Tejo, há 3 meses.

Saúdo todas as cidades brasileiras, nas pessoas dos seus Governadores e Prefeitos.

Saúdo todos os representantes dos municípios estrangeiros: da Espanha, Chile, Venezuela, República Dominicana, Honduras, Guatemala, Estados Unidos, Filipinas, Porto Rico, Peru, Paraguai e Colômbia.

Saúdo todos aqueles a quem foi confiada a organização deste III Congresso, na pessoa do seu eminente Presidente, grande amigo de Portugal, o Deputado Dr. Osmar Cunha, sem esquecer o Dr. Cunha Bueno.

Saúdo os portugueses residentes no Brasil, meus irmãos e meus amigos que desde sempre têm contribuído com o seu trabalho para a grandeza, economia e unidade deste querido Brasil.

Não me posso esquecer do grande impulsionador deste Congresso e seu primeiro Presidente, o Conde de Mayalde, antigo Alcaide de Madrid, lamentando que esteja ausente Dom Carlos Árias, o actual Alcaide, mas alegrando-me de ver presente o 1.º Tenente Alcaide de Madrid, Dom Jesus Suevos e o ilustre Alcaide de Barcelona e meu ilustre amigo Dom Antonio Porcioles.

Vão ser debatidos quatro temas do maior interesse para a vida municipal nas suas relações com o Estado e com as populações.

Permito-me destacar a comunicação portuguesa focando os «municípios e o espírito comunitário» no campo rural e urbano.

Apresenta a base da comunicação o Professor Dr. Adriano Moreira, antigo e prestigioso Ministro do Ultramar, Director do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras do Ultramar, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e que nesta Cidade, constantemente, promove reuniões, congressos, conferências e colóquios do mais alto significado cultural, visando o conhecimento, discussão e divulgação das teses mais elevadas, visando a dignificação do homem, no campo do espírito e à sombra dos princípios cristãos. Ele é o primeiro entre nós e cumpre-me agradecer a sua presença e extraordinária colaboração.

O alto funcionário municipal, Sr. Dr. Manuel dos Santos Ferreira, profundo conhecedor do benefício comunitário no meio urbano, apresentará a sua tese impressa.

O Professor Dr. João da Costa Freitas, alta personalidade no meio cultural português, e antigo subsecretário de Estado do Ultramar; o Sr. Dr. Henrique Martins Gomes a cuja esclarecida inteligência a cidade de Lisboa confia as suas manifestações culturais; Vicente Ribeiro Rodrigues e Dona Maria Palmira Duarte que desde há muito se dedicam com notável inteligência aos problemas de aspecto social e o Engenheiro Herberto de Miranda, o Dr. João Duarte e o Dr. Macedo de Barros, completam a delegação portuguesa.

O problema comunitário — Permito-me realçar a importância extraordinária de que ele se reveste, visando a felicidade e bem estar da popu-

lação, na medida em que dissecando o aspecto da educação cívica, do social e do económico em relação às camadas populacionais mais pobres ou mais incultas, constitui notável contributo para o engrandecimento dos municípios e das Nações, na medida em que a todos concede um forte instrumento de luta, útil por sua objectividade.

A felicidade das populações, quando amparadas e impulsionadas constantemente pela ajuda económica, depende da educação cívica e da obediência dos agregados populacionais a esses mesmos princípios:

- a educação individual é a base da felicidade e bem estar da família;
- a educação do agregado familiar, é condição do entendimento e bem estar entre os vizinhos;
- a educação cívica dos múltiplos vizinhos traduz-se na harmonia, respeito e cooperação dos agrupamentos populacionais (cidades, vilas e aldeias), na ordem pública geral, no ambiente dos locais de trabalho, entre dirigentes e dirigidos ou entre camaradas;
- a educação cívica a praticar pelas Nações é o penhor do entendimento, da paz e do progresso entre todas elas.

Não existirão lutas, nem disputas, na medida em que Nações, famílias e indivíduos, forem na prática das suas atitudes, fiéis aos princípios de conduta moral, decente e digna.

Desejo ardentemente que este Congresso represente conclusões valiosas sobre todos os temas do Congresso, mas, sobretudo, na análise do espírito comunitário, para que tais conclusões se representem bem definidas, lógicas, claras e práticas, pois assim um contributo extraordinário será concedido, para que em todos os países, os governos e as organizações especializadas passem a dispor duma arma do mais alto valor para a solução do mais grave problema da hora actual.

O nome de Brasília ficaria assim ligado a um acontecimento que interessa ao futuro de todas as nações do mundo.

Igualmente, a tal sucesso ficaria ligado o nome do vosso e nosso Brasil.

Vindo de longe, o meu coração se entenece ao ouvir falar a língua portuguesa como vós o fazeis: a cantar.

Do português fizestes uma canção.

Dessa faixa do litoral europeu «onde a terra se acaba e o mar começa», fizestes um extenso continente, maravilhoso e prometedor.

Vós ides a Portugal continental, visitar as terras de vossos avós. Nós vimos aqui, a visitar as terras dos nossos irmãos.

Nós confiamos no Brasil e no seu povo, nos seus homens de Estado, Administradores, Professores, sábios e políticos; no espírito benemerente e cristão das suas mulheres a quem saúdo; nos seus homens do comércio, industriais e agricultores; nos seus literatos, pensadores, poetas e jornalistas; em todos os espíritos desempoeirados e almas voltadas ao futuro e ao passado, que vêem com largueza toda a amplitude e grandeza deste excepcional país que todos construíram e mantêm.

E é bem mais difícil manter do que criar!

Não deixeis por forma alguma, que ele se desmembre; o que é grande é sempre grande.

Na bandeira do Brasil está o esforço de todos os homens de boa vontade e dos patriotas de todos os tempos.

E essa bandeira está confiada a um grande exército, que faz da sua vida uma religião plena de desinteresse; Exército que atende à unidade e não à parcela, que considera as razões primárias acima das secundárias, que pugna pelo interesse de todos acima do interesse de alguns; ao nacional acima do interesse local: a unidade do Brasil está bem entregue a esse glorioso, consciente, inteligente e corajoso Exército que conhece como ninguém mais, os perigos que dia a dia ameaçam a Pátria nos seus alicerces por aqueles que com diabólica inteligência a pretendem destruir.

A um Exército que «é a última razão», a última garantia da integridade e da unidade.

Grande como é o vosso Brasil, só um grande e puro amor o poderá manter unido para afrontar com fé, as tempestades do futuro.

E o Brasil seguirá o seu rumo histórico cada vez mais cristão, mais decidido e sempre unido, como diz uma estrofe do seu Hino Nacional:

*«Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo».*

Que Deus proteja sempre o Brasil.



O PRESIDENTE DA C. M. L. CUMPRIMENTANDO
SUA EXCELENCIA O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
DO BRASIL, MARECHAL CASTELO BRANCO



«O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE LISBOA»

COMUNICAÇÃO APRESENTADA NO CONGRESSO
HISPANO-LUSO-AMERICANO-FILIPINO DE MUNI-
CÍPIOS, REALIZADO EM BRASÍLIA EM FINS DE 1966

MANUEL DOS SANTOS FERREIRA

1 — DEFINIÇÃO DE MUNICÍPIO E DE COMUNIDADE

Os municípios actuais tiveram origem nos municípios romanos, constituídos em cidades de população não originária de Roma. Pela incorporação do lugar em que vivia nos estados da república, essa população adquiria a cidadania romana, sem deixar de reger-se pelas suas próprias instituições e leis.

Na Idade Média os municípios eram por vezes formados pela federação de diversas corporações de artes e ofícios.

Diz Hernando Calleja que o regime político e social dos municípios fazia lembrar muito a *cidade-estado* da velha Grécia e da Roma Antiga.

A palavra *município*, hoje de sinonímia idêntica à de *concelho*, designa concretamente o conjunto de habitantes integrados nas famílias da mesma circunscrição administrativa, cujos interesses de vizinhança são orientados pela respectiva câmara municipal.

Correlativamente designa também a área geográfica abrangida pela própria instituição.

Comunidade é o agrupamento de pessoas com laços de solidariedade e com interesses comuns prosseguidos em conjunto.

A existência de uma comunidade caracteriza-se, fundamentalmente, por elos de solidariedade e pelo esforço conjugado das pessoas que a compõem.

Em geral tem por base o meio geográfico que, em razão da vizinhança, de costumes e tradições comuns, tende a constituir uma unidade administrativa.

Há, porém, comunidades em que não predominam a proximidade física ou a divisão administrativa, mas os interesses das respectivas instituições e a identidade de fins económicos, culturais, de interajuda, de ocupações ou de distrações.

A estas procura dar-se preferentemente o nome de *colectividades*.

A comunidade geográfica pode ser espontânea (uma aldeia) ou criada (um bairro de uma cidade).

2 — O QUE É O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

O homem, vivendo em ambiente e nível correspondentes à sua educação, à sua inteligência, aos seus recursos e possibilidades económicas, ao seu trabalho, à sua ascendência e às suas inclinações e, quantas vezes, aos acasos da sorte, tem laços indestrutíveis de família e de vizinhança, compartilhando das preocupações dos grupos em que se integra.

Há riscos e interesses individuais mas também há riscos e interesses comuns.

Nem mesmo isolando-se o homem consegue a dissociação, pelo menos com carácter de continuidade.

Daí dizer-se que, quando o homem se cultiva, trabalha ou se distrai, vive não só para si mas também para os seus semelhantes e dos seus semelhantes. O comportamento para com eles desperta, por norma, um comportamento recíproco.

Por isso, não há valorização ou promoção individual sem colaboração e correspondência social. Aliás os próprios conceitos de valorização e de promoção são relatividades subjectivas, com escalonamento ou graduação em todos os pressupostos comparáveis.

A valorização é sempre conseqüente do esforço e das qualidades e possibilidades do indivíduo, quer tomado como elemento físico, quer considerado na sua integração social.

A sociedade apresenta-nos, deste modo, a vitalidade e o valor dos seus elementos, não na passividade mas na acção.

A iniciativa e a vontade são, assim, as alavancas impulsionadoras de progresso, em que se insere o *desenvolvimento comunitário*. Este procura o desenvolvimento global do indivíduo em todas as suas manifestações físicas e humanas, na consciencialização e no comportamento social.

No Seminário de Atenas de 1961 afirmou-se, e muito bem, que o desenvolvimento comunitário «cultiva um espírito de iniciativa

consciente e uma actividade individual e colectiva dos membros da comunidade, orientados para a valorização máxima dos elementos locais, começando pelo factor humano, o que valorizará também os outros para proveito da mesma comunidade e da comunidade em geral».

Como campo de aplicação, surge-nos, portanto, a pessoa humana integrada no ambiente local, do qual se faz a prospecção através do estudo e do diagnóstico social, para a descoberta de potencialidades utilizáveis e mobilização de valores físicos e morais, em proveito da respectiva comunidade.

Anteriormente ao conceito de desenvolvimento comunitário havia, evidentemente, benefícios e valorização individuais ou sociais de ordem geral, levados a cabo por organismos públicos ou particulares. Estes continuam a ser indispensáveis ao desenvolvimento global pretendido, mas há uma diferença muito sensível entre os seus métodos clássicos de acção social e o processo de desenvolvimento comunitário: A população abrangida formula as necessidades e possibilidades e só nas suas insuficiências é que intervêm as entidades públicas competentes para a realização dos empreendimentos.

Na planificação social procura-se assegurar e melhorar as condições de vida básicas (alimentação, educação, saúde, habitação) utilizando todos os meios possíveis e designadamente as salas de convívio, os jardins infantis e as creches, os dispensários e serviços médicos, as salas de estudo, as casas e oficinas de trabalho, a preparação de jovens para a família e para a profissão, o aperfeiçoamento da mulher na vida do lar e na orientação dos filhos, a especialização, a criação de grupos recreativos e culturais, e tudo o mais que contribua para a integração da pessoa no seu meio.

O método do desenvolvimento comunitário difere também do das tradicionais instituições de beneficência, uma vez que estas procuram suprir insuficiências e aquele pretende evitá-las no seu processo activo de evolução.

Normalmente o suprimento daquelas é permanente e, se faltar, a insuficiência mantém-se. Daí considerar-se a esmola, em muitos casos, como deseducativa, porque dá ao indivíduo uma habitação e uma conformação que o não impele a sair de tal insuficiência.

A assistência está para o desenvolvimento comunitário como a esmola para o ensino. Cito a este propósito um provérbio conhecido que ilustra tal afirmação: «Se encontrares um pobre faminto e lhe deres um peixe, matas-lhe a fome por um dia, mas se o ensinares a pescar matas-lhe a fome por toda a vida».

Referido em traços largos o que é o desenvolvimento comunitário que, quando procura coordenar as instituições já existentes em meio evoluído, ampliando-lhes as directrizes e a acção, toma o nome específico de *organização comunitária*, transcrevemos agora uma definição muito divulgada, a das Nações Unidas:

Desenvolvimento comunitário é «o conjunto de processos pelos quais os habitantes duma região unem os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorarem a situação económica, social e cultural da comunidade, de associarem essa comunidade à Nação e de lhes proporcionar uma contribuição sem reservas para o progresso do País».

Este programa, assim enunciado, tem muito de comum com os interesses tradicionalmente prosseguidos pelas instituições municipais portuguesas.

3 — PRINCIPIOS E OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

São objectivos comuns às diversas formas de desenvolvimento comunitário:

- Desenvolvimento económico;
- Criação social de um ambiente de comunidade;

- Reforço da coesão orgânica da comunidade e das relações recíprocas dos seus membros;
- Ajuda e adaptação dos que de novo entram na comunidade, aos hábitos e atitudes sociais desta;
- Educação de base e progressiva evolução cultural;
- Aproximação das situações existentes com os níveis superiores de desenvolvimento;
- Desenvolvimento artesanal, aperfeiçoamento de métodos de trabalho e restauração das actividades tradicionais;
- Encorajamento das virtuais iniciativas da população, através dos meios de receptividade e de eficácia, aplicados com a devida oportunidade;
- Estímulo da participação activa e consciente dos indivíduos em actividades e em responsabilidades sociais;
- Coordenação das instituições existentes, sua adaptação às novas formas de actuação e aos diversos estádios de evolução e funcionamento;
- Criação de organizações e serviços novos, de acordo com as necessidades;
- Elevação da população à custa dos seus próprios meios;
- Combate à tendência para o isolamento e alheamento das pessoas, relativamente aos interesses da comunidade, alheamento que se acentua nas grandes cidades;
- Encorajamento na planificação económica e social;
- Criação de normas jurídicas susceptíveis de estabilizar os bons resultados obtidos, evitando a regressão.

Os *métodos e programas* de actuação devem:

- constituir resposta às necessidades essenciais sentidas pela população;
- ter em conta o nível do grupo humano a que se destinam e ajustar-se aos sucessivos estádios de evolução;

- atender às repercussões das providências tomadas;
- mobilizar os recursos da comunidade;
- integrar-se em planos mais vastos até abarcarem a Nação.

Na execução dos programas há que assegurar a permanente troca de pontos de vista para a consciencialização das populações ou, ao menos, a frequente informação em forma simples, para a adequada interpretação e avaliação dos benefícios.

Só assim o indivíduo cria consciência quanto à utilidade e importância da vida em comunidade e da sua integração ao nível nacional.

O trabalho social na pessoa e na família é a forma mais útil de preparação de lares dignos, porque a família continua a ser a célula mais importante dos agrupamentos.

As instituições que prossigam ou superintendam no desenvolvimento comunitário deverão conhecer bem os anseios da população. Naquelas deverão estar representadas não só a própria população, mas ainda as autarquias locais, a vida comercial e industrial e as pessoas colectivas de utilidade pública com fins de ajuda e promoção, os organismos do Estado de fim idêntico, a Igreja e a iniciativa privada.

Assim, a organização comunitária é um elo das múltiplas relações entre as pessoas e as instituições, procurando preparar aquelas em ordem à boa utilização destas.

Onde não existem hábitos salutareos criam-se e onde não existem instituições congregam-se esforços e boas vontades para se organizarem dentro dos condicionalismos legais. Se estes não satisfazem, aponta-se à Administração Pública todo o conjunto de circunstâncias e necessidades que nova legislação deve visar.

Não importa o nível e o âmbito de funcionamento das estruturas comunitárias, pois o maior interesse reside, precisamente, no despertar das consciências adormecidas, para a elevação do indivíduo e da sociedade.

Ter-se-ão em conta as atitudes humanas, a administração e organização, os meios físicos e financeiros e a técnica.

Na preparação do elemento humano há a preocupação de ajudar as pessoas a afirmarem a sua personalidade e a sentirem o desejo de criar e de cooperar.

Além disso é indispensável que o ser humano ocupe devidamente o seu tempo no cuidado com a família, no trabalho, no descanso e no aproveitamento das horas livres que poderá utilizar no recreio, no desporto, na educação daqueles que lhe incumbe preparar para a vida, no convívio social e mesmo na aprendizagem ou na realização de trabalhos que lhe permitam um reforço da economia familiar.

Não pode esquecer-se que «a ociosidade é a mãe de todos os vícios». Muitos dos males que nos atormentam provêm principalmente da ignorância e da ociosidade.

Os objectivos acabados de referir são, resumidamente, os mais importantes do desenvolvimento comunitário. Vejamos agora quais os *princípios* que o norteiam:

- 1.º — O desenvolvimento do indivíduo deve ser global, nas suas manifestações físicas e psíquicas, dentro do meio em que vive. A sua preparação, devendo abranger os aspectos religiosos, é apolítica, salvo quanto ao comportamento do indivíduo perante a família, a sociedade e a Nação, na trilogia de Deus, Pátria e Família;
- 2.º — O desenvolvimento da comunidade deve ser também global;
- 3.º — A iniciativa do desenvolvimento comunitário deve partir da população interessada que, devidamente auscultada pelos técnicos, vai tomando consciência das suas necessidades e das suas possibilidades, mobilizando-as em proveito comum;

4.º — A estrutura de um desenvolvimento comunitário deve entregar-se cada vez mais, à medida que evolui, aos próprios interessados e às suas instituições, só intervindo os serviços públicos em suprimento de insuficiências e por tempo limitado;

5.º — A planificação local cabe aos próprios serviços de desenvolvimento, em colaboração com os técnicos respectivos, devendo ajustar-se quanto possível aos esquemas de planificação mais vasta.

4 — TRADICIONAIS INSTITUIÇÕES DE AMPARO, RECREIO E PROMOÇÃO SOCIAL, E SUA EVOLUÇÃO ATRAVÉS DAS CONJUNTURAS SOCIAIS

A preocupação de ajuda e de protecção vem naturalmente do momento em que o ser humano sentiu a presença de outro ser humano. É mesmo inerente ao desejo de predomínio e de superioridade de uns perante os outros. O menos forte submete-se, não apenas à força, mas também ao amparo. É uma tendência inata, embora por vezes difícil de aceitar, até pela dificuldade do reconhecimento imediato daquele que a final vem a ser o mais fraco.

À medida que a sociedade adquiriu coesão e reconheceu que cada um dos seus membros interessava ao conjunto, quer pela divisão do trabalho quer pela força numérica, os dirigentes sentiram a necessidade de manter o homem são e de o valorizar. Por outro lado os sentimentos de bondade e de caridade impulsionaram a ajuda ao semelhante.

O Cristianismo constituiu um passo em frente no caminho do amor e da filantropia, com a propagação de doutrinas plenas de bondade e com o lema fundamental: *Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos.*

Mas a tendência para a promoção humana é também consequente da própria institucionalização dos órgãos que prosseguem os interesses duma sociedade constituída. E foi a partir destes que começou, embora a custo, a reconhecer-se a existência das seguintes insuficiências, no seio de sociedades mal assistidas:

- a) Elevado encargo social com a doença, a sanidade e a patologia social;
- b) Insuficiente grau de receptividade do progresso, com fraco poder de compra, fraca tendência para investimentos e falta de hábitos de consumo;
- c) Mão-de-obra inaproveitada ou não preparada;
- d) Baixos níveis sociais.

Por isso a assistência e o trabalho social são altamente rendosos no ponto de vista de valorização da sociedade. Só é pena que a fixação destas certezas tenha sido tão lenta através de todos os tempos da história.

Tal não obsteu a que, desde larga data, os povos mais evoluídos contassem com instituições de assistência e de promoção humana.

Na Península Ibérica, e reportando-nos ao tempo da civilização romana assimilada pelos vencidos, já os comerciantes e os operários costumavam formar agrupamentos chamados *collegia*, em que se associavam os da mesma profissão ou ofício, incluindo por vezes os próprios escravos.

Estes agrupamentos ou corporações, elegendo um deus ou um patrono, dispunham de sede social, viviam das cotizações dos seus membros e celebravam festas e outras manifestações, em proveito comum tendo carácter económico e beneficente.

Apareceram então paralelamente algumas corporações exclusivamente de carácter beneficente, recreativo ou religioso, do tipo das nossas confrarias.

Essas instituições mantiveram-se através da Idade Média, quando as corporações ou grémios

de artes e ofícios, desenvolvidos especialmente desde o século XI, passaram a abranger o comércio e a indústria. Beneficiavam de monopólio legal, mas o fornecimento de mercadorias teria de ser feito a preço justo.

Os mestres tomavam sobre si a responsabilidade da valorização dos aprendizes, a quem nada pagavam. Ensinavam-lhes, porém, matérias elementares de instrução e de ofício, além de lhes darem alojamento, vestuário e alimentação.

Segundo Burns, a finalidade teórica das actividades económicas era a oferta de mercadorias e serviços à comunidade e a captação de cada membro da sociedade para uma vida de conforto e segurança.

Apesar das transformações trazidas pela evolução social, não se perderam completamente as instituições que praticavam exclusivamente, ou em complemento da actividade económica, a assistência mútua espiritual. Os consócios falecidos eram acompanhados no funeral, mandando-se rezar por sua alma orações e missas. Muitas cuidavam dos enfermos, praticavam a beneficência, e algumas constituíam autênticos clubes sociais.

A degenerescência dessas corporações operou-se, quer pelo rigor do exclusivismo, quer pela limitação dos aprendizes e pelas dificuldades na sua ascensão a operários remunerados e destes a mestres, quer pela aversão aos novos inventos.

Além disso o aparecimento em França das fábricas do Estado e a propagação do colbertismo, doutrina mercantilista de que houve muitos sequazes em Portugal, tiveram forte repercussão entre nós, reflectindo-se na administração pombalina e no período que imediatamente a procedeu pela libertação dos operários da obrigação dos exames para mestres e pela eliminação do monopólio até ali conferido aos grémios.

Estas corporações não foram então abolidas, mas a impopularidade manifesta levou-as à extinção menos de um século depois, por decreto de 7 de Maio de 1834, por não se coadunarem

com os princípios da Carta Constitucional promulgada, base em que deveriam assentar todas as disposições legislativas.

Desde então começaram a proliferar as chamadas colectividades de recreio no tipo das actuais, as sociedades musicais e outras com fins exclusivamente beneficentes, que se propunham preencher finalidades não económicas das corporações extintas.

Na mesma época se iniciou o movimento cooperativo e se incrementou o socorro mútuo, este em moldes tradicionalistas, vindos dos compromissos marítimos do tempo fernandino (século XIV).

No que respeita às colectividades de recreio, musicais e artísticas, surgiu em Lisboa, logo em 1836, uma banda musical que reunia espectadores numa praça pública e, tempos depois, outras colectividades iam aparecendo.

Aliás, já em 1819 se haviam fundado duas sociedades recreativas em Lisboa, com reuniões diárias para sócios, leituras de gazetas e prática de jogos lícitos.

Actualmente estão inscritos na Federação das Sociedades de Recreio (inscrição não obrigatória) cerca de 2900 colectividades de toda a Metrópole, interessando perto de três milhões de associados. As de Lisboa ascendem a 221 colectividades, havendo a acrescentar os clubes desportivos e recreativos, que englobam mais de 100 000 associados.

Estas instituições são hoje designadas por «pessoas colectivas de utilidade pública administrativa», de que há cerca de mil inscritas, só na Junta Distrital de Lisboa, com fins assistenciais.

Nos termos do artigo 416.º do Código Administrativo português consideram-se pessoas colectivas de utilidade pública administrativa as associações beneficentes ou humanitárias e os institutos de assistência ou educação, tais como hospitais, hospícios, asilos, casas pias, creches, lactários, albergues, dispensários, sanatórios, bibliotecas e estabelecimentos análogos, fundados por particulares, desde que umas e outras apro-

veitem em especial aos habitantes de determinada circunscrição e não sejam administrados pelo Estado ou por um corpo administrativo.

As casas regionais, de fundação mais recente e actividade multiforme, sempre com fins não económicos, excedem em Lisboa mais de duas dezenas e meia e reúnem aqueles que, vindos da província, vivem na capital. Em todas as vilas e cidades da metrópole há 303 corporações de bombeiros voluntários, para socorrerem as propriedades e as vidas humanas.

No plano nacional, e integradas na actual política social portuguesa, devo ainda referir a actividade desenvolvida pelas Casas do Povo e Casas dos Pescadores, respectivamente para os centros rurais e piscatórios, e pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, com centros federados espalhados pelo continente português. Esta Fundação abrange os trabalhadores de todo o País e desenvolve importantes actividades de carácter social, recreativo e cultural, trocando benefícios, em campos de férias, com a organização espanhola similar, «Educacion y Descanso».

Quisemos deixar para o fim a referência às misericórdias, por terem jus a especial destaque.

Como é sabido, a primeira misericórdia portuguesa fundada em 1498 pela rainha D. Leonor, esposa de D. João II, no mesmo ano em que Vasco da Gama completava em Calecute a descoberta do caminho marítimo para a Índia, retornando o Sul da África.

Podem considerar-se em certa medida precursoras das misericórdias, no seu espírito cristão e de caridade, não só as corporações de origem romana, acima referidas, mas ainda as Ordens Militares, a primeira das quais, de S. João de Jerusalém, fundada em 1099 ou 1100, e as confrarias de caridade ou ordens hospitalares, das quais a mais antiga, criada em 1160, se chamava do Espírito Santo e foi em 1198 aprovada por Inocêncio III, o Papa que reconheceu a nacionalidade portuguesa.

Estas confrarias espalharam-se pelo reino, sendo de assinalar a de S. Nicolau, de Coimbra, de 1144.

O compromisso datado de 1237, de uma dessas confrarias, enumerava já uma série de finalidades espirituais e de amparo aos necessitados.

O Dr. Magalhães Basto diz o seguinte sobre as misericórdias:

«Embora elas tenham tido como precursoras outras instituições de beneficência e caridade, algumas já até com o nome de misericórdias, D. Leonor e os seus colaboradores, um dos quais o Trinitário Frei Miguel Contreras, souberam criar Irmandades dum tipo novo e que se tornou verdadeiramente nacional. Tão bem adaptadas elas se mostram ao espírito caridoso e bom da nossa gente que proliferaram rapidamente por todo o Portugal continental e ultramarino, tanto nas partes do Oriente como na África, como na América do Sul. Atestam-no ainda hoje os centenares de misericórdias que existem em tantas cidades e vilas portuguesas do continente, e na velha Índia, na China, nas nossas províncias africanas e nas ilhas adjacentes e sobretudo no Brasil irmão, onde na cidade de Santos, em 1543, o portuense Brás Cubas fundou a primeira misericórdia daquelas paragens, e hoje florescem dezenas de misericórdias, todas beneméritas, algumas poderosas e ricas como as do Rio de Janeiro, S. Paulo e outras.»

Ainda hoje as misericórdias cumprem o seu lema fundamental: *o culto de Deus e a caridade para com os homens.*

Nos termos do artigo 433.º do Código Administrativo em vigor, a denominação de *Santa Casa da Misericórdia* ou de *Misericórdia* só pode ser usada por estabelecimentos de assistência ou beneficência criados e administrados por irmandades ou confrarias canonicamente eretas e constituídas por compromisso, de harmonia com o espírito tradicional da instituição, para a prática da caridade cristã.

Apesar de seculares, estas maravilhosas instituições submetem-se a constante actualização de métodos e de fins, na protecção à família, à criança e aos enfermos.

5 — A INTERVENÇÃO DO ESTADO E DAS AUTARQUIAS LOCAIS

O Estado, pela sua função específica na administração política, económica e social, procura actuar por intermédio de organismos especializados, em benefício geral dos indivíduos que constituem a Nação.

Por isso, ou através da frieza da lei ou pela acção directa dos governantes, preocupa-se com todos os problemas de carência e, conseqüentemente, com o suprimento e a prevenção correspondentes, providências, aliás, tradicionais entre nós.

É-nos sempre grato recordar, por exemplo, que há 600 anos a Rainha Santa Isabel, além de ter levado uma vida inteira na prática do bem-fazer, fundou as gafarias de Leiria, Óbidos e Odivelas; a Rainha D. Leonor, esposa de D. João II, criou a Misericórdia de Lisboa em 1498, já referida no capítulo anterior; e a Rainha D. Amélia, no começo do século xx, instituiu a assistência nacional aos tuberculosos.

Nos primeiros tempos do reino de Portugal a assistência era muitas vezes prestada por instituições que, em geral fundadas por iniciativa privada, vinham a tomar carácter mais ou menos oficial, como as caixas de beneficência paroquiais, os albergues e os hospícios. Em todo o caso a assistência pública directa do Estado era desconhecida, pois só em 1325 se fundou, em Lisboa, o primeiro estabelecimento desse género, o recolhimento das Merceiras, ainda existente, destinado a viúvas de oficiais do Exército e da Armada e de outros bons servidores da Pátria.

Várias gafarias se criaram a partir de 1377, como a de Lamego, além das outras acima referidas.

Quando, porém, a assistência começou a afirmar-se como serviço do Estado, foi em 1788, por iniciativa do Intendente Pina Manique, que criou a Casa Pia de Lisboa para a educação de jovens sem família, tendo-se promulgado mais tarde, em 1835, um decreto a estabelecer definitivamente o carácter oficial da beneficência pública.

Por esse decreto o Estado, além de assumir responsabilidades directas pelo Governo Central, criava em cada capital de província uma comissão de cinco membros, nomeados pelas câmaras municipais respectivas, a fim de coadjuvar a acção do Conselho Geral de Beneficência.

Em 1868 foram atribuídas pelo Código Administrativo às câmaras municipais funções de superintendência nos estabelecimentos chamados de beneficência, criando-se em Lisboa um asilo municipal para surdos-mudos e três semi-internatos.

As Juntas Gerais dos Distritos, então já existentes, dedicaram também grande parte da sua acção a obras de assistência e ainda mantêm em todo o país importantes instituições, tais como postos clínicos, escolas profissionais, internatos de educação e de repouso, postos de puericultura, asilos para crianças e adultos e casas pias.

As câmaras podem, nos termos do Código Administrativo, subsidiar organizações de assistência, educação e instrução e muitas delas mantêm, à sua custa, estabelecimentos escolares, recolhimentos, etc.

Além disso, as mesmas câmaras subsidiam as juntas de freguesia para fins assistenciais, devendo estas elaborar o cadastro dos pobres e indigentes que residam na respectiva circunscrição.

Em 1945 ficaram ainda as câmaras municipais obrigadas a contribuir para o serviço de assistência local, a cargo de comissões criadas nos termos da lei.

O Código Administrativo obriga também as câmaras ao pagamento das despesas com o transporte e tratamento de doentes pobres com domi-

cílio de socorro no concelho, tendo o Governo publicado em 1954 e 1965 disposições que regulamentam aquela obrigação.

As câmaras podem, porém, cobrar um imposto denominado *derrama*, em adicional a alguns dos principais impostos do Estado, e destinado a cobrir as despesas com a assistência hospitalar, em que o município intervém em suprimento da carência das pessoas consideradas de debilidade económica, e ainda, a permitir subsídios mais avultados a estabelecimentos de assistência ou o desenvolvimento de obras e equipamento de hospitais.

Parece-nos interessante referir aqui o que, em matéria de assistência, constitui atribuição legal das juntas de freguesia:

- Promover, solicitar e distribuir socorros pelas pessoas necessitadas da freguesia;
- Proteger as crianças pobres, promovendo a criação e o auxílio a postos de protecção a maternidade e à primeira infância;
- Estabelecer e subsidiar cantinas junto das escolas primárias, aulas de ginástica infantil e colónias de férias;
- Fiscalizar o tratamento dos expostos, desvalidos e abandonados entregues a amas da sua freguesia;
- Solicitar das autoridades providências para os casos de calamidade pública, internamento de alienados e condução de enfermos para os hospitais, quando tenham falta de meios, e organizar postos de socorros urgentes;
- Subsidiar estudantes pobres que queiram frequentar escolas técnicas, enquanto revelarem zelo e aptidão.

Para melhor compreensão da referência feita a cada uma das autarquias locais portuguesas, diferentes das de outros países, diremos que em Portugal há 3 escalões de autarquias locais: O território do continente português divide-se em concelhos (os municípios) que se formam de freguesias e se agrupam em distritos.

Em Lisboa e Porto os respectivos concelhos subdividem-se em bairros (serviços para o exercício de atribuições policiais que os respectivos presidentes das câmaras não têm, por excepcionalmente não serem magistrados administrativos) e estes em freguesias.

Em Portugal a área média dos concelhos é de 293,1 km² e a das freguesias de 22,2 km². Em Espanha a área média dos municípios é de perto de 55 km² e em França a das comunas de cerca de 15 km².

A freguesia portuguesa, como vimos, agrupa-se em concelhos e estes em distritos; o município espanhol em províncias e a comuna francesa em departamentos.

Como se vê há diferenças sensíveis, que convém ter em conta na apreciação e na adaptação de soluções.

Mas voltando ao assunto deste capítulo, diremos que a actuação do Estado é hoje vastíssima no campo da promoção social, em todos os aspectos dessa mesma promoção.

Assumem especial relevo os estabelecimentos públicos de instrução, educação e assistência, os hospitais do Estado, as instituições de previdência (de inscrição obrigatória para os trabalhadores não agrícolas), a Mocidade Portuguesa (para a educação física, cultural e cívica da juventude), o Instituto de Assistência à Família, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, já aliás referida, as planificações de melhoramentos e de obras de bem-estar e todo um conjunto de preocupações de acção social e de desenvolvimento e promoção das populações.

As instituições de previdência abrangem o esquema seguinte, para todos os trabalhadores: Assistência médica gratuita, assistência farmacêutica, subsídio de doença, internamento hospitalar, protecção à mãe e à criança, pensões e subsídios de invalidez e de velhice, abono de família relativamente a ascendentes e descendentes em determinadas condições.

A Mocidade Portuguesa, masculina e feminina, promove a formação integral da juventude,

estimulando-lhe a devoção à Pátria, o sentido da unidade nacional e o gosto da disciplina, à luz dos princípios que informam a vida portuguesa, em vista à valorização da pessoa humana, dentro de um espírito de justiça social, de respeito das suas tradições e de adaptação às circunstâncias dos tempos modernos e de compreensão e solidariedade internacionais.

A seguir ao Estado situam-se em grau de importância os municípios, que procuram constantemente adaptar-se, no seu âmbito legal, à selecção e prioridade dos benefícios mais próximos das populações, sem perda das preocupações gerais de valorização.

Por isso os municípios, sempre atentos aos problemas da sua população, têm um papel de relevo, mas não exclusivo, no desenvolvimento de comunidades.

Como já atrás se disse, os organismos públicos terão de aliviar ou reduzir a sua intervenção à medida que progride o processo de evolução comunitária, com o objectivo, principalmente, de evitar que a estreita dependência do Estado ou da autarquia local torne a população incapaz de tomar as suas responsabilidades, em consequência de receber da função pública tudo quanto necessita.

6 — TENTATIVAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM LISBOA

As actuais tentativas de desenvolvimento, em fase de experimentação ou já evoluídas, que decorrem no concelho de Lisboa, não devem por enquanto chamar-se propriamente de *desenvolvimento comunitário*, embora se orientem nesse sentido. São antes de *desenvolvimento de comunidades*, dadas as características especiais do meio urbano de Lisboa.

Com efeito, a heterogeneidade das famílias e o progressivo afrouxamento do sistema familiar tradicional que provia e continua com a obrigação de prover por si à instrução, iniciação profissional,

sociabilização, saúde e economia, obrigam à intervenção de instituições de interesse público para o agrupamento das pessoas por elos sociais, susceptíveis de formação de comunidades.

O afluxo a Lisboa de populações da província, com a mais variada formação rural ou mesmo urbana, exige meios auxiliares de adaptação, vivam ou não as pessoas na cidade ou nas zonas exteriores por ela influenciadas.

Verificam-se, por isso, problemas de integração, crise de habitação e vultosas deslocações (cerca de 52 000 pessoas por dia) para o local de trabalho no centro urbano.

Pelo último censo, de 1960, a cidade tinha uma população de 817 000 habitantes, pertencentes a 246 000 famílias.

A chamada «grande Lisboa» tem 1 500 000 habitantes. Os serviços sociais e de assistência estão em condições de atender, evidentemente com certa relatividade, a quantos se sintam necessitados.

É, porém, indispensável a coordenação de todos os serviços sociais, tendo-se para isso criado recentemente o Conselho de Segurança Social.

Por outro lado, o equipamento escolar (oficial ou particular), de saúde, cultural, desportivo, de distrações e de abastecimento, está a tornar-se capaz de aguentar o crescimento das necessidades, crescimento não só devido ao fenómeno da atracção da urbe, mas ainda proveniente da elevação do nível da população residente.

As dificuldades e aspirações das famílias levaram 20,8 % destas a recorrer nos últimos anos ao serviço social, mas a redução desta percentagem só poderá fazer-se à custa da eficiência de programas de desenvolvimento das comunidades.

Dáí o elevado interesse que no meio de Lisboa suscitam os trabalhos de promoção social.

Os objectivos imediatos cifram-se na organização das comunidades, na criação de grupos locais para serviço social ou satisfação de interesses dos próprios membros, na formação de jovens e preparação de responsáveis, na integração

das pessoas na vida da cidade, pela melhoria da educação obtida através de serviços educativos e sociais, e na procura do melhor rendimento económico pela estabilização e aperfeiçoamento profissional e pela valorização pessoal.

Há, para isso, necessidade de criar ou desenvolver serviços que respondam às carências da população e aos imperativos de promoção.

Um grupo de técnicos inventariou recentemente as actividades do desenvolvimento de comunidades em Lisboa, tendo concluído que se concretizam já em:

- convívios para jovens, adultos e pessoas idosas;
- campos e colónias de férias;
- actividades culturais e recreativas;
- cursos de formação familiar e doméstica;
- organização de clubes pelos moradores, com ajuda e apoio dos serviços;
- melhoria das condições de habitação;
- reuniões e cursos de pais;
- organização de mão-de-obra feminina local;
- cursos de formação profissional acelerada (Ministério das Corporações e de Previdência Social);
- jornais locais.

Intervêm nas experiências, em sistema de colaboração, a Misericórdia de Lisboa, o Estado através dos Ministérios da Saúde e Assistência, do Interior, das Corporações e Previdência Social e da Educação Nacional, a Obra das Mães para a Educação Nacional, a Caritas Portuguesa, a Cruz Vermelha Portuguesa, as paróquias, as juntas de freguesia e sua União, o Governo Civil de Lisboa, a Fundação Gulbenkian, a Fundação Cardeal Cerejeira, a Legião Portuguesa, algumas congregações religiosas, a própria população interessada, os voluntários recrutados e, ainda, de forma também muito substancial, a Câmara Municipal de Lisboa.

Pode dizer-se que praticamente todos os técnicos ligados aos problemas humanos ajudam

e têm ou podem ter assento em tais experiências, desde o pessoal de serviço social, funcionários públicos, médicos, enfermeiros, engenheiros, advogados, economistas, religiosos, educadores e responsáveis locais preparados, até aos próprios estudantes universitários que tomam a seu cargo comunidades onde actuam ou aceitam colaborar em serviços já constituídos.

As experiências mais eficientes ou mais activas em Lisboa são, por enquanto, as seguintes:

- dos Bairros Municipais;
- do Bairro de Santa Maria;
- da Charneca do Lumiar;
- da Ajuda;
- do Beato;
- dos Olivais;
- da Fundação Cardeal Cerejeira;
- do Menino Deus;
- das paróquias através dos seus centros sociais de:
 - Santa Isabel;
 - Penha de França;
 - Encarnação;
- do Bairro da Cruz Vermelha;
- da Musgueira;
- da Curraleira;
- de Alfama (o bairro tipicamente moirisco).

Na Metrópole há, ainda, outras experiências do maior interesse, auxiliadas algumas delas pelo Instituto de Assistência à Família, devendo destacar-se pela sua importância, a da cidade do Porto, de características urbanas, e as do Baião, do distrito de Coimbra, de Sever do Vouga e de Benedita, estas quatro com características de ruralidade.

A mais extensa é, sem dúvida, a do distrito de Coimbra. A Junta de Colonização Interna, do Ministério da Economia, desenvolve também actividade notável em todo o país, com aproveitamentos agrícolas e florestais e promoção social dos respectivos agricultores.

Resta-nos agora fazer ligeira referência a algumas das apontadas tentativas de desenvolvimento global em comunidades de Lisboa.

Evidentemente que não vamos relatar pormenores e métodos de cada tentativa, nem indicar as características impostas pelo próprio campo de experimentação. Isso exigiria espaço e tempo que não cabem nesta comunicação. Por isso apenas diremos que não há duas experiências iguais, tendendo já umas nitidamente para a organização comunitária, embora outras se debatam por largo tempo com problemas derivados da inexistência de comunidade.

A experiência da Ajuda será talvez a mais fiel aos conceitos teóricos de desenvolvimento comunitário; a da Fundação Cardeal Cerejeira não tem uma exclusividade geográfica, pois abrange os moradores de habitações de rendas módicas pertencentes àquela instituição; a do Bairro de Santa Maria inclui os moradores de prédios da União das Juntas de Freguesia e está a cargo do Governo Civil de Lisboa; a da Charneca do Lumiar, promovida pela Misericórdia, está na fase de integração urbana; e as das paróquias de Santa Isabel, Encarnação e Penha de França, com a colaboração dos respectivos párocos e da Misericórdia de Lisboa, têm tendência para a formação da juventude e para a sua preparação cultural e profissional.

Das restantes desenvolveremos apenas as do Beato e dos Olivais e as dos Bairros Municipais.

a) *Experiências do Beato e dos Olivais:*

O programa para 1966 e 1967 da *experiência do Beato* inclui as seguintes actividades:

- 1) *Para crianças* — salas de estudo, com respeito pelo horário das escolas oficiais, ginástica, actividades livres e de convívio, porta aberta (sessões de cinema, fantoches e gincanas) e colónias de férias;
- 2) *Para jovens e adultos* — sector desportivo, sector recreativo e cultural, sector pedagógico, sector feminino e convívio.

No sector pedagógico há cursos de educação de adultos e ensino, pela telescola, dos dois primeiros anos liceais e, ainda, de dactilografia e estenografia.

Para o sexo feminino destaca-se especialmente o ensino de culinária, corte e costura, decoração e arranjo do lar. No convívio interessam jogos de sala e serões e tardes familiares.

O pessoal é voluntário ou remunerado.

As áreas de Chelas-Marvila, situadas no campo de actuação do Centro Social do Beato, constituem outros grupos cujo trabalho de desenvolvimento se processa separadamente dos do Beato, mas com tendência para a integração.

A *experiência dos Olivais* situa-se num bairro (Olivais-Sul) que em grande parte se encontra na fase de construção, mas nele vivem já alguns milhares de pessoas. A zona de Olivais-Sul irá alojar, ao todo, 11 000 famílias.

É constituída por uma população nova, originária dos mais diversos locais da cidade e de níveis económicos e socio-culturais os mais variados.

A população foi distribuída misturando os blocos de categorias mais baixas com os das mais elevadas, aproximando os moradores dos diversos níveis sociais.

Quase todo o bairro está a ser construído pela Câmara Municipal, ficando os prédios a pertencer a diversas entidades e a pessoas singulares.

Os trabalhos de grupo já iniciados, preparatórios do desenvolvimento comunitário, são extensivos a toda a população existente. O primeiro grupo surgiu em 1963 entre os moradores mais modestos, que se reuniram pela necessidade de convívio e de ajuda recíproca. Eram famílias recentemente instaladas no bairro, sem relações de vizinhança.

Comprometeram-se ao pagamento de uma cotização, consciencializaram as necessidades, criaram uma cooperativa de consumo e formu-

laram pedidos de escolas, de transportes, de telefones e outros, evidentemente já programados e que foram ou estão a ser satisfeitos.

Embora dinâmico o desenvolvimento comunitário tem aqui uma realização lenta, para que a comunidade possa apreendê-lo e identificá-lo com ele.

Todo o conjunto habitacional de Olivais e Chelas virá a ter, quando completado, cerca de 22 000 fogos, com mais de 100 000 habitantes. No ponto de vista social constituirá, com o sector do Beato, a Zona Oriental da Cidade, em que certamente virão a integrar-se as diversas experiências.

Os serviços sociais, atentos ao problema, pedem insistentemente a coordenação de esforços, o interesse das entidades e a adaptação das estruturas oficiais às necessidades locais pela criação de uma comissão integrada por todos os elementos que possam constituir forças de apoio. Admite-se que o Município venha a encabeçar as representações dos membros estáveis, dentro do organismo central de orientação desta Zona.

b) *Experiências nos Bairros Municipais de Lisboa:*

O Município de Lisboa dispõe de dois tipos de bairros sociais: os *bairros de transição*, em que a população é preparada para habitações que mais tarde lhe serão distribuídas, em arrendamento, com carácter definitivo, e os que enquadram estas casas definitivas e podem designar-se por *bairros de fixação*.

Os primeiros construíram-se com material pré-fabricado, para durarem cerca de 20 anos, considerados na altura suficientes para planificar e concluir importantes trabalhos de urbanização em Lisboa. O tempo, porém, definiu-lhes aquela aplicação, muito útil para a promoção social das

populações de baixo nível. Nesses bairros de transição criaram-se logo de início serviços sociais do tipo clássico, com assistência religiosa, assistência na doença e assistência à infância. Alguns bairros ainda mantêm os mesmos serviços, mas já em vias de transformação quanto a métodos e finalidades.

Notou-se neles que, não pela passividade dos Serviços mas pelo pouco interesse da população, o estado de espírito de alguns indivíduos conduzia à redução do esforço no trabalho na medida em que obtinham uma ajuda material. Aliviados, em parte, de cuidados, acomodavam-se às novas e talvez menos prementes exigências da vida, sentindo-se com direito a desinteressar-se em conseguir, por si próprios, tudo o que importa à satisfação das necessidades familiares.

A renda da casa, logo que passa para a responsabilidade do serviço social, raras vezes volta a ser suportada pelos ocupantes respectivos.

Para fugir a esse estado de coisas tentou-se num bairro novo (o do Padre Cruz) de cerca de 1100 fogos, uma experiência de desenvolvimento comunitário urbano, e dela se obtiveram já resultados muito válidos para a solução actual dos problemas de assistência, nos casos em que esta se mostre deseducativa.

Os serviços estão subordinados a uma comissão que funciona com a colaboração da Câmara, da Legião Portuguesa e da Misericórdia.

A comissão actua directamente por intermédio dos seus serviços ou em cooperação com outras entidades. Todas as edificações pertencem ao Município, que ali tem um posto fiscal e uma biblioteca. A comissão dispõe de uma capela, um salão de festas e de convívio, salas de estudo, um cinema, posto médico, de enfermagem e puericultura, creche e jardim de infância, havendo ainda um mercado e estabelecimentos comerciais.

No bairro estão previstos campos de jogos e oficinas para homens e rapazes, dos quais se concluíram já os edifícios.

Tenta-se a melhoria do rendimento familiar com o aproveitamento dos tempos livres da mulher. Para o efeito funcionam oficinas de costura e de malhas para a manufactura de roupas, em regime caseiro.

Nesse trabalho aproveitam-se também raparigas que não podem ou não desejam continuar os estudos além do ensino primário.

Todo o trabalho é remunerado, esperando-se aproveitar em maior grau os tempos livres do serviço caseiro da mulher, de acordo com as encomendas de artigos confeccionáveis.

Os encontros com a população, na linha de desenvolvimento comunitário, permitiram mais rápida formulação das relações da vizinhança, podendo considerar-se já constituída a comunidade.

Preparam-se estatutos de uma instituição privada que há-de superintender em todo o sector social com aspectos económicos.

A população toma parte muito activa na direcção do programa, tendo os líderes constituído uma comissão local para orientação das actividades, em colaboração com os técnicos responsáveis pelos serviços. A acção religiosa é simplesmente notável, atendendo à diversidade de origens da população, normalmente descuidada quanto aos problemas do espírito.

7 — CONCLUSÕES

Para sintetizar, vamos enunciar apenas algumas das mais importantes conclusões que podem tirar-se da forma como o espírito de solidariedade do Povo Português, por si ou por intermédio de instituições por vezes sem par, conseguiu e consegue criar nas populações o sentido de interajuda e conceitos de amizade e de sociabilidade que, independentemente das condições

económicas, conduzem ao entranhado amor pela família e pelo próximo e geram satisfação íntima e o consequente sentimento de felicidade:

1 — É de todos os tempos a preocupação de auxílio ao necessitado, quer se trate de carências materiais, quer sejam do domínio do espírito;

2 — Nesse sentido as pessoas e as instituições portuguesas deixaram na história assinalados actos da mais pura filantropia e transmitiram aos outros povos, pela evangelização e educação, exemplos enormes de cavaleirismo e solidariedade, que ainda hoje se mantêm na linha da dignificação humana;

3 — Esta dignificação reside, fundamentalmente, na valorização das virtualidades do homem, sejam de natureza individual, sejam de natureza colectiva;

4 — A beneficência clássica deve dar o passo à promoção social em todos os casos de possível recuperação física, psíquica ou social do homem;

5 — Os processos de desenvolvimento comunitário, de organização comunitária ou de desenvolvimento de comunidades, tendem a uma valorização global do indivíduo ou da sociedade em que se integra, por iniciativa e consciencialização dos interessados, provocando o revigoreamento e a qualificação do esforço individual no sentido da auto-suficiência, do integral cumprimento dos deveres próprios, familiares e sociais, da melhoria das condições em ordem à luta pela vida, e, consequentemente, acabam, quanto possível, com a subcondição de beneficiados assistenciais;

6 — A evolução do desenvolvimento, os métodos de aplicação das técnicas e a intervenção de elementos que não saiam directamente da comunidade, devem ter em conta as tradições e o nível cultural e económico do ambiente, hábitos de vida, acção e sociabilidade, e, ainda, a salvaguarda de certos valores morais e espirituais;

7 — As planificações de fomento cabem, evidentemente, aos poderes públicos, mas será essencial que a intervenção supletiva destes nas comunidades diminua à medida do manifesto reforço e utilização das possibilidades locais;

8 — O desenvolvimento das comunidades deverá orientar-se para um enquadramento mais vasto, sucessivamente à escala municipal, regional e nacional;

9 — Todo o sentido de comunidade se baseará na natural aplicação dos laços e relações de vizinhança, não apenas nos indivíduos, mas nas famílias em que estes se enquadram;

10 — Deverá contribuir-se para a humanização e interpenetração das estruturas sociais e económicas através do constante caldeamento dos dois conceitos com o da própria dignidade do homem, este tomado no seu todo de matéria e espírito;

11 — Em toda a actuação interessará afastar as preocupações de natureza política que conduzam a rivalidades ou justifiquem acções contrárias, mas faz parte do próprio desenvolvimento e promoção o culto de Deus, a observância das virtudes cívicas e o respeito pelos valores tradicionais que cimentam a família e a Nação.



COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS
DA
CIDADE DE ÉVORA

A Câmara Municipal de Lisboa, correspondendo ao convite que lhe foi dirigido para colaborar nas Comemorações do VIII Centenário da Évora-cristã, resolveu oferecer a esta cidade uma placa de bronze, a implantar em recinto público, na qual simbólica e figurativamente se registam em os factos mais notáveis da história daquela cidade.

Esta homenagem, como foi acentuado na reunião da Câmara Municipal de Lisboa realizada em 21 de Setembro de 1966, além do cumprimento do dever de colaboração, exprimia os sentimentos de amizade e de consideração da cidade de Lisboa pelas Câmaras Municipais do país.

Durante a cerimónia a que assistiram, além do Chefe do Estado, muitas outras individualidades civis e militares, o Sr. general França Borges proferiu o seguinte discurso:

«Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Senhor Ministro.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo de Évora, D. David de Sousa.

Senhor Governador Civil de Évora.

Senhor Comandante da III Região Militar e meu ilustre camarada e amigo.

Senhor Presidente da Junta Distrital.

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora.

Senhor Vice-Presidente e Senhores Vereadores, altas autoridades eclesiásticas, civis e militares da cidade e do distrito.

Individualidades que concorreram para os trabalhos e brilho destas Comemorações Centenárias.

Senhoras e Senhores:

Na sua incessante e patriótica peregrinação pelo mundo português, encontra-se hoje V. Ex.^a, Senhor Presidente da República, nesta tão antiga e sempre remozada cidade de Évora, presidindo ao encerramento do conjunto de notáveis e bem planeadas cerimónias com que se quis lembrar o passado e honrar o presente.

Dirijo a V. Ex.^a saudação da mais elevada admiração e respeito.

Com a sua presença V. Ex.^a incita e louva, sendo certo que incitamento e louvor são tão indispensáveis à continuidade do trabalho e à justiça da iniciativa, como a água é indispensável à vida das plantas. Bem haja V. Ex.^a, Senhor Presidente da República, pelos relevantes serviços, constantemente prestados ao futuro da Nação.

Permita V. Ex.^a que eu dirija uma palavra de cumprimento e respeito que tem suas raízes em velha admiração inteiramente devida ao ilustre arcebispo de Évora, D. David de Sousa, a quem, por sua brilhante inteligência, simplicidade, exemplo de altíssimas virtudes, me habituei a venerar nessa também bonita cidade do Funchal durante o tempo em que desempenhei o cargo de Governador Militar da Madeira.

Preside ao destino deste Distrito com superior inteligência e exemplar competência o sr. José Félix de Mira que desde há muito me habituei a ver irmanado com a sua bela cidade e os seus férteis arredores.

Por seu nascimento e cultura, por sua família e trabalho, ele é bem o lídimo representante e o valeroso procurador e defensor de Évora e seu Distrito. Ao ilustre Governador Civil dirijo os cumprimentos da mais sincera admiração e apreço.

Suponho que assiste hoje a uma primeira cerimónia oficial na área da sua jurisdição militar o sr. brigadeiro João Correia Barrento, justamente considerado pelas altas qualidades de cidadão e de militar um dos mais distintos oficiais da sua geração.

Ao cumprimentar o novo Comandante da 3.^a Região Militar, com a certeza da amizade e admiração que sempre me mereceu, eu quero saudar também os eborenses pelo novo Oficial-General, valeroso e apurado que vem ligar o seu nome e o seu destino ao da cidade de Évora.

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Évora, Senhor Dr. Serafim de Jesus Silveira Júnior, dirijo em nome da Câmara Municipal de Lisboa e no das cidades portuguesas todas irmanadas nos mesmos propósitos os cumprimentos da mais elevada consideração, extensivos

aos Senhor Vice-Presidente e seus ilustres veadores, assegurando-lhes os votos mais veementes que todos formulamos pelas maiores prosperidades na administração da sua gloriosa cidade.

A todos quantos por sua colaboração preciosa contribuíram para realizar este tão destacado acontecimento cultural, que se registará com honra nos anais da formosa cidade de Évora, a minha gratidão como português.

Cada cidade, direi mesmo cada terra, foi algum dia testemunha de acontecimentos notáveis verificados em relação a pessoas, ao meio urbano ou ao conjunto da própria comunidade. Esses factos extraordinários têm um sabor próprio e são apenas do seu domínio indiscutível, reconhecida por todos os demais.

As raízes desses acontecimentos penetram e fixam-se indistintamente pela forma mais caprichosa, na história, na lenda ou na vida real. Por vezes mergulham numa dádiva concedida pela própria natureza e que se situa no mar ou na serra, no rio ou na planície que assim são cenário da história local e por vezes os inspiradores ou fatores no destino das Terras e das gentes.

Assim se inicia, cresce e refulge, ingénua ou trágica, a história das pequenas pátrias, alagadas de suor, plenas de beleza, de cor, de heroicidade e de patriotismo, que por sua violência e vontade ou por sua singeleza e graça, enfeitiça a imaginação e a alma dos homens.

Assim se define a alma colectiva das Terras.

Não existem cidades ou vilas melhores do que outras; existem, sim, terras sempre diferentes umas das outras. A boa vizinhança e a fraterna cooperação são a base lógica e indispensável de toda a harmonia e progresso.

Cada uma delas quanto mais se valoriza mais engrandece a Nação.

Cada uma delas merece sempre de todos nós, por essas lutas, trabalhos e cansaças ou sacrifícios, um hino de louvor.

Évora, a feiticeira, Évora a cidade bonita onde apetece viver, ocupa assim um lugar ímpar na História de Portugal.

Cidade milenária: — aqui se encontra registada a existência de velhos povos em suas civilizações; aqui viveram celtas, lusitanos, romanos, visigodos, sarracenos. Com os monumentos que permaneceram para além deles se registou o valor

da sua cultura e, portanto, da sua contribuição para o futuro moral e material «da ocidental praia lusitana» «onde a terra se acaba e o mar começa».

O tempo parece que parou, mas não parou. A miragem da vida antiga que perdura é apenas devida ao respeito que merecem às pessoas civilizadas as obras embebidas em beleza e em arte. Os tesouros aqui acumulados são antes de tudo um elogio formal dirigido às gerações de eborenses que respeitaram e por isso conservaram as coisas belas; eborenses que dignamente cumpriram um legado com obrigações muito difíceis e que se honram ao considerar os problemas espirituais como de importância primária, uma vez que são eles que comandam os actos dos homens no campo material.

O Tempo parece que parou, mas não parou.

Passo a passo, degrau a degrau, ao voltar de cada esquina, tantos são os motivos de admiração que nos seduzem, que o visitante se sente entontecido e hesitante. É têm pena de se não poderem multiplicar as horas, na possibilidade de ficar longo tempo, nesta terra de encantamento.

Riquezas acumuladas liberalmente, monumentos numerosos abrangendo toda a gama das manifestações do espírito inteligente, fazem na realidade de Évora uma grandiosa sala de estudo, de todas as manifestações de arte ao longo da caminhada da História.

Mil motivos se agrupam, se enfrentam, se sobrepõem e se sucedem numa pujança magnífica parecendo que se considerou sempre pouco em relação aos méritos da cidade, aquilo que almas de eleição lhe ofereceram de braços erguidos e mãos abertas, a espalhar magnificências, em sua honra.

São solares, paços, janelas e portais. São varandas, arcadas, arcos, igrejas, capelas e conventos. É a Sé esplendorosa, duma inspiração de inspirados. É a escultura sob mil aspectos sublimada. É a azulejaria, a ourivesaria e a cerâmica; o bom gosto e a riqueza irmanados no campo da arquitectura e da pintura; é ainda a arte do entalhador, da tecelagem, do dourador.

O tempo parece que parou mas não parou, pois sempre os homens de cada geração vão lavrando um acrescentamento e assim valorizam o tesouro acumulado.

A cal acasalada com o granito dos paramentos são ambos, na sua simplicidade, elementos do maior agrado, que por sua aliança enriquecem as ruas e ruelas da cidade.

Incrustada na branquira da cal sempre renovada, o dourado velho do granito escuro sobressai e concede contraste que é beleza e vida a juntar à inspiração de escultores e canteiros.

A arcaria da Praça do Giraldo defende as pessoas da chuva incômoda e do sol inclemente. As ruas estreitas, com arcos ou com degraus, íngremes, direitas ou sinuosas, estão sempre limpas.

Os letreiros nas esquinas consagram designações que se herdaram e cada um deles evoca um acontecimento, grave ou pueril, da história local.

As casas apalaçadas, conseguindo isolamento que concede intimidade, mantêm os pátios onde na sombra azulada e fresca algumas flores resistem à canícula impiedosa.

Aqui o arqueólogo visionário e o historiador esquecido de si e dos outros, o romancista e o novelista em busca de temas originais, o aguarelista ou aquele que desenha a lápis ou a tinta, o pintor absorvido pelos contrastes das cores e pela sombra-luz, o cinzelador de vista sacrificada aos pormenores da perfeição, aqui, todos os artistas encontram o paraíso de onde não apetece sair. Aqui se pode inculir beleza na alma das crianças.

Aqui permanece enamorado o que vem de outros países ou doutras terras: aqui se detem seduzido o que desce das terras fartas e regadas do Minho e do Algarve, o que deixou o solo ingrato das Beiras ou de Trás-os-Montes, o que abandonou a quietitude das lezírias ou a variegada coloração outonal dos vinhedos estremehos.

A esta Évora feiticeira eu trago uma palavra de saudação e um abraço de amizade de Lisboa a que se juntam os de todas as demais cidades portuguesas que em mim outorgaram sua representação nesta hora alta de consagração.

Cada uma delas com todo o esplendor da sua história e o valor da sua vida actual, irmãos fiéis e amigos certos, sentem que quanto mais Évora se elevar e engrandecer mais ufanos e felizes elas se encontram. Todos nos sentimos mais ricos porque ela é mais rica.

Oferecida por Lisboa, como testemunho destes sentimentos tenho a maior honra em entregar

nesta hora festiva à querida cidade de Évora através da sua Câmara Municipal mais uma obra de arte, um baixo relevo devido à inspiração do escultor Vasco Pereira da Conceição e onde se registam alguns dos acontecimentos mais salientes da sua História, como são:

— A conquista do Giraldo Sem Pavor (1165);

— A fundação da Catedral em 1186;

— A concentração do Exército aquando da batalha do Salado (1340);

— Nuno Álvares, fronteiro do Alentejo (1385);

— Fundação da Universidade pelo Cardeal D. Henrique (1559);

— Reacção popular ao domínio estrangeiro (1637);

— A construção dos Aquedutos.

No final das brilhantes comemorações centenárias, este acto, reunindo num único voto os de todas as cidades portuguesas, é prova e testemunho de quanto, na nossa época, todas elas se estimam e se respeitam. É sinal do apreço dos



relevantes serviços prestados por Évora à cultura e, portanto, à civilização portuguesa.

Por isso as suas vozes se juntam à minha voz para uma vez mais calorosamente a saudar, afirmando:

— Évora lusitana, corajosa e persistente, forjando a Pátria distante, em luta violenta contra o invasor;

— Évora, terra de Sertório;

— Liberalistas Júlia romana, irmã da Felicitas Júlia debruçada sobre as águas do Tejo, no seu estuário;

— Évora patricia;

— Évora serracena desde o oitavo século cristão e de novo lusitana desde o século XII por feito imorredouro de Giraldo Sem Pavor;

— Évora das venerandas muralhas;

— Évora, alfobre de artistas célebres que aqui nasceram, viveram ou morreram;

— Évora monumental;

— Évora, sede de cortes e residência real, a predilecta do Cardeal Rei e do Rei Venturoso;

— Évora a quem investigadores, escritores e poetas, dedicaram o melhor que possuíam em saber e inspiração a começar pelo épico, lembrando que Évora «Obedeceu por meio e ousadia de Giraldo, que medo não temia»;

— Évora cheia de graça;

— Évora, ilha misteriosa e maravilhosa, em pleno mar alentejano; ilha de sonho e encanto, como a lendária Atlântida desaparecida;

— Évora enfrentando o grande mar do Alentejo que, por vezes, se apresenta cinzento-azulado pelos olivais, sobreiros e azinheiras, por vezes, e ao longo do ano, aparece glauco-acastanhado na altura das sementeiras, ou verde com reflexos de prata em plena Primavera, ou dourado brilhante em pleno estio;

— Évora, dos arredores formosos;

— Évora, nostálgica e romântica, a verdadeira cidade de mármore e de granito;

— Évora, cidade branca, onde cada pedra se associa a um hino de louvor a Deus e aos homens de boa vontade;

— Évora, a sempre noiva, pelo seu véu de cal, imaculado;

— Évora, a terra querida de Nun'Alvares, o infatigável e heróico fronteiro do Alentejo, sempre vivo em nossos corações;

— Évora: para ti e para os teus, para hoje e para sempre, aqui fica a ecoar no pano das muralhas e nas arcarias dos outros monumentos, a afirmação sincera, leal, desinteressada e firme dos votos de todos nós, para que ao longo dos séculos continues sendo, pela graça de Deus, grande e bela, rica e feliz».

Em seguida usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Évora que afirmou:

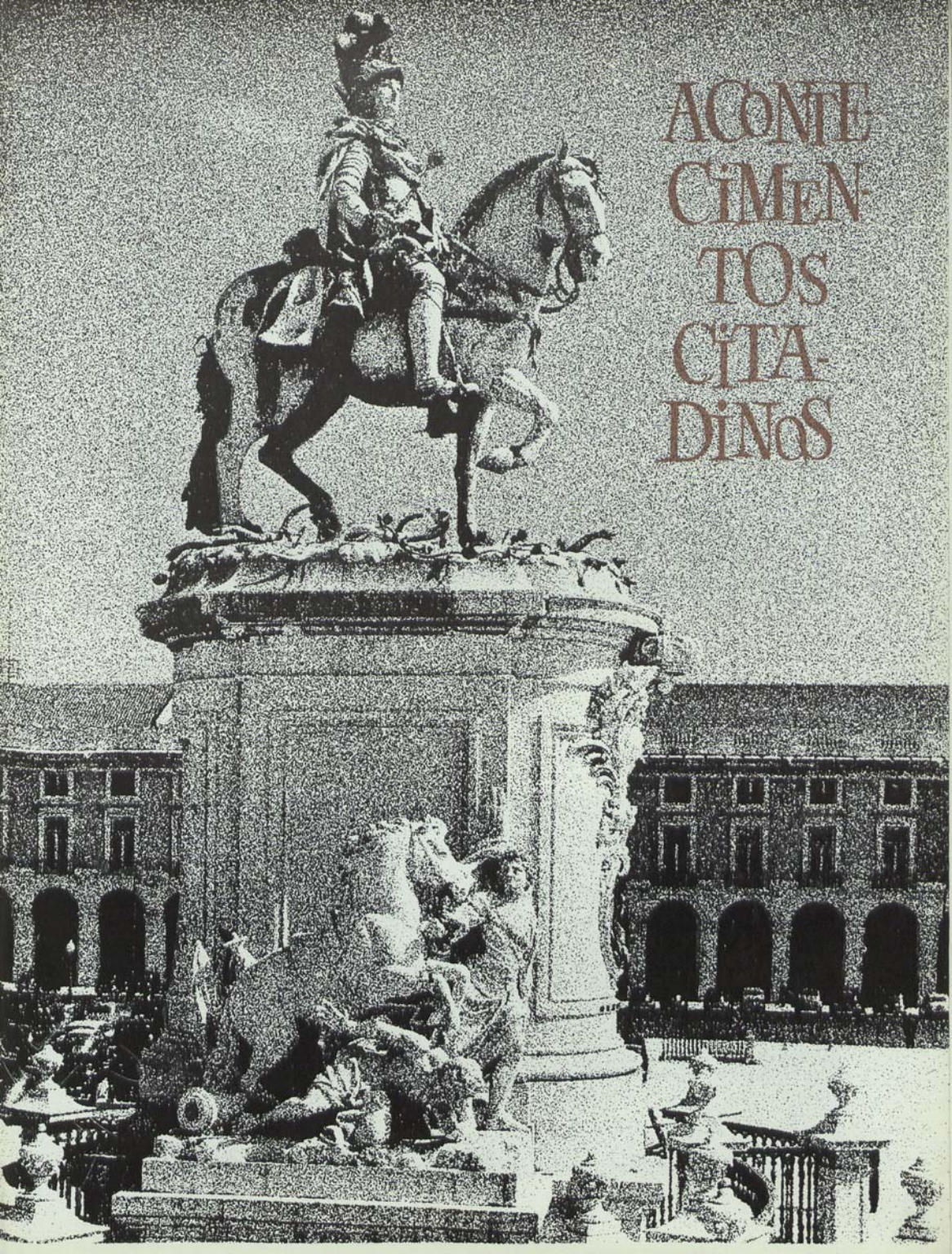
«Encontramo-nos no decorrer de uma tocante cerimónia que tem como cenário magnífico um recanto igual a tantos outros desta evocadora cidade de Évora. Ali, a velha muralha Fernandina, mais além pedras romanas muito antigas que firmam remoto palácio em recuperação por generosos e beneméritos fidalgos. Aqui, a Torre das Cinco Quinas com a sua história de muitos anos, ao fundo, olhando atentos os grandes horizontes da terra alentejana, as ameias oferecem-nos o espectáculo singular dos oito séculos de Portugal, são bandeiras que se agitam e nos falam, nas suas cores e nos seus símbolos, dos recuados tempos da fundação de Portugal e da hora presente, tão grave e tão heróica.

E a veneranda figura do ilustre Chefe do Estado que para nós simboliza, na maior dignidade, esta hora actual, *tão grave e tão heróica*, vem ao nosso encontro a este terreiro de meditação e encantamento, assistir a um acto que tão fundo toca a nossa gratidão, acto nascido no coração daquela Lisboa que tem tido sempre a ventura de bem merecer quem a sirva com tanta devoção e amor. E é a um enamorado da vossa e nossa velha Lisboa, a Vossa Excelência Senhor General França Borges, que tanto ilustra na presidência da sua Câmara Municipal que agradecemos sensibilizados e profundamente reconhecidos, tão delicada e comovedora deferência, recebendo aquele bronze onde o génio do artista imprimiu, para além da beleza, a vida dos acontecimentos que melhor documentam e exaltam os OITO SÉCULOS DE PORTUGAL desta sempre mui nobre e leal cidade de Évora.

Bem haja, bem haja a Vossa Excelência.»

A inauguração solene da placa culminou o encerramento das referidas comemorações.

ACONTE
CIMEN-
TOS
CITA-
DINOS





ESTUFA FRIA — ESPECTÁCULO OFERECIDO
PELA C. M. L. COM A COLABORAÇÃO
DO CORAL LUISA TODI E DO ORFÃO
DO PESSOAL DO MUNICÍPIO DE LISBOA

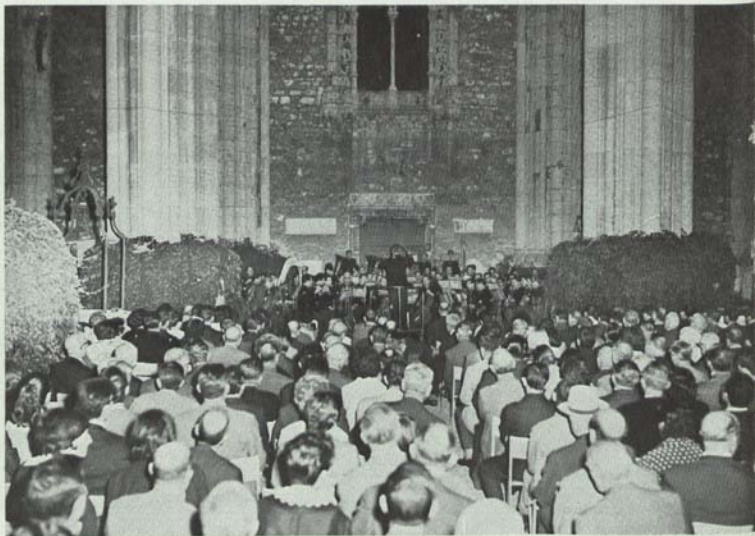
MONTES CLAROS — O CENTRO DE AMA-
DORES DE BAILADO EXIBE-SE NUM DES-
LUMBRANTE ESPECTÁCULO DE ARTE E COR



«O GRANDE ADVOGADO» PELA
COMPANHIA DE TEATRO POPULAR
DE LISBOA, NA ESTUFA FRIA



RUINAS DO CONVENTO
DO CARMO — CONCERTO PELA
BANDA DO COMANDO-GERAL
DA GUARDA NACIONAL
R E P U B L I C A N A





CONCERTO CORAL SINFÓNICO,
NA IGREJA DE SÃO VICENTE DE FÓRA



INAUGURAÇÃO DA AVENIDA DE BERLIM — DISCURSO DO PRESIDENTE DO MUNICÍPIO E DESCERTEAMENTO DA PLACA TOPONÍMICA PELO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ



O SENHOR PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DO PORTO VISITA O MUNICIPIO DE LISBOA

«ALFAMA À NOITE» — ARRAIAL EM HONRA DOS ALCAIDES DE MADRID E TOLEDO





O GRUPO JUVENIL «ALL OHIO
YOUTH CHOIR», ESTADOS UNIDOS
DA AMÉRICA, EXIBE-SE
NA ESTUFA FRIA



PALACIO GALVEIAS
— INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO
« LISBOA E O TEJO »

«UM DIA DE VIDA» — ESPECTÁCULO
NA ESTUFA FRIA PELA COMPANHIA
DE TEATRO POPULAR DE LISBOA



A COMPANHIA DE TEATRO POPULAR
DE LISBOA INTERPRETA
«CÉU DA MINHA RUA»





POSE DOS ENG.^{OS} AUGUSTO TELES MARQUES E DR. FRANCISCO COELHO DO AMARAL NOS CARGOS DE CHEFES DAS REPARTIÇÕES DE EDIFICAÇÕES URBANAS E DE ARMAZÉNS



VIAGEM INAUGURAL DO TROÇO ROSSIO-ANJOS, DO METROPOLITANO DE LISBOA



OS PARTICIPANTES DA «IX CONFERENCIA DO CENTRO INTERNACIONAL DE INFORMACAO PARA O CREDITO LOCAL» VISITAM A CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA

RECEPCÃO, NO CASTELO DE SÃO JORGE, AOS COMPONENTES DO COMITÉ CIENTIFICO DA OTAN





DESCERRAMENTO DA PLACA TOPONÍMICA DA PRAÇA GENERAL DOMINGOS DE OLIVEIRA, EM ALCANTARA

IN AUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO MEDA-
LHISTICA OLSIPONENSE, NO PALACIO
GALVEIAS



PALÁCIO GALVEIAS — ENTREGA DE
BIBLIOTECAS A INSTITUIÇÕES
CULTURAIS DE LISBOA



O REPRESENTANTE DA MARCHA POPULAR DA MADRAGOA RECEBE, DAS MÃOS DO SR. PRESIDENTE DA C. M. L., A TAÇA DE OURO COM QUE AQUELE AGRUPAMENTO FOI DISTINGUIDO



O SENHOR GENERAL FRANÇA BORGES ENTREGA AO VENCEDOR DO I SALÃO MUNICIPAL DE ARTE FOTOGRÁFICA O PRÊMIO PECUNIÁRIO QUE LHE FOI CONFERIDO





O SENHOR PRESIDENTE DA C. M. L.
PROCEDE A IMPOSIÇÃO DE MEDALHAS
DE COMPORTAMENTO EXEMPLAR
A ALGUNS ELEMENTOS DO BATALHÃO
DE SAPADORES BOMBEIROS

*CERIMÓNIA DA IMPOSIÇÃO
DE MEDALHAS DE ASSIDUIDADE
E BONS SERVIÇOS A FUNCIONÁRIOS
MUNICIPAIS*



*FESTIVAL DE MÚSICA PORTUGUESA,
ORGANIZADO PELA PIANISTA
NINA MARQUES PEREIRA,
NO PALÁCIO GALVEIAS*





«LOURDES» PELA COMPANHIA
DE TEATRO POPULAR DE LISBOA,
NA ESTUFA FRIA

O ALCAIDE DE MADRID DESLOCA-SE
A LISBOA PARA TRATAR DE ASSUNTOS
RELACIONADOS COM O CONGRESSO
DE MUNICIPIOS A REALIZAR EM BRASLIA





OS SENHORES PRESIDENTES DA REPÚBLICA E DA C. M. L. ASSISTEM À CERIMÓNIA DA INAUGURAÇÃO DO BAIRRO MUNICIPAL DA CRUZ VERMELHA



OLIVAIS — O CHEFE DO ESTADO
PRESIDE À CERIMÓNIA
DA ENTREGA DA 8000 CHAVE
DAS HABITAÇÕES CONSTRUIDAS



ÍNDICE GERAL DA «REVISTA MUNICIPAL»

(DO N.º 108 AO 111)
ANO DE 1966

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos citadinos	108/109	97
Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV	110/111	85
	108/109	59
C		
Comemorações Centenárias da Cidade de Évora	110/111	80
Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios (III)	110/111	62
D		
Desenvolvimento comunitário de Lisboa (O)	110/111	65
H		
Hospital Real de Todos-os-Santos — IV	108/109	7
Hospital Real de Todos-os-Santos — V	110/111	41
I		
Inauguração da Piscina Municipal do Areeiro, com a presença do Chefe do Estado (A)	108/109	99
Inauguração da Ponte Salazar	110/111	7
Iconografia do Teatro Seiscentista Olisiponense	110/111	21
L		
Lisboa, Eterna Madrugada	110/111	61

Designação	Número	Páginas
M		
Marchas populares na noite de Santo António.....	108/109	106
N		
Noite de Gala comemorativa da inauguração da Ponte sobre o Tejo.....	110/111	15
O		
O Sr. General França Borges visita oficialmente Paris.....	110/111	28
P		
Presença e Ausência de João de Deus.....	108/109	75
Q		
Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa.....	108/109	57
R		
Relíquias de Santo António (Estiveram em Lisboa as).....	108/109	102

ÍNDICE DOS COLABORADORES

Designação	Números	Páginas
B		
Bettencourt — Nicolau de William Withering e as Caldas da Rainha — A propósito de uma interessante gravura	108/109	83
Boturão — Padre Júlio d'Oliveira São Vicente — O Padroeiro da Cidade de Lisboa	108/109 110/111	67 31
C		
Castelo-Branco — Fernando Iconografia do Teatro Seiscentista Olisiponense	110/111	21
Cunha — Alfredo da Quem não viu Lisboa, não viu coisa boa	108/109	57
F		
Ferreira — Manuel dos Santos O desenvolvimento comunitário de Lisboa	110/111	65
M		
Moita — Irisalva Hospital Real de Todos-os-Santos	108/109 110/111	7 41
Monsaraz — Alberto de Lisboa, Eterna Madrugada	110/111	61
R		
Rodrigues — Maria Teresa Campos Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV	108/109	59
T		
Trigueiros — Miguel Presença e Ausência de João de Deus	108/109	75

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Designação	Números	Páginas
A		
Acontecimentos cidadãos		
Inauguração da Piscina Municipal do Areeiro, com a presença do Chefe do Estado Santo António (Estiveram em Lisboa as relíquias de).....	108/109	99 a 101
Marchas Populares na noite de Santo António	108/109	103 a 105
«Te Deum» na Sé Catedral, celebrado pelo Senhor Cardeal Patriarca de Lisboa no Dia de S. Vicente	108/109	106 e 107
Sessões de cinema dedicadas às crianças de Lisboa nos Bairros da Quinta da Calçada e das Furnas	108/109	108 e 109
Afonso Lopes Vieira — Comemorações junto ao monumento em Lisboa, no 20.º aniversário da sua morte	108/109	110
Estufa Fria — «As Duas Máscaras» pelo Teatro Popular de Lisboa	108/109	111
O Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Federal Alemã apresenta cumprimentos ao Município de Lisboa. O Sr. General França Borges ofereceu ao visitante algumas recordações de Lisboa	108/109	112
O Chefe do Estado inaugura o Congresso Internacional Católico que teve lugar nos salões do Palácio Galveias	108/109	113
Inauguração de melhoramentos na Central Pasteurizadora de Leite.....	108/109	114
Homenagem ao presidente do Município por ocasião do 7.º aniversário da sua posse	108/109	115
Os delegados ao Congresso da Madeurop apresentam cumprimentos à Câmara Municipal de Lisboa	108/109	116
Os componentes do Seminário Internacional sobre meios audiovisuais de ensino apresentam cumprimentos ao Município de Lisboa	108/109	116
Estufa Fria — «Desencontro» pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa	108/109	117
A convite da «Lufthansa» o Sr. General França Borges parte para Frankfurt (Alemanha)	108/109	117
Recepção oferecida pela C. M. L., na Estufa Fria, aos portugueses e brasileiros dos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão	108/109	118
«Miss» Turismo da Rodésia, entrega ao Presidente da C. M. L. uma mensagem do «Mayor» de Salisbúria	108/109	119
Uma representação da Câmara de Comércio de Baltimore e das Autoridades Pertuárias de Maryland entrega ao Sr. General França Borges um pergaminho que o nomeia Presidente Honorário de Maryland	108/109	119
Recepção na Estufa Fria, aos participantes do X Torneio de Tiro das Nações Latinas e Grécia	108/109	120
Tarde Cultural no Palácio Galveias — Conferência de Luís Forjaz Trigueiros. Carmen Dolores recita alguns versos do poeta João de Deus. O Orfeão do Pessoal da C. M. L. colabora na sessão	108/109	121
Estufa Fria — «Dois Maridos em Apuros» pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa	108/109	122
Recepção na Estufa Fria aos participantes do XX Congresso da Federação Internacional das Associações Turísticas de Ferroviários	108/109	123
As conselheiras do Município de Bruxelas, acompanhadas do Embaixador da Bélgica em Portugal apresentam cumprimentos ao Município de Lisboa	108/109	124
O Senhor Presidente da República inaugura, no Alto do Parque Eduardo VII, uma exposição de flores dos viveiros municipais de Lisboa	108/109	124
No quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros, a filha do Coronel Ribeiro Viana descerra um retrato de seu pai que foi comandante daquela corporação	108/109	125
Entrega dos machados aos novos sapadores bombeiros	108/109	125
O Sr. General França Borges discursa no acto de posse do chefe da Repartição de Higiene Urbana	108/109	126
Dia da Raça — Homenagem do Município de Lisboa a Camões	108/109	126
Casamentos da «Manhã de Santo António» — O Director do «Diário Popular» discursa durante o «Copo d'Água»	108/109	127

Designação	Números	Páginas
Entrega de bibliotecas a Colectividades de Cultura e Recreio e à Fundação Cardeal Cerejeira	108/109	128
Recepção na Estufa Fria, aos componentes do Curso da Faculdade Internacional para o Ensino do Direito Comparado	108/109	129
Estufa Fria — «O Ausentes», pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa	108/109	130
Acto de posse do novo comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros	108/109	131
O Presidente do Município recebe «Miss» Harve Williams, de Pietri-Marizeburg (África do Sul), que lhe oferece uma Azalea daquela região	108/109	131
Recepção em Montes Claros às componentes do I Congresso do Movimento Nacional Feminino	108/109	132
Estufa Fria — Espectáculo oferecido pela C. M. L. com a colaboração do Coral Luísa Tódi e do Orfeão do Pessoal do Município de Lisboa	110/111	87
Montes Claros — O Centro de Amadores de Bailado exhibe-se num deslumbrante espectáculo de arte e cor	110/111	87
«O Grande Advogado» pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa, na Estufa Fria	110/111	88
Concerto pela banda do Comando-geral da Guarda Nacional Republicana nas ruínas do Convento do Carmo	110/111	88
Concerto Coral Sinfónico na Igreja de S. Vicente de Fora	110/111	89
Inauguração da Avenida de Berlim. Discurso do Presidente do Município e descerramento da placa toponímica pelo embaixador da República Federal Alemã	110/111	90
O Sr. Presidente da Câmara Municipal do Porto visita o Município de Lisboa	110/111	91
«Alfama à Noite» — Arraial em honra dos Alcaldes de Madrid e Toledo	110/111	91
O Grupo Juvenil «All Ohio Youth Choirs Estados Unidos da América, exhibe-se na Estufa Fria	110/111	92
Inauguração da Exposição «Lisboa e o Tejo» no Palácio Galveias	110/111	92
«Um dia de vida» — Espectáculo na Estufa Fria pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa	110/111	93
«Céu da Minha Rua» — Espectáculo na Estufa Fria pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa	110/111	93
Posse dos Engenheiro Augusto Teles Marques e dr. Francisco Coelho do Amaral nos cargos de chefes das Repartições de Edificações Urbanas e de Armazéns	110/111	94
Metropolitano de Lisboa — Viagem inaugural do troço Rossio-Anjos	110/111	94
Os participantes da «IX Conferência do Centro Internacional de Informação para o Crédito Locais» visitam a Câmara Municipal de Lisboa	110/111	95
Recepção no Castelo de S. Jorge, aos componentes do Comité Científico da Otan	110/111	95
Descerramento da placa toponímica da Praça General Domingos de Oliveira, em Alcântara	110/111	96
Inauguração da Exposição Medalhística Olisiponense, no Palácio Galveias	110/111	97
Entrega de bibliotecas a Instituições Culturais de Lisboa, no Palácio Galveias	110/111	98
O representante da Marcha Popular da Madragoa recebe, das mãos do Sr. Presidente da C. M. L., a taça de ouro com que aquele agrupamento foi distinguido	110/111	99
O Sr. General França Borges entrega ao vencedor do I Salão Municipal de Arte Fotográfica o prémio que lhe foi conferido	110/111	99
O Sr. Presidente da C. M. L. procede à imposição de medalhas de comportamento exemplar a alguns dos elementos do Batalhão de Sapadores Bombeiros	110/111	100
Cerimónia da imposição de medalhas a funcionários municipais	110/111	101
Festival de Música Portuguesa no Palácio Galveias	110/111	101
«Lourdes» pela Companhia de Teatro Popular de Lisboa, na Estufa Fria	110/111	102
O Alcaide de Madrid desloca-se a Lisboa para tratar de assuntos relacionados com o Congresso de Municípios a realizar em Brasília	110/111	102
Os Senhores Presidentes da República e da C. M. L. assistem à cerimónia da inauguração do Bairro Municipal da Cruz Vermelha	110/111	103
O Chefe do Estado preside à cerimónia da entrega da 2000. ^a chave das habitações construídas — Olivais	110/111	104
A Sé vista da Capela de Bartolomeu Joannes	108/109	74
Altar de S. Vicente (Sé)	110/111	32
Altar mór da Igreja da Madalena e Imagem da Padroeira do Templo e retábulo	108/109	70
Aspecto da assistência ao Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios	110/111	65
Assinatura de Manuel Galvão da Fonseca, Presidente do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa	110/111	37

Designação	Números	Páginas
B		
Baptistérios da Sé (Um dos)	108/109	73
C		
Capela-mór da Sé	108/109	72
Chave do cofre das relíquias de S. Vicente envolta em pergaminho	110/111	39
Cartão do Notário-Apostólico de S. Santidade	110/111	40
Congresso Hispano-Luso-Americano-Filipino de Municípios-Mesa do Congresso (III)	110/111	62
Comemorações Centenárias da Cidade de Évora	110/111	80 e 83
D		
Diploma da Outorga da Medalha de Ouro de Gratidão a Sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor António de Oliveira Salazar	110/111	18-A
E		
Estampas dos achados nas escavações do Hospital Real de Todos-os-Santos	108/109	9 e 55
F		
Fachada da Igreja da Madalena	108/109	68
I		
Igreja da Sé	108/109	71
Inauguração da Ponte Salazar	110/111	7, 9, 10 e 14
J		
João de Deus ensina o seu método à gente do campo — Extratexto	108/109	82-A
L		
Lisboa vista da praia de Santos em 1788	110/111	3
M		
Medalha Comemorativa da visita do Presidente do Conselho à Câmara Municipal de Lisboa	110/111	19
Mensagem de saudação ao Conselho Municipal de Paris	110/111	30-A e 30-B
Moedas encontradas nas escavações do Hospital Real de Todos-os-Santos	110/111	43 a 51

Designação	Números	Páginas
N		
Noite de gala comemorativa da inauguração da Ponte sobre o Tejo	110/111	15 a 18
O		
O Presidente da C. M. L. cumprimentando Sua Excelência o Presidente da República do Brasil, Marechal Castelo Branco	110/111	64-A
P		
Palácio dos Marqueses de Fronteira — Terraço da Capela	110/111	24 e 26
Pergaminho do Século XVIII que autentica a parte das relíquias que foram encontradas pelos Cónegos e Beneficiados da Sé de Lisboa, pouco depois do Terremoto de 1755	110/111	37
Processo de identificação de algumas relíquias de São Vicente — Século XVIII	110/111	38
Pormenor da planta n.º 3 dos prospectos e reconstrução da cidade	110/111	53
Planta topográfica do sítio que compreende a Ilha em que estava edificado o Hospital Real de Todos-os-Santos	110/111	55
Planta geral das ruínas postas a descoberto pelas escavações	110/111	57
Q		
Quinta de Gerard de Visme, incluindo a Quinta do Marquês de Fronteira	110/111	23
R		
Representação teatral seiscentista	110/111	22
Recepção ao Sr. General França Borges na sua visita oficial a Paris	110/111	29
Reconstituições conjecturais dos Altares «primitivo» e «barroco» dedicados a S. Vicente na Sé de Lisboa	110/111	33
Relicário com ossos da mão de S. Vicente	110/111	35 e 36
S		
Selo em cera vermelha apenso ao auto de exame sobre as relíquias de S. Vicente	110/111	39
V		
Vista do Terreiro do Paço — Desenho à pena atribuído a Zuzarte	108/109	3
W		
William Withering e as Caldas da Rainha — A propósito de uma interessante gravura	108/109	87
William Whitering e as Caldas da Rainha — Frontispício do livro de Withering	108/109	93

EDIÇÕES MUNICIPAIS

O CARMO E A TRINDADE
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CASAS DA CÂMARA DE LISBOA
LUIS PASTOR DE MACEDO E NORBERTO DE ARAÇO

A CERCA FERNANDINA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A CERCA MOURA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A CERCA MOURA DE LISBOA E O ESTEIRO
DO TEJO NA BAIXA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

CONQUISTA DE LISBOA AOS MOUROS (1147)
NARRAÇÕES PELOS CRUZADOS OSBERNO E ARNULFO
TRADUÇÃO PARA PORTUGUES
POR JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA

EPIGRAFIA DE OLISIPO
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

EVOLUÇÃO DA GRAVURA DE MADEIRA
EM PORTUGAL
ERNESTO SOARES

AS FREGUESIAS DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

HISTÓRIA DOS MOSTEIROS, CONVENTOS E CASAS
RELIGIOSAS DE LISBOA

IGREJAS E MOSTEIROS DE LISBOA
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CASTELO DE S. JORGE
COSTA GARCEZ

MUSEUS DE LISBOA
FERNANDO CASTELO BRANCO

CHAFARIZES DE LISBOA
LUIS CHAVES

PORTAS E BRAZÕES DE LISBOA
LUIS FERROS PONCE DE LEÃO

O TEJO
MARIO PIRES



MUNICIPAIS

EDIÇÕES

1. ANEXO A - ...

2. ANEXO B - ...

3. ANEXO C - ...

4. ANEXO D - ...

5. ANEXO E - ...

6. ANEXO F - ...

7. ANEXO G - ...

8. ANEXO H - ...

9. ANEXO I - ...

10. ANEXO J - ...

11. ANEXO K - ...

12. ANEXO L - ...

13. ANEXO M - ...

14. ANEXO N - ...

15. ANEXO O - ...

16. ANEXO P - ...

17. ANEXO Q - ...

18. ANEXO R - ...

19. ANEXO S - ...

20. ANEXO T - ...

21. ANEXO U - ...

22. ANEXO V - ...

23. ANEXO W - ...

24. ANEXO X - ...

25. ANEXO Y - ...

26. ANEXO Z - ...



PREÇARIO DA REVISTA:

Preço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
 Telefone 32 57 11

CORRESPONDÊNCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
 Praça do Município — Telefone 36 29 51



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE SAÚDE
SECRETARIA DE CULTURA
SECRETARIA DE ECONOMIA
SECRETARIA DE FINANÇAS
SECRETARIA DE HABITABILIDADE
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS
SECRETARIA DE TRÁFICO E TRANSPORTES
SECRETARIA DE URBANISMO